

Reinaldo Sousa

**O FANTASMA  
DO COMUNISMO**



Editora  
**GPHIAL**

***O FANTASMA DO COMUNISMO***  
**Reinaldo Sousa**

2024

---

# O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

## GRUPO DE PESQUISAS EM HISTÓRIA INDÍGENA DE ALAGOAS

**Coordenador:** José Adelson Lopes Peixoto.

**Endereço:** Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III, Rodovia Eduardo Alves da Silva, km 3, CEP: 55.600-000, Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios-AL.

**Contatos:** Tel: (82) 3421-5678. E-mail: gphial@uneal.edu.br. Site: www.gphial-uneal.com.br

---

### COMISSÃO EDITORIAL

**Presidentes:** Aداuto Santos da Rocha;  
José Adelson Lopes Peixoto.

**Titulares:** Aداuto Santos da Rocha;  
Brunemberg da Silva Soares; Deisiane  
da Silva Bezerra; Vinícius Alves de  
Mendonça; Yuri Franklin dos Santos  
Rodrigues.

**Editores executivos:** Aداuto Santos da  
Rocha; Brunemberg da Silva Soares;  
Vinícius Alves de Mendonça.

**Direção editorial:** Aداuto Santos da  
Rocha; José Adelson Lopes Peixoto.

**Diagramação:** Aداuto Santos da Rocha  
e Brunemberg da Silva Soares.

**Capa:** Reinaldo Sousa\* e Vinícius Alves  
de Mendonça.

**Design gráfico:** Reinaldo Sousa.

**Revisão:** Aداuto Santos da Rocha e  
Sidiney Menezes Gerônimo.

**Colaboração:** Williane Antônia Soares  
dos Santos.

### CONSELHO CIENTÍFICO

Alexandre Ferraz Herbetta (UFG)  
Cristiano César Gomes da Silva  
(UNEAL)

Edson Hely Silva (UFPE/UFRPE)  
Francisca Maria Neta (UNEAL)  
Gilberto Geraldo Ferreira  
(SEE/AL)

Iraci Nobre da Silva (UNEAL)  
João M. Braga de Mendonça  
(UFPB)

Lucas Gama Lima (UFAL)  
Maria da Penha da Silva (UFPE)  
Ricardo José Lima Bezerra (UPE)  
Rubens Pessoa de Barros  
(UNEAL)

Samara Cavalcanti da Silva  
(UNEAL)

Siloé Soares de Amorim (UFAL)  
Suzana Santos Libardi (UFAL)  
Zuleica D. Pereira Campos  
(UNICAP)

---

Observação: todos os conteúdos (textuais e imagéticos), bem como os usos ortográficos publicados neste livro, são de inteira responsabilidade do autor, não cabendo à Editora GPHIAL responder por quaisquer implicações jurídicas.

---

Bibliotecária: Elisângela Dias de Carvalho - CRB/4 nº 2072

S725 Sousa, Reinaldo

O fantasma do comunismo. [recurso digital] / Reinaldo  
Sousa. - Palmeira dos Índios, AL: GPHIAL, 2024.

167 p. : il.

ISBN digital - 978-65-00-98219-0

ISBN físico - 978-65-00-98233-6



1. Comunismo. 2. Karl Marx. 3. Capital. 4. Marxismo. 5. Burguesia. 6.  
Capitalismo. I. Título.

CDU: 397

\* Observação: “Capa gerada por Inteligência Artificial do Chat-GPT a partir de comandos do autor, com posterior edição no Canva”.

# O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	4
PREFÁCIO _____	6
ANTES DO PENSAMENTO, O PENSADOR: UM POUCO DE MARX! _	12
UM HOMEM DE PERSONALIDADE FORTE! _____	334
MISÉRIA DA FILOSOFIA OU FILOSOFIA DA MISÉRIA? _____	46
ENGELS: UM INTELCTUAL E AMIGO NA VIDA DE MARX _____	554
UM POUCO MAIS DE MARX _____	57
PROLETÁRIOS DO MUNDO UNI-VOS: UM MANIFESTO! _____	63
IDEOLOGIA, PRECISO MESMO DE UMA PARA VIVER? _____	73
O PAPEL DO MARXISMO FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS _____	77
A DITADURA DO PROLETARIADO _____	81
MUITO ALÉM DAS APARÊNCIAS: A DIALÉTICA MARXISTA _____	84
O TRABALHO COMO MERCADORIA DO CAPITAL _____	93
A METAMORFOSE DO TRABALHO EM MAIS VALOR _____	10104
MAIS - VALOR ABSOLUTO E MAIS - VALOR RELATIVO _____	107
A MERCADORIA E O TEMPO SOCIALMENTE NECESSÁRIO À SUA PRODUÇÃO _____	115
O DINHEIRO COMO EQUIVALENTE UNIVERSAL _____	122
O CAPITAL É ALGO MAIS QUE DINHEIRO _____	123
A PERSPECTIVA MARXISTA SOBRE A PROPRIEDADE _____	130
PROPRIEDADE PRIVADA, OU UMA DÁDIVA DA NATUREZA? _____	139
A ALIENAÇÃO NAS REFLEXÕES MARXISTAS _____	142
A ANÁLISE MARXISTA DAS CLASSES SOCIAIS _____	1145
MUITO ALÉM DA MOEDA: O MAIS – VALOR E O SALÁRIO _____	150
A EXPRESSÃO DO SALÁRIO QUANTO AO TRABALHO NELE CONTIDO _____	152
PARA NÃO CONCLUIR, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	159
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS CONCEITOS _____	160
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS NOMES CITADOS _____	162
ÍNDICE REMISSIVO _____	163
SOBRE O AUTOR _____	165
REFERÊNCIAS _____	166



### **APRESENTAÇÃO**

Um fantasma assombra a Burguesia, o “*Fantasma do Comunismo*”. Eis um jogo de palavras usado por Marx e Engels, na abertura do Manifesto do Partido Comunista, que perdura em nossos dias. O espectro do comunismo, que uma vez assombrou a Europa no século XIX, continua a lançar seu eco sobre muitos até os dias atuais. Nas páginas deste livro, adentramos um pouco no mundo de Karl Marx, um pensador cujas ideias moldaram a trajetória da história e da filosofia política.

Nesta obra, desvelamos fragmentos da vida de Marx, desde seus primeiros anos até seu impacto duradouro na esfera intelectual. Não buscamos traçar uma biografia completa, mas sim compartilhar uma visão panorâmica do autor antes de nos aprofundarmos em sua obra. Marx emerge como um desbravador da estrutura socioeconômica, notadamente em sua obra monumental “*O Capital*”, uma meticulosa análise das relações de produção e da luta de classes. No livro, o autor revela a dialética entre burguesia e proletariado, desnudando como a exploração do trabalho molda o tecido do sistema capitalista.

Também nos propusemos introduzir, neste trabalho, uma breve discussão acerca do materialismo histórico-dialético, método marxista que nos ajuda a compreender a influência das forças econômicas nas transformações sociais ao longo do tempo. A metamorfose das condições materiais de existência como impulsionadoras de progresso ou estagnação social ganha clareza através dessa lente. Conceitos centrais como *trabalho*, *salário*, *alienação*, *luta de classes* e *propriedade* são explorados para revelar a essência concreta das coisas. A alienação, em especial, emerge como categoria primordial. A crítica marxista à alienação lança luz sobre as ramificações intrincadas do trabalho industrial, elucidando como ele obscurece a genuína realização humana.

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

À luz dos princípios marxistas<sup>1</sup>, empreendemos uma análise das contradições intrínsecas ao atual sistema, o capitalismo, com o propósito de trilhar um caminho em direção a um modelo de sociedade menos injusto e mais igualitário. Este texto se propõe a oferecer uma investigação aprofundada das preocupações que marcaram a vida de Marx, algumas das quais continuam a nos inquietar nos dias de hoje. Convidamos você a refletir sobre o legado intelectual de um filósofo que esteve à frente de seu tempo, cujos ensinamentos ressoam de maneira impactante em nossa compreensão do mundo contemporâneo. Desejamos, assim, que aproveite a leitura deste material.

Reinaldo Sousa

---

<sup>1</sup> Utilizaremos a expressão “marxismo” como referência ao Socialismo Científico.

***PREFÁCIO***

Prefaciara uma obra não é tarefa fácil. Especialmente de uma obra que aborda uma temática tão intrigante e tão moduladora da realidade concreta de nossas sociedades. Contudo, o que facilita é a obra em si, para além das complexidades existentes em torno das questões envolvidas. O autor dialoga com o leitor a todo momento, sem supor-lhe ignorante, mas ávido por conhecer um pouco mais. Ou muito mais!

Em seu permanente diálogo com o leitor, o autor não o subestima, nem o desafia, mas o instiga a conhecer mais e mais sobre um dos maiores filósofos da contemporaneidade. E, nesta medida, é visível sua admiração por Marx em cada passagem da obra, a começar pela apresentação. Assim, da mesma forma que Feuerbach e Hegel tiveram forte influência no pensamento do jovem Marx, esta tem sido a linha mestra do pensamento do intelectual Reinaldo Sousa, como podemos perceber ao longo de toda a obra e de sua vida, pessoal e acadêmica. Ele, de forma generosa e objetiva, trata de questões densas de forma didática, dialogada, dialógica. Não carrega em si um caráter professoral, mas o de um sujeito imerso nos meandros do comunismo como alternativa frontal à perversidade personificada do capitalismo.

Aliás, para iniciar este prefácio, é importante começar pelo próprio autor. Reinaldo Sousa é nascido em Nossa Senhora Aparecida, estado de Sergipe. Estudou Licenciatura em Geografia, fez seu mestrado e seu doutorado na Universidade Federal de Sergipe. Já no doutorado, consolidou intelectualmente sua perspectiva socialista de sociedade, dedicando-se ao estudo da luta por acesso à terra e apontando a existência de uma questão agrária no Brasil e com fortes indícios em Cuba, apesar da superação do modo de produção capitalista daquele país. Em sua tese, concluiu que Cuba não conseguiu ainda superar a questão agrária. Uma importante contribuição de Reinaldo Sousa, que dedicou os seus estudos de doutorado à

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

complexidade existente entre capital e campesinato.

E não ficou apenas no discurso teórico, fez uma imersão em Cuba, através de um doutorado sanduíche, financiado pela Capes, no ano de 2014, quando vivenciou a realidade daquele país entrevistando inúmeros personagens camponeses, líderes comunitários, lideranças de cooperativas, representantes de bairros e de órgãos de governo. O trabalho foi tão significativo que teria defendido sua tese também em Havana, a convite da Universidade de Havana, sendo doutor também por Cuba. Mas, devido a entraves burocráticos do estado de Alagoas, essa oportunidade lhe fora negada, ficando impossibilitado de retornar para a sua defesa em Cuba. Uma pena! Mas o fato é que seu discurso não é de alguém que fala apenas a partir dos livros (o que já seria um desafio enorme de compilação e simplificação de conceitos), mas a partir da realidade concreta, vivenciada e experimentada em meses de imersão e contato com a realidade de um povo que conquistou e superou, apesar de todos os esforços do capital para suplantar o modelo socialista cubano, inúmeras das questões que fazem do capitalismo aquilo que é, como mecanismo de exploração, manutenção e aprofundamento das desigualdades, bases que o sustentam.

É diante desse contexto que surge esta obra, vindo como um convite a uma jornada fascinante pelo mundo das ideias e da vida de um dos pensadores mais influentes da história moderna, o filósofo e sociólogo alemão Karl Marx, fundador do socialismo científico e que tem influenciado profundamente a sociologia, a economia, a história, a política e a educação. O livro “O Capital” é, possivelmente, sua obra mais importante, (re)definindo o curso da história moderna e desafiando as estruturas de poder estabelecidas. No entanto pairam sobre Marx algumas controvérsias e mal-entendidos, que o autor habilmente aborda buscando esclarecê-las e contextualizá-las.

“O Fantasma do Comunismo” procura também desvendar muito do que paira sobre Marx, revelando

despretensiosamente a complexidade de suas ideias e examinando criticamente as interpretações que foram feitas ao longo dos anos. Não vamos encontrar apenas um pouco de sua teoria econômica, mas também suas reflexões sobre alienação, luta de classes, história e revolução. Afinal de contas, são elementos importantes para compreendermos como suas ideias foram aplicadas em diferentes contextos ao redor do mundo, influenciando movimentos políticos e sociais em uma escala global impressionante, especialmente por contrapor-se ao poder dominante do capital.

Certamente nem o próprio Marx poderia imaginar as consequências e as dimensões do legado de suas contribuições. Ao ponto de gerar antagonismos de tal forma que suas ideias são intencionalmente distorcidas para que sejam sumariamente maculadas, para impedir que a realidade de suas palavras possa comprometer um sistema que se sustenta na desigualdade abismal entre as classes, na exploração naturalizada do outro e na concepção de uma conveniente democracia [fabricada] que nos é imposta, aquela que nos é possível e permitida pelos “donos do poder”, pelos donos do capital, que controlam os Estados através dos fantoches que são estrategicamente colocados nas esferas de poder.

Nesse contexto, o próprio conceito de capital e capitalismo são distorcidos, ao ponto que todo aquele que está imerso nesse ambiente acredita ser e se considera capitalista. Tal ingenuidade é parte do próprio processo de manutenção dessa estrutura exploratória destrutiva, alimentando as bases que mantém sustentado tal modelo a partir da ignorância das massas, em especial acerca da real face do capitalismo. O capitalismo não pode funcionar sem a precarização das massas e sua dependência do mercado, não obstante as narrativas desfiguram a realidade, transferindo as agruras do capitalismo para o Estado, como estrutura que tem servido aos interesses do capital.

Foi essa a grande contribuição de Marx, ao

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

compreender, diferentemente de seus antecessores, o capitalismo como um todo e como um modo de produção transitório cujas inúmeras contradições o levariam a uma inevitável queda. Dentro desse contexto, ao interpretar o modelo de sociedade a partir da luta de classes e seu processo de trabalho, são diversos os conceitos e categorias que contribuem para compreendermos a sociedade e sua relação com o trabalho e seu valor, como a mercadoria, resultante desse trabalho, a alienação, que permeia esse processo, e o fetichismo da mercadoria como algo dissociado de quem o produz, mas que, ao mesmo tempo, precisa ser adquirida para garantir que o sujeito se perceba parte desta sociedade de consumo, princípio imanente ao capitalismo. Nesse sentido, Reinaldo nos brinda com reflexões a partir das bases conceituais em linguagem simples, mas sem ser simplória, mantendo um valoroso respeito ao leitor.

Insistimos, no entanto, que não é apenas um livro que dialoga com a teoria política e econômica de Marx. Mas que também nos favorece conhecer o homem por trás das ideias, seu contexto histórico e sua própria jornada intelectual. Ao longo das páginas deste livro, descobrimos como a vida de Marx, suas experiências e suas interações com outros pensadores de sua época moldaram suas ideias e sua visão de um mundo mais justo, mas que exige uma tomada de consciência das massas e do seu real lugar nas estruturas de poder do Estado. Com isso, o autor também procura desmistificar esse fantasma construído no imaginário de uma sociedade que fala de Marx sem nunca o ter lido, sem nunca ter se disposto sequer a conhecê-lo. Desmistifica o comunismo para além dos discursos e narrativas distorcidas construídas ainda a partir de um período de guerra fria, num período de conflito entre capital e comunismo. Reinaldo, a partir dos fundamentos e em respeito ao legado de Marx, contribui com os necessários esclarecimentos. E, como ele mesmo diz, esse fantasma “não é tão assustador assim”!

Assim, à medida que “consumimos” (perdoem-me o

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

trocadilho) as páginas deste livro, somos instados a mantermos uma mente aberta, questionando, debatendo e refletindo em torno das teorias e experiências de Marx, uma figura tão importante e provocadora que a influência de sua obra transcendeu seu tempo e continua a ser objeto de intenso estudo e debate. Conceitos como a luta de classes, alienação, mais-valia e materialismo histórico moldaram não apenas a teoria política, mas também a história, a geografia, a sociologia, a economia e a filosofia contemporâneas. Em um futuro bem distante, não estaremos mais por aqui, mas os estudos em torno de Marx e suas ideias continuarão a ressoar, os quais, de forma mais imediata, têm contribuído em nossos debates contemporâneos sobre justiça social, economia e poder. Afinal de contas, como diz Reinaldo, “Marx não se contentou em simplesmente interpretar o mundo, ele aspirava a transformá-lo”, e assim o tem feito. Contudo, parece que podemos afirmar o mesmo do autor, pois que busca transcender os ensinamentos do seu mestre.

Esta caminhada pela vida e ideias de Karl Marx é uma das maiores contribuições do intelectual Reinaldo Sousa, professor e doutor em geografia, especialista (embora não se considere) e admirador desse pensador, como podemos conferir nesta obra. E que ela nos possibilite a todos e a todas compreendermos melhor não apenas “O Fantasma do Comunismo”, mas também a complexa tapeçaria de pensamento que é o legado de Marx, que ecoa através das décadas e continua a desafiar nossa compreensão do mundo e nossa busca por um futuro mais equitativo. Afinal de contas, não podemos ingenuamente acreditar que o modelo econômico capitalista, com inevitáveis reflexos no modelo de sociedade que temos construído, é o fim definitivo, é o modelo inquestionável a que as sociedades podem se submeter, numa lógica que mantém sempre alguns como senhores dignos das maravilhas das conquistas humanas e uma ampla e esmagadora maioria como vassalos à margem de tudo aquilo que construíram em benefício de tão poucos. Isso não soa justo! E Marx foi brilhante



## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

em delimitar tais contradições. Agora Reinaldo Sousa nos brinda com sua leitura apaixonante de Marx!

Há que existir e se definir “um outro modelo de sociedade”, como já indica o próprio autor. Esta é uma obra obrigatória e merece uma leitura coletiva, em grupos que discutam e adentrem nos detalhes como Reinaldo Sousa assim o fez, contribuindo para a (re)discussão em torno do que nos impõem e do que podemos conquistar e construir. Espero que gostem e degustem do prazer dessa leitura, assim como o fiz. Por fim, este livro, apesar de tentar ser uma leitura compilada e acessível da obra, nos convida a refletirmos sobre as implicações das ideias de Marx à luz das experiências históricas do comunismo. “O Fantasma do Comunismo” é um convite à reflexão crítica e ao diálogo. O autor não tem a pretensão de oferecer respostas definitivas, mas busca nos proporcionar uma compreensão mais profunda de um fenômeno que moldou e continua a moldar nosso mundo. À medida que exploramos esta obra, revisitamos muito do legado de Karl Marx, o que nos propicia condições para um debate informado e construtivo sobre o futuro da sociedade e seus modelos no contexto da política, da economia, da sociologia e da educação. Somente assim poderemos ver que não há fantasma algum que subsista em torno do comunismo e de Marx. Boa leitura!

Maceió/Alagoas, primavera de 2023.

***Dr. Wellyngton Chaves Monteiro da Silva***

Professor Adjunto da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

***ANTES DO PENSAMENTO, O PENSADOR: UM POUCO DE MARX!***

Responsável pela primeira fundamentação científica do socialismo e, conseqüentemente, de todo o movimento operário de nossa época [Engels, 2019], Karl Heinrich Marx, ou simplesmente Karl Marx, nasceu em Trier [Alemanha] em 5 de maio de 1818 e faleceu em 14 de março de 1883, em Londres. Ele foi um dos nove filhos de Henriete Presburg [1787-1863] e Heinrich Marx [1782-1838]. O jovem cresceu numa Alemanha que, de acordo com um dos seus biógrafos, o professor José Paulo Netto:

*“[...] estando atrasada em relação ao desenvolvimento econômico - social e político da Inglaterra, da França e dos Países Baixos, apresentava, no entanto, uma dinâmica filosófico - cultural de altíssimo nível”*  
[Netto, 2020]

Marx realizou seus estudos secundários em uma proeminente instituição educacional conhecida como Liceu Friedrich Wilhelm. Apesar de sua tenra idade, Marx produziu, ainda aos 17 anos, um notável artigo em que abordou, com perspicácia, suas reflexões sobre a determinação de sua futura carreira profissional. Esse artigo não somente conferiu-lhe uma distintiva notoriedade, mas também estimulou seu desejo de buscar uma educação superior, culminando em sua decisão de se dedicar aos estudos jurídicos na prestigiada Universidade de Bonn. O filósofo foi casado com Jenny Westphalen, filha do Barão Johann Ludwig Von Westphalen, cuja influência na vida intelectual do filósofo foi de notável importância. É crucial destacar a significativa disparidade social entre Marx e Jenny.

Embora não seja correto afirmar que a família de Marx fosse destituída de recursos, é evidente que a família de Jenny desfrutava de substancial prosperidade. Entretanto, essa discrepância não se constituiu como uma barreira para o

relacionamento de ambos. Após um prolongado noivado de sete anos, Marx e Jenny finalmente uniram-se em matrimônio em 1843. Essa união desafiou as convenções sociais vigentes à época, as quais frequentemente enfatizavam as diferenças de classe como impeditivo para enlances matrimoniais.

Conforme Gabriel enfatiza, Jenny Von Westphalen era aclamada como a mulher mais cobiçada em Trier. A autora realça a singularidade de Jenny, cuja beleza, vivacidade e intelecto não encontravam paralelos entre as demais mulheres da cidade. Ademais, Jenny estava plenamente dedicada a acompanhar Marx e prover-lhe auxílio em sua jornada intelectual. Em suas próprias palavras, ela expressava um apoio inabalável.

*"Eu estarei à sua frente e atrás de você. Se ao menos eu pudesse tornar todos os seus caminhos suaves e remover qualquer obstáculo que surgisse em seu caminho"*

*[Gabriel, 2013]*

Essas palavras evidenciam a profunda devoção e amparo que ela dispensava a Marx em sua busca intelectual e na superação de desafios. Marx nutria uma profunda admiração por Jenny, uma percepção que encontrei convergente em todas as biografias estudadas, sendo consensual entre os acadêmicos. Conforme Gabriel [2013], desde os primeiros dias de seu matrimônio, Marx enxergava Jenny como uma intelectual à sua altura. Essa visão transcendia meros laços sentimentais, uma vez que Marx era conhecido por sua rigorosidade em questões intelectuais e, portanto, não teria depositado sua confiança no julgamento de Jenny se não a considerasse genuinamente brilhante. A relação entre Marx e Jenny era impregnada por um profundo respeito e mútua admiração. Acredita-se que somente Engels tenha alcançado um patamar de importância equiparável na vida do filósofo.

Engels, além de ser seu colaborador, destacava-se também como um amigo íntimo, compartilhando dos mesmos ideais e lutas de Marx. Tanto a presença de Jenny quanto a de Engels desempenharam papéis fundamentais tanto em seu trabalho intelectual quanto no apoio emocional ao longo de sua jornada. Essas relações íntimas foram de suma importância para o desenvolvimento de suas ideias e para a construção de um legado que deixou uma marca indelével no pensamento social e político da humanidade.

Marx e Jenny tiveram seis filhos, porém a trajetória da vida familiar dos dois foi sombreada por tragédias. Apenas três dos seus filhos conseguiram alcançar a idade adulta. Dois deles encontraram um destino trágico ao cometerem suicídio. Essas perdas familiares foram profundamente dolorosas para Marx e Jenny, deixando uma marca indelével em suas vidas pessoais. Mas essas experiências trágicas também tiveram um impacto significativo na perspectiva de Marx sobre a condição humana, as estruturas sociais e as lutas pela justiça social. Foram vivências dolorosas que podem ter contribuído para moldar suas reflexões e teorias sobre a sociedade e a busca por uma transformação social mais justa. Certamente a história familiar de Marx é um aspecto triste e relevante a ser considerado ao analisar a complexidade de sua vida e o possível impacto de suas experiências pessoais em sua obra e seu engajamento político. As adversidades e privações enfrentadas ao longo de suas vidas são elementos significativos para compreender a formação de suas ideias e perspectivas sobre a sociedade.

Apesar dessas dificuldades, é amplamente documentado que Marx e Jenny compartilhavam um amor profundo e genuíno um pelo outro. Por exemplo, segundo pesquisas de Gabriel e outros estudiosos, Marx teria escrito três volumes de poesia dedicados à sua esposa, o que atesta a importância emocional e afetiva dessa relação para o filósofo. Essa dimensão íntima de sua vida familiar enriquece ainda mais o entendimento de Marx como um ser humano multifacetado, em meio a suas

contribuições intelectuais e políticas. Os dois primeiros volumes receberam o título de "*O Livro do Amor*", enquanto o terceiro foi intitulado "*O Livro das Canções*". Na dedicação dessas obras, conforme mencionado por Gabriel, Marx teria escrito:

*"[...] à minha querida, eternamente amada Jenny von  
Westphalen"  
[Gabriel, 2013]*

Essa expressão de afeto e devoção profundos espelha o vínculo íntimo compartilhado entre Marx e Jenny, revelando a importância singular que ela ocupava em sua vida e a conexão emocional que os unia de maneira íntima. Esses gestos românticos e poéticos ressaltam a dimensão pessoal e emocional de seu relacionamento, além das esferas intelectual e política nas quais estavam imersos. Tais revelações íntimas enriquecem nossa compreensão da complexidade da vida de Marx, bem como de sua profunda afeição pela sua amada esposa, Jenny.

Existe uma discussão entre estudiosos sobre a possibilidade de Marx ter tido um sétimo filho chamado Frederick Demuth, supostamente resultado de um relacionamento extraconjugal com Helene Demuth. De acordo com relatos, Frederick nasceu em 1851 e foi criado por uma família adotiva em East London. Segundo pesquisas realizadas por Gabriel e outros estudiosos, Frederick teria mais tarde se aproximado de Eleanor Marx, filha de Marx, e estabelecido uma amizade com ela. Há suposições de que Eleanor estivesse ciente da possível filiação de Frederick. Essa questão tem sido objeto de debate e controvérsia entre historiadores e biógrafos de Marx, e ainda não se chegou a uma conclusão definitiva sobre a paternidade de Frederick Demuth.

A complexidade das relações familiares de Marx e as evidências fragmentadas tornam difícil afirmar, com certeza, o vínculo entre Marx e Frederick, mas é um tema de interesse e

investigação contínuos na história da vida do filósofo e a questão da paternidade de Frederick continua sendo objeto de debate e controvérsia entre os estudiosos. Alguns questionam a veracidade dessa afirmação, enquanto outros a consideram plausível com base em evidências históricas. Enfim, a história familiar de Marx é complexa e ainda há lacunas e incertezas em relação a certos aspectos de sua vida privada. Assim, é importante abordar esses assuntos com cautela, levando em consideração diferentes perspectivas e interpretações dos dados disponíveis.

De acordo com as pesquisas de Gabriel [2013], Helene, conhecida como Lenchen pelos Marx, era natural de um vilarejo adjacente a Trier. Registros indicam que, desde a infância, ela trabalhou como empregada na residência da família Westphalen, crescendo em estreita convivência com Jenny, o irmão dela, Edgar, e Karl Marx. A relação entre Helene e a família Marx foi marcada por proximidade e durabilidade ao longo dos anos. Tal proximidade é o que tem levado a especulações acerca de um suposto relacionamento extraconjugal entre ela e Marx. Entretanto, como já mencionado anteriormente, a questão da paternidade de Frederick Demuth permanece um tema em debate entre os estudiosos, sem consenso definitivo sobre o assunto. No que concerne aos posicionamentos políticos, a posição política de Lenchen, quando chegou a Bruxelas, não é claramente definida, se é que ela a expressou algum dia; porém ela foi prontamente incorporada ao círculo de comunistas e socialistas que cercavam Marx e Jenny, tornando-se uma participante ativa de sua vida social, de acordo com Gabriel [2013].

Importante destacar também a influência de Ludwig, pai de Jenny, na vida intelectual de Marx. Foi sob sua orientação que Marx desenvolveu uma paixão pela literatura, com particular destaque para os escritos de autores como Shakespeare, Schiller e Goethe, bem como os ideais promovidos pelos primeiros socialistas utópicos que floresciam naquela época. Marx

mergulhou profundamente nas peças teatrais e na poesia desses escritores, assimilando suas ideias e influências em sua formação intelectual, afirma Gabriel [2013]. Em 1835, aos 17 anos de idade, Marx concluiu seus estudos secundários e ingressou no nível superior após submeter três dissertações. Foram elas: “*Foi o Governo de Augusto um dos Mais Felizes da História Romana?*”, “*A União dos Fiéis com Cristo*” e “*Reflexão de um Jovem em Face da Escolha de uma Profissão*”.

Essas dissertações refletem a ampla gama de interesses de Marx naquele período, abordando temas que vão da política à história, de questões religiosas à escolha profissional. No último trabalho, como mencionado por Gabriel [2013], Marx realiza uma análise minuciosa sobre o apelo da ambição, a inadequação da experiência pessoal e o que ele denomina como “*relações na sociedade*”. Esses trabalhos acadêmicos revelam as diversas facetas da mente de Marx em sua juventude e fornecem um vislumbre de suas inquietações intelectuais e perspectivas multifacetadas sobre questões que moldariam seu pensamento e contribuições para o cenário filosófico e político.

Em sua dissertação, Marx chega à conclusão de que o principal guia, na escolha de uma profissão, deve ser o bem-estar da humanidade e nosso próprio aperfeiçoamento. Esse trabalho, afirma Konder [1999], revela duas concepções que permearam toda a sua existência: a primeira delas defende que a verdadeira felicidade humana reside em promover a felicidade alheia; a segunda sustenta a ideia de que invariavelmente se apresentam obstáculos e adversidades que limitam a capacidade das pessoas de moldarem sua própria vida. Essas perspectivas precoces revelam a profundidade de sua reflexão e o desenvolvimento de valores humanistas que posteriormente se tornariam fundamentais em sua obra e em seu engajamento político.

Karl Marx sustenta que a natureza humana é tal que o homem só alcança sua própria perfeição ao trabalhar em prol do aprimoramento e do bem de seus semelhantes. Aquele que



trabalha unicamente para si mesmo pode se tornar um erudito renomado, um grande sábio ou um excelente poeta, mas jamais será um ser humano completo, um verdadeiro grande homem. Essas reflexões revelam a profunda preocupação de Marx com a dimensão ética e social do trabalho, bem como sua busca por um propósito maior que transcenda o sucesso individual, conforme enfatizado por Gabriel [2013].

Através dessa perspectiva humanista, Marx antecipa um comprometimento com o bem-estar coletivo e a realização plena do potencial humano, aspectos que se tornariam centrais em suas teorias e ativismo político. Após ingressar no Curso de Direito da Universidade de Bonn, Marx estudou por apenas dois semestres, antes de transferir-se para a Universidade de Berlim. Foi nesta última instituição que ele seria profundamente impactado pelo renomado filósofo *Georg Wilhelm Friedrich Hegel*. Sua estadia em Berlim marcou um ponto crucial em sua trajetória intelectual, pois foi lá que Marx teve contato direto com as ideias e o pensamento hegeliano, os quais exerceram uma influência poderosa sobre seu desenvolvimento filosófico. Esse encontro com as obras de Hegel moldaria, significativamente, a formação intelectual de Marx e sua posterior contribuição para a filosofia e o pensamento político.

A relação entre Marx e Hegel foi profunda e duradoura. Ele desempenhou um papel central no pensamento de Marx, embora algum tempo depois Marx tenha rejeitado Hegel, por considerar que ele se concentrava, demasiadamente, em ideias abstratas, negligenciando a análise da realidade concreta. Assim, embora Marx tenha reconhecido a imensa contribuição de Hegel para a filosofia de sua época, ele também lançou críticas contundentes ao idealismo subjetivo presente na sua filosofia. Essas críticas refletiam a busca de Marx por uma abordagem mais materialista e dialética na compreensão da sociedade e da história. A influência de Hegel na formação intelectual de Marx é indiscutível, mas sua obra também marca a evolução e o rompimento do pensamento marxiano em direção a uma

concepção mais concreta e materialista do mundo.

A crítica de Marx, nesse período, concentra-se principalmente nos “*Jovens Hegelianos*”, um grupo de esquerda profundamente influenciado pelas ideias de Hegel. O próprio Marx esteve associado a esse círculo por algum tempo, pois contava com amigos intelectuais próximos entre seus membros. Um dos grupos notáveis dentro dessa corrente era o chamado “*Clube de Doutores*”, liderado pelo jovem hegeliano *Bruno Bauer* [1809-1882], que ocupava o cargo de Professor Auxiliar na Universidade de Bonn. Algumas biografias de Marx apontam que Bauer teria exercido grande influência sobre Marx, levando-o a abandonar o estudo do direito e se dedicar à filosofia. A partir desse momento, Marx iniciou uma jornada intelectual que o levaria a desenvolver suas próprias concepções filosóficas e políticas, distanciando-se, gradativamente, do idealismo hegeliano e trilhando o caminho que o tornaria uma figura proeminente na história do pensamento social e político.

Em 1840, ocorreu uma mudança significativa no cenário político com a ascensão de *Frederico Guilherme IV* [1795-1861] ao trono como rei da Prússia, sucedendo seu pai. Essa transição teve um impacto radical no ambiente político e intelectual da época. Devido à crescente preocupação de que a Universidade de Berlim estivesse se tornando excessivamente reacionária para conceder-lhe o título de Doutor, Marx optou por submeter sua tese, intitulada “*Diferenças entre a filosofia da natureza de Demócrito e Epicuro*”, à Universidade de Jena [Gabriel, 2013]. Essa tese garantiu a Marx o título de Doutor em Filosofia e marcou um momento crucial em sua trajetória intelectual. A passagem de Marx pela universidade foi extraordinariamente frutífera, superando os desafios pessoais e as dúvidas iniciais em relação à escolha de sua área de estudo, seja direito, filosofia, economia, entre outras. Conforme destacado por Gabriel, Marx não apenas aprofundou seus estudos em direito criminal, civil e canônico, mas também empreendeu a tradução para o alemão dos dois primeiros livros de um antigo código civil romano,

conhecido como “*As pandectas*”. Além disso, dedicou-se à escrita de suas próprias trezentas páginas de filosofia do direito.

Demonstrando seu amplo interesse pelo conhecimento, Marx traduziu parte da obra “*Retórica*” de Aristóteles do grego original, assim como obras como “*Germânia*”, do historiador Tácito, e “*Tristia*”, ou as “*Canções de Tristeza*”, do poeta Ovídio, do latim. Paralelamente, ele iniciou o aprendizado autodidata de inglês e italiano, e ainda encontrou tempo para escrever uma novela humorística intitulada “*Escorpião e Félix*”, assim como uma peça de inspiração fáustica intitulada “*Oulanen*” [Gabriel, 2013]. Essas realizações evidenciam a notável amplitude de interesses intelectuais e talentos literários de Marx durante seu período universitário. Tais conquistas ilustram o intenso desejo de Marx por adquirir conhecimento e desenvolver suas habilidades em várias áreas do saber, revelando, desde então, sua dedicação e determinação como estudioso e pensador.

De fato, as circunstâncias políticas, na Alemanha daquela época, eram adversas. A ascensão de *Frederico Guilherme IV* ao trono, após a morte de seu pai, *Frederico Guilherme III*, marcou o início de uma perseguição implacável aos jovens hegelianos. Um acontecimento relevante foi a chegada de *Bruno Bauer* para lecionar em Bonn, garantindo a Marx, como dissemos, uma oportunidade de ensino na universidade. Contudo, a posição de Bauer passou a ser cada vez mais ameaçada devido aos seus ataques incisivos à religião e ao papel desta no Estado [Gabriel, 2013].

A crescente hostilidade em relação às ideias progressistas e a repressão política criaram um clima de incerteza e perigo para os jovens hegelianos, incluindo Marx. Nesse contexto, o ambiente intelectual e acadêmico, que antes era propício ao debate e à livre expressão, tornou-se hostil e restritivo, restringindo a liberdade de pensamento e a atuação política daqueles que buscavam questionar as estruturas estabelecidas.

Essas condições difíceis e opressivas influenciaram o desenvolvimento do pensamento de Marx e o impulsionaram a explorar outras esferas de atuação e reflexão que eventualmente o levariam a novos caminhos de pensamento e a sua significativa contribuição para o pensamento social e político.

Uma das primeiras medidas adotadas pela nova administração foi convidar *Schelling*, um notório opositor das ideias de Hegel, para assumir a liderança da Universidade de Berlim. Esse movimento resultou na expulsão de *Bruno Bauer* da vida acadêmica. Marx, que era amigo de Bauer na época, também foi alvo de perseguição. Esse período foi considerado um retrocesso para os princípios defendidos pelo grupo de esquerda e outros, dadas as restrições à liberdade de pensamento e à atuação política. Importante também destacar, como fez Netto, a influência de *Ludwig Feuerbach* sobre o jovem Marx.

*A Essência do Cristianismo*, de Feuerbach, teve um impacto significativo no pensamento do jovem filósofo e representou uma direção alternativa para o seu desenvolvimento intelectual, especialmente diante do contexto político adverso. O livro proporcionou a Marx uma abordagem materialista e antropológica para compreender a religião como uma projeção das aspirações humanas. Feuerbach apresentou uma análise profunda sobre como a religião aliena os seres humanos de sua própria essência, deslocando seus atributos e características para entidades divinas. A perspectiva materialista forneceu a Marx uma base sólida para sua crítica posterior à religião e à filosofia idealista, além de ter contribuído, significativamente, para a elaboração de suas ideias sobre a realidade material e a transformação social.

No entanto, Marx não poupou o próprio Feuerbach de duras críticas, especialmente na fase posterior de sua obra. Ele considerava que Feuerbach, apesar de ter se aproximado de uma abordagem materialista, ainda permanecia preso a uma concepção contemplativa e filosófica da realidade. Dizia que a

chave para compreender e transformar a sociedade estava na análise das condições materiais e nas relações sociais concretas, ao invés de se ater apenas à análise filosófica abstrata. Em sua obra, Feuerbach apresenta uma crítica ao cristianismo baseada, fundamentalmente, numa perspectiva antropológica [Netto, 2020]. O filósofo argumentava que, de forma materialista, a religião pode ser compreendida como uma expressão alienada, na qual atributos intrinsecamente humanos adquirem uma falsa autonomia em relação aos seres humanos e à sua vida prática e material. Feuerbach utiliza a categoria de alienação para revelar como a religião desvincula certos aspectos da experiência humana, projetando-os em entidades divinas, e, dessa forma, aliena os seres humanos de sua própria essência e poder de transformação [Netto, 2020].

Nessa perspectiva, a religião é interpretada como uma criação humana, uma projeção das aspirações, desejos e ideais da humanidade em um plano transcendental. Ao atribuir características humanas a entidades divinas, a religião separa o ser humano de si mesmo, levando-o a buscar fora de si a satisfação de suas necessidades. Essa alienação dos aspectos intrínsecos da vida humana, conforme argumenta Feuerbach, enfraquece a capacidade dos seres humanos de compreender e moldar seu próprio destino, relegando essa tarefa a entidades e forças divinas. Essa crítica profundamente antropológica de Feuerbach questiona a própria base da religião e suas implicações na vida humana, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento materialista e a formação de uma visão mais imanente e centrada no ser humano.

As divergências entre Marx e Feuerbach ilustram a evolução contínua do pensamento de Marx e sua busca incessante por uma abordagem mais completa e materialista na análise da sociedade e da história. Ao absorver influências de diferentes pensadores e, ao mesmo tempo, criticá-los e superá-los, Marx consolidou sua própria visão de mundo e contribuiu para a formação de uma teoria social revolucionária que ainda

hoje inspira e influencia muitos estudiosos e movimentos sociais. Ludwig Feuerbach estabeleceu como ponto de partida do conhecimento filosófico a existência de uma realidade objetiva, independente do espírito. Essa realidade inclui tanto a natureza quanto a humanidade. Ao fazer isso, Feuerbach fundamentou o materialismo como uma exigência para o desenvolvimento do pensamento teórico. Em outras palavras, ao reconhecer a realidade material como a base fundamental do conhecimento, enfatizou a importância de uma abordagem materialista na reflexão filosófica [Netto, 2020].

Como dissemos, essa perspectiva materialista de Feuerbach influenciou de forma significativa o jovem Marx, fornecendo-lhe ferramentas para compreender a sociedade, a história e a religião a partir de uma base material e histórica. Essa visão materialista da realidade se tornou uma pedra angular no pensamento de Marx e o impulsionou a desenvolver suas próprias teorias sobre a luta de classes, a alienação, a exploração econômica e a busca por uma sociedade emancipada. Entretanto, é importante ressaltar que a abordagem materialista de Feuerbach serviu como um ponto de partida para Marx, mas ele também se distanciou das concepções filosóficas abstratas de Feuerbach, buscando ir além da mera análise contemplativa da realidade.

Para Marx, a teoria deveria estar intimamente ligada à práxis revolucionária, ou seja, à ação concreta para transformar a realidade social. Essa abordagem mais dinâmica e transformadora tornou-se uma das marcas distintivas do materialismo histórico, por meio do qual Marx combinava a análise materialista da sociedade com a busca por uma mudança revolucionária e emancipatória. Mas, repito, tanto Marx quanto Engels foram profundamente influenciados pelas ideias de Feuerbach e se autodenominaram “*feuerbachianos*” por um certo tempo, reconhecendo a importância de sua abordagem materialista para o desenvolvimento do pensamento teórico.

No entanto, como mencionado anteriormente, Marx não se contentou em simplesmente interpretar o mundo, ele aspirava a transformá-lo. Por isso mesmo, o próprio Feuerbach não escapou às suas duras críticas. Assim, em suas conhecidas “*Teses sobre Feuerbach*”, mais precisamente na tese 11, Marx enfatiza que

*“[...] os filósofos historicamente se limitaram a interpretar a realidade de diferentes maneiras, mas o que realmente importava era a ação prática para transformá-la”*

Para Marx, a teoria e a filosofia não devem ser meros exercícios intelectuais desvinculados da realidade social, mas devem estar intrinsecamente ligadas à ação transformadora. Ele buscava transcender a filosofia puramente contemplativa e propunha uma abordagem engajada na mudança social e na emancipação dos trabalhadores. A luta de classes, a análise materialista da história e a busca pela superação das estruturas opressivas da sociedade eram aspectos fundamentais de sua visão teórica. Assim, Marx não somente reconheceu a contribuição de Feuerbach, mas também procurou avançar e superar suas limitações filosóficas, desenvolvendo o materialismo histórico e dialético como ferramenta teórica para a compreensão da sociedade e para a ação revolucionária. Essa abordagem engajada e transformadora é o que tornou a teoria marxista uma poderosa força para a mudança social e política ao longo da história.

Por volta de 1841, em meio ao contexto político tumultuado da Alemanha, Marx tomou a decisão de ingressar no mundo do jornalismo, visando dar continuidade aos seus estudos e assegurar seu sustento financeiro. Esses primeiros passos no novo universo intelectual foram dados quando ele se uniu a um



grupo de jovens para colaborar com o periódico *Gazeta Renana*<sup>2</sup>. Por meio de seus textos críticos, abordando uma ampla gama de questões, Marx rapidamente se destacou, o que resultou em sua nomeação para a posição de editor-chefe do jornal. Nessa função editorial, Marx teve a oportunidade de expressar suas ideias e visões sobre política, economia e sociedade, consolidando-se como um pensador e escritor influente no cenário jornalístico da época.

Através do jornalismo, Marx encontrou uma plataforma para disseminar suas análises e perspectivas sobre os problemas sociais e políticos que afligiam a Alemanha e o mundo. Suas reflexões engajadas, aliadas a uma habilidade notável como escritor, contribuíram para o reconhecimento e a apreciação de suas ideias por parte do público leitor. Marx utilizou o jornal como um meio para expor as injustiças e desigualdades sociais, além de defender suas convicções em favor da classe trabalhadora e da necessidade de transformações profundas na sociedade. Sua atuação como editor-chefe do *Gazeta Renana* lhe proporcionou uma voz ressonante no cenário político e intelectual da época, lançando as bases para suas futuras obras teóricas e políticas.

Ao impulsionar o debate público sobre questões sociais e econômicas, Marx começou a moldar uma visão de mundo que iria florescer em suas contribuições posteriores para o pensamento revolucionário e a luta pelos direitos dos trabalhadores. Essa fase inicial de sua carreira jornalística desempenhou um papel fundamental em sua trajetória intelectual e política, fortalecendo sua dedicação à busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sob a liderança de Marx, a *Gazeta Renana* adotou uma postura editorial corajosa e coerente, opondo-se de forma incisiva ao governo da época. Sua abordagem editorial era

---

<sup>2</sup> Jornal da Colônia, região da Renânia Setentrional que teria circulado entre 1842 e 1843.

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

pautada na busca por informações atualizadas e pesquisas locais e regionais sempre que possível, buscando oferecer uma visão precisa e fundamentada dos acontecimentos políticos e sociais. E, muito embora Marx defendesse firmemente o princípio da liberdade de imprensa, ele evitou entrar em confronto irresponsável com o Estado prussiano, buscando manter uma postura responsável e cautelosa diante das medidas repressivas adotadas pelo governo. No entanto, isso não o impediu de denunciar e criticar de forma contundente as políticas antidemocráticas adotadas pelas autoridades, buscando expor as injustiças e os abusos do poder estatal.

Infelizmente, essa postura corajosa do jornal e suas críticas incisivas ao governo acabaram por levar ao seu fechamento em 1843, por ordem das autoridades. Esse acontecimento marcou o fim desse importante capítulo na carreira jornalística de Marx. O fechamento da *Gazeta Renana* foi uma tentativa do governo de silenciar as vozes dissidentes e limitar a liberdade de expressão e de imprensa na Alemanha da época. Mas, embora o jornal tenha sido encerrado, a experiência de Marx como editor-chefe teve um impacto duradouro em sua visão política e na forma como ele percebia a relação entre o jornalismo, a política e a luta pelos direitos sociais.

Essa fase de sua carreira jornalística contribuiu para o fortalecimento de sua convicção sobre a necessidade de uma mudança social radical, bem como sobre a importância da participação ativa na esfera pública para a defesa dos interesses da classe trabalhadora e da justiça social. A experiência de Marx no jornalismo teve um impacto profundo em seu desenvolvimento intelectual. Através de sua atuação no jornal, despertou para a importância das questões econômicas e percebeu que uma compreensão teórica aprofundada da vida social era essencial para qualquer projeto de mudança sociopolítica eficaz, como diz Netto. Marx reconheceu que a teoria desempenhava um papel fundamental na compreensão das estruturas sociais, econômicas e políticas, uma vez que,

somente por meio de um embasamento teórico sólido, ele poderia vislumbrar as raízes das desigualdades e opressões presentes na sociedade.

Essa percepção o motivou a buscar uma formação teórica mais abrangente, que o levaria a desenvolver sua própria teoria econômica e filosófica revolucionária. A busca de Marx por uma formação teórica sólida o levou a mergulhar nos estudos da economia política, da filosofia e da história, entre outras disciplinas. Sua trajetória intelectual foi marcada por um processo de constante aprendizado, questionamento e aprofundamento de suas ideias. Assim, a experiência no jornalismo e a percepção da importância da teoria foram fundamentais para o desenvolvimento intelectual de Marx e para a construção de sua teoria crítica da sociedade. Essa busca por uma compreensão teórica mais profunda o preparou para suas futuras contribuições para o pensamento social e político, estabelecendo as bases para o surgimento do materialismo histórico e dialético, que se tornariam pilares fundamentais do pensamento marxista.

Conforme apontado por José Paulo Netto, em sua biografia de Marx, a pequena cidade de Kreuznach, situada a oitenta quilômetros de Trier, desempenhou um papel significativo como um refúgio para Marx, proporcionando-lhe um ambiente propício para aprofundar sua formação teórica. Foi nesse local que Marx concentrou seus esforços nos estudos da filosofia de Hegel, especialmente na obra “*Filosofia do Direito*”. Segundo relatos de Gabriel [2013], em uma carta dirigida a seu pai, Marx revelou o empenho com que se dedicou ao estudo de Hegel, chegando a ler integralmente a obra do filósofo alemão e todos os seus discípulos, mesmo durante períodos de doença.

Essa imersão nos escritos de Hegel permitiu a Marx absorver profundamente os conceitos e ideias presentes na filosofia hegeliana, que influenciariam significativamente sua própria formação intelectual. A intensa dedicação de Marx aos

estudos em Kreuznach demonstra seu comprometimento em buscar uma compreensão teórica abrangente e sólida, preparando-o para desenvolver suas próprias contribuições revolucionárias para o pensamento filosófico e social. Conforme enfatizado por José Paulo Netto em sua obra, Marx empreende uma análise crítica da instituição monárquica, defendida por Hegel, confrontando-a com a perspectiva democrática, na qual o povo coletivamente detém o poder de autodeterminação. Essa abordagem revela a busca de Marx por estabelecer uma visão política e social que se fundamente na participação ativa do povo na tomada de decisões políticas, visando à emancipação e à democratização da sociedade. A reflexão de Marx sobre a concepção hegeliana de Estado e suas implicações sociais e políticas representa um marco importante em seu desenvolvimento intelectual. Nesse processo, ele começa a formular suas próprias ideias e críticas dentro do contexto filosófico proposto por Hegel.

Ao confrontar a monarquia com a democracia, Marx busca apresentar uma perspectiva alternativa, centrada na participação popular e na igualdade política. Sua análise crítica do Estado hegeliano aponta para a necessidade de superar as estruturas políticas autoritárias e opressivas em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa fase de seu desenvolvimento intelectual é fundamental para o surgimento de suas concepções revolucionárias, que culminariam na formulação do materialismo histórico e na crítica ao capitalismo e às desigualdades sociais. A partir dessa perspectiva democrática e emancipatória, Marx constrói as bases para suas contribuições notáveis para o pensamento filosófico e social do século XIX.

Conforme ressaltado por Gabriel, Marx e Engels, em sua obra *A Ideologia Alemã*, introduziram uma perspectiva fundamentalmente diferente da de Hegel e seus seguidores em relação à história humana. Enquanto Hegel atribuía a força motriz da história a uma ideia ou espírito absoluto, Marx e Engels enfatizaram que a história é moldada pelas ações humanas e

pelas condições materiais em que essas ações ocorrem. Essa abordagem materialista da história representou uma contribuição crucial para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas. Ao destacar as condições materiais, como as relações de produção e as formas de propriedade, como fatores determinantes no curso da história humana, Marx e Engels apontaram para a relevância dos aspectos econômicos na evolução das sociedades.

Nessa perspectiva, a história é concebida como a história do homem, uma crônica das suas atividades e interações no contexto de sua organização social e econômica. Essa concepção materialista da história destaca a importância das relações sociais e econômicas como motores do desenvolvimento histórico, rompendo com explicações idealistas e transcendentais. A noção da base material da história humana, introduzida por Marx e Engels, foi um avanço revolucionário no pensamento social e político, influenciando profundamente o desenvolvimento do materialismo histórico, a teoria crítica da sociedade e a análise das lutas de classe e das transformações sociais.

A abordagem abriu caminho para uma compreensão mais concreta e científica dos processos históricos e sociais, desafiando interpretações idealistas e oferecendo uma base sólida para a análise e a transformação da realidade social. Conforme dito por Gabriel, a rejeição de Marx e Engels à concepção de que o homem é apenas um mero intérprete em um drama conduzido por forças superiores é essencial para a compreensão de sua abordagem materialista da história. Ao enfatizarem que a história é moldada pelas ações humanas e pelas condições materiais concretas, Marx e Engels reconheceram a capacidade do homem de ser um agente ativo e transformador em sua sociedade.

Essa visão coloca o homem no centro do processo histórico, permitindo que ele seja visto como um sujeito ativo, capaz de influenciar e transformar sua realidade. Ao rejeitar

explicações idealistas que atribuem a mudança histórica a forças transcendentais ou abstratas, Marx e Engels destacam a importância de analisar as circunstâncias concretas e tangíveis que moldam as ações humanas e a evolução da sociedade. Essa ênfase na realidade material e na ação humana tem implicações profundas para a compreensão da política e da luta por mudanças sociais. Ao reconhecer que todas as mudanças políticas, econômicas e sociais têm suas raízes em condições materiais específicas, Marx e Engels oferecem uma base sólida para a análise das desigualdades e das contradições sociais.

Essa abordagem também destaca a importância da luta pela emancipação e pela igualdade, uma vez que as mudanças sociais não são determinadas por forças externas, mas sim pela ação consciente e organizada dos indivíduos e das classes sociais. Em outras palavras, a rejeição da visão idealista da história e a ênfase na realidade material e na ação humana são elementos centrais da abordagem de Marx e Engels, contribuindo para uma compreensão mais profunda e concreta dos processos históricos e sociais, e para o desenvolvimento de uma teoria crítica e transformadora da sociedade.

A abordagem materialista de Marx e Engels, centrada na ação humana, permitia uma análise profunda e contextualizada da sociedade. Eles reconheciam que as condições materiais, como as formas de organização econômica, as relações de produção e as estruturas sociais, desempenhavam um papel fundamental na determinação do desenvolvimento histórico. Ao destacar as contradições e os conflitos de classe inerentes ao modo de produção capitalista, eles buscavam fornecer uma análise crítica da sociedade a fim de inspirar as pessoas a se conscientizarem sobre sua posição na estrutura social. Acreditavam que, ao compreenderem as condições materiais que moldam suas vidas, os indivíduos poderiam se engajar de forma mais consciente na luta por mudanças sociais e pela emancipação.

Essa abordagem também destacava a importância da ação coletiva e da organização das classes trabalhadoras na busca por sua própria libertação. Os amigos enxergavam o papel dos trabalhadores como sendo central na transformação da sociedade, uma vez que eles eram a classe que tinha o potencial de superar as contradições do capitalismo e criar uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, ao enfatizar a importância das condições materiais, se opunham às visões idealistas que atribuíam a mudança social a fatores abstratos ou espirituais. Eles defendiam uma análise científica da sociedade, baseada em dados concretos e na observação dos processos sociais reais. Assim, enfatizavam que as respostas para os problemas da sociedade estavam dentro da própria humanidade e não em forças sobrenaturais ou misteriosas.

Ao adotar uma abordagem científica, eles buscaram compreender as dinâmicas sociais e econômicas com base em evidências da vida real. A percepção de que a existência humana está profundamente enraizada no processo de produção e na transformação dos meios de subsistência permitiu-lhes compreender as relações sociais e as estruturas de poder que moldam a sociedade. Em poucas palavras, reconheceram que as condições materiais, como as formas de organização econômica e as relações de produção, têm um papel fundamental na determinação do desenvolvimento histórico, conforme apontando por Gabriel [2013].

Essa compreensão crítica levou Marx e Engels a analisar as contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista, bem como a defender a necessidade de transformações radicais para alcançar uma sociedade mais justa. Eles acreditavam que os indivíduos têm a capacidade de contribuir para essa transformação e que a ação coletiva, bem como a conscientização das classes trabalhadoras eram essenciais para a construção de uma sociedade emancipada. Ao adotar uma abordagem histórica e materialista, os dois proporcionaram uma visão profunda e crítica da sociedade, inspirando gerações posteriores de



pensadores a continuarem a buscar uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e a lutar por um mundo mais justo.

Essa abordagem histórica e dialética dos dois é evidenciada em sua concepção do desenvolvimento social. Como observado por Gabriel, cada geração avança aproveitando o progresso e as melhorias realizadas pelas gerações anteriores. No entanto, ao longo do tempo, surgem contradições e conflitos inerentes ao sistema econômico baseado na propriedade privada e no poder concentrado nas mãos de uma minoria privilegiada. À medida que a propriedade privada se consolida e a desigualdade social se aprofunda, uma classe antagônica emerge: a classe trabalhadora, que suporta os ônus sociais e econômicos do sistema sem usufruir de seus benefícios. Essa classe, que compreende a maioria da sociedade, gradualmente desenvolve a consciência de sua situação e da necessidade de uma transformação fundamental na estrutura social. Essa consciência comunista, como descrito por Marx e Engels, surge do reconhecimento das injustiças e contradições do sistema capitalista e da busca por uma sociedade melhor. A classe trabalhadora percebe que a luta coletiva é essencial para superar as desigualdades e alcançar uma mudança profunda nas estruturas sociais e econômicas.

Enfim, a dialética hegeliana teve uma profunda influência no pensamento de Marx, que reconheceu, inclusive, a importância da visão de Hegel sobre a história como um processo dinâmico e em constante evolução, impulsionado por conflitos e contradições. A perspectiva dialética hegeliana envolve a interação entre conceitos antagônicos, que se chocam e dão origem a um terceiro conceito, criando um movimento contínuo e progressivo. Marx incorporou essa noção dialética em sua própria análise da sociedade e da história. Ele viu a luta de classes como um exemplo essencial da dialética em ação, em que a oposição entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras gera conflitos que resultam em mudanças sociais e

transformações na estrutura de poder.

Para o filósofo, a dialética não era apenas uma teoria filosófica abstrata, mas uma ferramenta metodológica para analisar a realidade concreta da sociedade. Ele aplicou essa abordagem em suas investigações sobre a economia política e as relações sociais, buscando revelar as contradições inerentes ao sistema capitalista e as possibilidades de mudança revolucionária. Assim, a dialética hegeliana desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento de Marx, permitindo-lhe compreender a história como um processo dinâmico de mudança e identificar as contradições sociais que impulsionam a transformação da sociedade. Essa abordagem continua a ser uma parte central da teoria marxista e tem sido fundamental para o estudo e análise crítica da sociedade e da história.

***UM HOMEM DE PERSONALIDADE FORTE!***

Marx era reconhecido por possuir um temperamento profundamente intenso e apaixonado. Em diversas de suas obras, são identificadas alusões a controvérsias nas quais ele se viu envolvido. Algumas dessas disputas alcançaram notável renome, a exemplo de seu embate com Proudhon, que resultou na publicação da obra “*A Miséria da Filosofia*”. Inicialmente, não estava nos nossos desígnios abordar tais contendas no âmbito deste livro. Entretanto, é comum ser indagado, de maneira recorrente, por alunos e amigos acerca de um suposto “*lado agressivo*” de Marx. Frequentemente, esses questionamentos encontram-se tingidos por inclinações preconceituosas e fatos distorcidos. Em virtude de tal contexto, firmou-se a decisão de examinar, ainda que sucintamente, essa temática, buscando dissipar equívocos e elucidar determinados pontos. Vamos a alguns destes conflitos.

Em um encontro realizado em agosto de 1844, Marx e Engels inauguraram uma colaboração que não apenas os catapultaria a um amplo reconhecimento, mas que também os lançaria em meio a uma série de controvérsias. Um paradigmático exemplo dessa simbiose se evidencia na publicação do livro “*A Sagrada Família ou a Crítica da Crítica Crítica*”. Esse tratado inaugural, considerado a pedra angular das publicações conjuntas dos dois, engloba um espectro multifacetado de críticas, incluindo aquelas que foram dirigidas ao escopo de influência de *Bruno Bauer* e seus seguidores.

Bruno Bauer emergiu como um alvo suscetível às críticas proferidas por Marx e Engels no contexto em questão, pois ele havia defendido, por meio de suas obras, a tese de que a trajetória histórica constituía uma força determinante que conduzia os destinos humanos e não o inverso. Bauer postulou a proposição de que o envolvimento das massas na *Revolução Francesa* havia engendrado a corrupção das bases intelectuais que sustentavam a revolução, ensejando, assim, em seu

insucesso. Adicionalmente, fomentou uma série de críticas a Proudhon, fato que contribuiu para aumentar as críticas de Marx. O tratado coautoral de Marx e Engels personifica os diálogos e as controvérsias intelectuais inerentes àquela conjuntura histórica, erigindo suas próprias posturas e articulando críticas direcionadas a distintas teorias e pensadores.

As críticas enunciadas na *Sagrada Família* estão primordialmente dirigidas ao escopo do “*Jornal Literário Geral*”. Marx distingue que é dentro das páginas desse periódico que a crítica de natureza baueriana atinge seu ápice, o que se manifesta como a culminação do extravagante das elucubrações filosóficas alemãs em sua totalidade. Conforme Marx, esse jornal oferta à audiência em geral uma ilusão de teor filosófico especulativo. Adicionalmente, ele assevera que a crítica crítica, promovida por Bruno Bauer e seus associados não alçam as altitudes alcançadas pelo desenvolvimento teórico alemão em sua plenitude. Essas avaliações denotam a posição de Marx face à conjectura especulativa filosófica e às abordagens teóricas adotadas pelo *Jornal Literário Geral*, categorizando-as como subordinadas quando equiparadas ao patamar mais avançado do desenvolvimento teórico na Alemanha. Na obra em questão, ao empreender uma análise da contribuição do Sr. Reichardt nos volumes I e II do jornal, Friedrich Engels recorre a uma metáfora de cunho bíblico para se referir à “*Crítica Crítica*”. Delineia que, apesar de atribuir a si próprio uma superioridade em relação às massas, a “*crítica crítica*” nutre uma compaixão de dimensões infinitas para com a mesma coletividade.

Engels estabelece um paralelo entre a interação da “*crítica crítica*” com as massas e uma narrativa bíblica, delineando que o zelo da “*crítica crítica*” pela coletividade é de tal magnitude que se compara à ação de enviar seu filho único, com o objetivo de que todos aqueles que nele depositarem fé sejam redimidos e possam desfrutar das bênçãos inerentes à vida de análise crítica. Desse modo, Engels erige uma representação pictórica da grandiosidade e esplendor da “*crítica crítica*”, equiparando-a ao

filho unigênito na relação paterno-filial. Em uma subsequente abordagem, ao dissertar acerca dos artigos redigidos pelo Sr. Jules Faucher, outro colaborador do mencionado periódico, Engels empreende mais uma crítica à "crítica crítica", assinalando que esta última se submeteu a um estado de sublimação absurda no âmbito da prática e da trama histórica [Marx e Engels, 2011]. Todas estas críticas, assinadas por Marx e Engels, vão custar caro aos dois.

Engels também destaca uma série de distorções históricas aludidas pela "crítica crítica". Ilustrativamente, alude aos equívocos concernentes à invenção da máquina a vapor, a qual, de acordo com a perspectiva da "crítica crítica", teria precedido uma série de outras descobertas, mas que, na realidade, ocorreu em etapa posterior. Engels também tece uma crítica em relação à concepção atribuída pelo grupo à máquina, tratando-a como detentora de uma vontade própria, quando, de fato, a máquina é, unicamente, uma máquina e nada mais.

Ademais, repudia a noção de que a máquina, por estar em um estado de constante operação, imperiosamente determine o compasso de trabalho do operário, convertendo-o em um sujeito subserviente a uma vontade extrínseca. Ao examinar a análise crítica de Edgar Bauer, datada de 1843, Friedrich Engels também desencadeia uma série de duras críticas à perspectiva abraçada pelo grupo. Para eles, diz Engels, o fato de o trabalhador produzir tudo e com quase nada ficar é atribuído a uma fraca consciência. A "crítica crítica" aduz o seguinte, seguindo Marx e Engels:

*“[...] para que tudo possa ser gerado, uma consciência mais robusta do que a consciência do trabalhador é imperativa. Somente se invertêssemos tal enunciado é que este se revelaria veraz: o trabalhador nada concretiza, logo não possui coisa alguma, mas ele de fato realiza pouco, visto que seu trabalho é sempre específico, cotidiano, circunscrito somente às suas mais íntimas necessidades pessoais”*

*[Marx e Engels, 2011]*

Engels contrapõe essa perspectiva, argumentando que é precisamente a natureza concreta do trabalho do trabalhador, direcionado para suas necessidades pessoais, que o priva da aquisição de propriedade ou de direitos. Ele critica a ideia de que a consciência do trabalhador seria menos desenvolvida e sustenta que é a exploração sistemática e as relações de propriedade preexistentes que privam o trabalhador dos resultados de seus esforços. Ressalta a inversão promovida pela “crítica crítica”, que responsabiliza o trabalhador por sua situação de carência de propriedade, ao invés de questionar as configurações sociais e econômicas que perpetuam essa disparidade.

Na análise do artigo intitulado “*Proudhon*”, contido no Caderno V do *Jornal Literário Geral*, Marx e Engels empreendem uma crítica ao Sr. Edgar Bauer pela sua tradução e interpretação do ensaio “*O que é a propriedade?*” de Proudhon. Para os dois, o Sr. Edgar cometeu equívocos que justificam as críticas. O texto, dizem eles, possui uma inclinação distorcida e equivocada em sua abordagem. Eles postulam que o Sr. Edgar restringiu Proudhon a um mero “querer” e “pensar” ao interpretar o trecho em que Proudhon assevera:

*"[...] não almejo apresentar algum sistema inédito, não desejo senão a eliminação do privilégio, a erradicação da servidão... Justiça, somente justiça, é o que persigo"*  
*[Marx e Engels, 2011]*

Na perspectiva de Marx e Engels, essa circunscrição do pensamento de Proudhon a meras intenções benevolentes e opiniões desprovidas de fundamento científico denota uma característica atribuída à massa destituída de análise crítica. Diante disso, eles impugnam essa interpretação, sustentando que Proudhon não se circunscrevia meramente ao âmbito do “querer” e “pensar”, mas, de fato, apresentava uma crítica coerente à instituição da propriedade e procurava concretizar a abolição de privilégios e da sujeição. Eles censuram a abordagem do Sr. Edgar por reduzir o pensamento de Proudhon a uma simples expressão de boas intenções, relegando a segundo plano sua análise mais profunda e científica das estruturas sociais e econômicas. O Proudhon real, conforme apontam Marx e Engels, articula-se nos seguintes termos:

*"[...] não concebo um sistema; minha demanda se restringe ao término dos privilégios"*  
*[Marx e Engels, 2011]*

Portanto, o Proudhon real, segundo a percepção de Marx, não se engaja em um propósito científico abstrato. Na interpretação distorcida veiculada pela “crítica-crítica”, Proudhon suscita o questionamento acerca de se os indivíduos estão condenados a uma perpétua infelicidade. Em outras palavras, ele investiga se o infortúnio constitui uma atribuição moral inerente à condição humana. Entretanto, Marx encara esta

interpretação como uma percepção superficial e desprezível do pensamento de Proudhon. Destaca que o autêntico Proudhon propõe uma indagação distinta.

Ele formula a seguinte indagação: será que o infortúnio não configura, na verdade, uma necessidade de ordem material, quiçá até mesmo uma imposição? Nesse contexto, Marx não somente endereça críticas às ideias de Proudhon, mas também tece reprovação à versão adulterada postulada pelo Sr. Edgar Bauer. Nessa perspectiva, apesar de suas críticas a Proudhon, Marx também expressa sua dissensão quanto à interpretação distorcida promovida pela “crítica-crítica”, destacando, assim, as divergências entre o genuíno Proudhon e a versão exposta por Edgar Bauer.

Em seu ensaio “*Para a Questão Judaica*”, datado de 1843 e veiculado nos *Anais Franco-Alemães*, Marx engaja-se em uma disputa intelectual com Bruno Bauer, seu antigo colega e preeminente figura entre os jovens hegelianos. Nesse contexto, Marx emite críticas incisivas em relação a dois artigos assinados por Bauer, intitulados “*A Questão Judaica*” e “*A Capacidade dos Judeus e dos Cristãos Contemporâneos de se Tornarem Livres*”. A despeito do que ocasionou a indignação de Marx em relação a esses artigos? A irritação de Marx provém da posição defendida por Bauer, na qual sustentava que, num Estado fundamentado nos princípios do cristianismo, tal como a Prússia daquele período, seria inoportuno conferir emancipação política tanto aos judeus quanto aos cristãos.

Bauer sustentava que havia uma intrínseca contradição no fato de os judeus exigirem do Estado de orientação cristã a abdicação de suas convicções religiosas cristãs, com o propósito de assegurar seus direitos, enquanto eles próprios mantinham sua identidade cristã. Ademais, Bauer lançava críticas à autoidentificação dos judeus como o “povo eleito” e favorecido. Sua proposta de resolução advogava que tanto judeus quanto cristãos, na busca por uma eventual emancipação política,



deveriam renunciar às suas respectivas afiliações religiosas [Netto, 2020]. Essas premissas defendidas por Bauer constituíram o ponto de partida para as vigorosas críticas proferidas por Marx.

Marx refuta essa perspectiva de Bauer ao argumentar que a obtenção da emancipação política não está intrinsecamente subordinada à conquista da emancipação religiosa, contradizendo, assim, a assertiva do colega. Ademais, Marx realça que a realização da emancipação política, quando estabelecida por um Estado laico, não automaticamente conta a libertação individual do âmbito religioso. Conforme a interpretação proposta por José Paulo Netto, cuja abordagem compartilho, Marx não aborda a religião judaica mediante sua singularidade religiosa; em vez disso, ele analisa a religiosidade dos judeus a partir das circunstâncias concretas de suas existências, como uma projeção da materialidade que lhes é inerente. Noutras palavras, para Marx, a obtenção da emancipação política não se revela suficiente para alcançar uma emancipação autêntica da condição humana, visto que essa empreitada envolve aspectos materiais e sociais que transpassam a esfera religiosa. Cabe aqui uma reprodução da citação em que Marx responde aos judeus, vejamos:

*“[...] não dizemos, portanto, com Bauer, aos judeus: vós não podeis ser politicamente emancipados, sem vos emancipardes radicalmente do judaísmo. Nós dizemos-lhe antes: porque vós podeis ser politicamente emancipados sem vos verdes completamente livres e sem contradição do judaísmo, por isso [é que] a emancipação política não é propriamente a emancipação humana. Se vós, judeus, quereis ser politicamente emancipados sem vos emancipardes vós próprios humanamente, as meias – tintas e a contradição não residem apenas em vós, elas residem na essência e na categoria da emancipação política. Se vós estais presos nessa categoria, vós partilhais um constrangimento geral”*

[Marx apud Netto, 2020]

De acordo com Netto, Marx também se envolveu em uma disputa intelectual com Ruge, usando o periódico alemão “*Avante*” como plataforma para o debate. Na edição número 60, publicada em julho de 1844, Ruge teria escrito um artigo intitulado “*O Rei da Prússia e a Reforma Social*”. Nesse artigo, Ruge sustentava que a insurreição na Silésia era um acontecimento regional e que a pobreza dela decorrente poderia ser erradicada por meio de medidas educacionais e da reestruturação política. Ele promovia a ideia de uma “revolução política” e uma “revolução social”, mas alegava que a última carecia de espaço e não era viável na Alemanha, já que o âmbito político do país não abrangia a “questão social”.

Marx, por sua vez, objetou essas concepções de Ruge, alegando que a busca pela reforma social era intrínseca e indissociável da luta política. Ele sustentou que a mudança social não poderia ser relegada ao esquecimento ou marginalizada, pois representava um elemento inalienável para a emancipação dos trabalhadores e a eliminação das desigualdades sociais. O

embate intelectual entre Marx e Ruge refletiu divergências de perspectiva quanto à relevância e à natureza da transformação social na Alemanha daquele período. Em sua réplica a Ruge, Marx contesta as considerações do autor e apresenta uma série de fundamentos argumentativos. Marx sustenta que o pauperismo não se trata de um dilema geograficamente circunscrito ou limitado à Alemanha, mas, em vez disso, configura um fenômeno abrangente que também manifesta-se na Inglaterra e na França. Realça a necessidade de enxergar esse fenômeno mediante uma ótica social, ao invés de uma abordagem filosófica ou política, e advoga que suas raízes devem ser discernidas, particularmente nas medidas adotadas pelo Estado [Netto, 2020].

Marx emite críticas à postura do Estado burguês em relação ao pauperismo, ao asseverar que as medidas adotadas se limitam a providenciar medidas paliativas e ações beneficentes. Ele identifica que a abordagem política direcionada ao pauperismo é restrita e carece de abrangência. Ademais, destaca a interconexão entre a propriedade privada, a subjugação inerente à sociedade civil e a configuração do Estado moderno, delineando que esses componentes são intrínsecos. Através de suas críticas, Marx insinua uma perspectiva mais holística acerca da inter-relação entre o pauperismo, a propriedade privada e o papel do Estado, realçando a urgência de uma análise social e estrutural para compreender e solucionar as complexidades socioeconômicas.

Outra divergência intelectual muito tensa se deu com *Mikhail Bakunin*. A divergência entre os dois abarcou tanto o âmbito ideológico quanto o pessoal. Bakunin era notório por suas perspectivas revolucionárias mais extremas e sua crítica ao autoritarismo, o que incluía sua rejeição ao Estado. Contudo, as disparidades entre Marx e ele transcendiam as fronteiras das concepções políticas. Bakunin emergiu de uma linhagem aristocrática e era associado à elite burguesa da época. A ascendência paterna de Bakunin revelava seu vínculo com um

conde russo detentor de vastas propriedades e uma numerosa servidão a seu comando, conforme explicitado por Gabriel [2013].

Tal origem social e econômica, contrastante com as convicções antagônicas ao capitalismo e à elite de Marx, engendrou um terreno propício para conflitos entre os dois. Ademais, as discordâncias de cunho político e estratégico entre eles também acentuaram a tensão. Marx privilegiava a importância do proletariado industrial e da luta de classes como propulsora da revolução, ao passo que Bakunin advogava uma abordagem mais descentralizada, ancorada na ação direta das massas populares. Gabriel transcreve, inclusive, um trecho de um dos escritos de Bakunin acerca do seu convívio com Marx, vejamos:

*“[...] víamo-nos com grande regularidade, pois eu o respeitava muito por sua erudição e sua devoção apaixonada e séria - ainda que sempre eivada de vaidade pessoal - à causa do proletariado, e eu buscava avidamente por sua conversa, que era sempre instrutiva, espirituosa, quando não inspirada por ódios mesquinhos, o que [infelizmente!] era muitas vezes o caso. Nunca houve, no entanto, uma franca intimidade entre nós - nossos temperamentos não o permitiam. Ele me chamava de idealista sentimental, e estava certo; eu o chamava de fútil, pérfido e malicioso, e também eu tinha razão”*

[Gabriel, 2013]

Esses atritos culminaram em uma ruptura definitiva entre os dois no contexto do movimento socialista e anarquista da época, acarretando uma cisão entre as vertentes marxistas e anarquistas no seio do movimento operário e revolucionário. As recíprocas críticas entre ambos evidenciavam as discrepâncias ideológicas, estratégicas e sociais que impactaram suas relações e posições no seio do movimento revolucionário do século XIX.

Com efeito, as origens familiares e o histórico de Bakunin desempenharam um papel em moldar sua personalidade e suas inclinações políticas. Sua mãe possuía vínculos com os proeminentes Muraiev da Rússia, alguns dos quais foram executados por seu envolvimento nas insurreições contra o Czar em 1825, como observado por Gabriel. Tais acontecimentos possivelmente exerceram influência sobre Bakunin, contribuindo para sua radicalização posterior.

Também se registram desentendimentos entre Marx e Wilhelm Weitling. Weitling era conhecido por suas atividades de agitação e divulgação na Alemanha, mas Marx o censurou por causar excessiva agitação com seus discursos, conforme relatado por Gabriel [2013]. Em um encontro no qual Weitling apresentou suas concepções sobre como engajar os operários e apoiar suas lutas, a narrativa aponta que Marx o interrompeu e demonstrou irritação, alegando que Weitling estava infundindo esperanças ilusórias nos trabalhadores. Marx sustentou que não bastava os trabalhadores apenas terem consciência de sua desventura, mas era imperativo que eles compreendessem as raízes subjacentes de seu sofrimento.

Essa crítica articulada por Marx é um reflexo intrínseco de sua ênfase na análise materialista da sociedade, em que ele almejava compreender as estruturas e contradições sociais que fomentavam a exploração e opressão dos trabalhadores. Para ele, somente aguçar a consciência dos trabalhadores em relação à sua insatisfação não se mostrava suficiente; era preponderante oferecer uma análise precisa das circunstâncias sociais e econômicas que os subjugavam, visando promover a transformação revolucionária da sociedade. Essas dissensões entre Marx e seus contemporâneos refletem suas distintas abordagens teóricas e táticas políticas, bem como suas visões acerca da maneira pela qual o movimento operário deveria se organizar e engajar-se em suas reivindicações. Essas divergências e interpelações recíprocas integram a história do pensamento socialista e as discussões intrínsecas ao movimento operário do

século XIX.

Segundo relatos apresentados por Gabriel, em certa ocasião, numa discussão com Weitling, Marx estava tão exaltado que teria golpeado a mesa com tanta força que ocasionou a quebra de um lampião que ali estava. Em tempo, teria exclamado em voz alta que “*a ignorância jamais beneficiou alguém*”, numa crítica direta ao colega. Esse incidente resultou no término abrupto da reunião bem como deixou Marx isolado e enfurecido. Poucos dias depois, Marx teria dirigido críticas também a Hermann Kriege, rotulando-o como um “*utópico sentimental*”. Uma das objeções de Marx em relação a Kriege era sua utilização excessiva da palavra “amor” em um único artigo, que Marx considerou pouco fundamentado. Gabriel sugere que Marx estava impaciente com aqueles que priorizavam teorias abstratas em detrimento das evidências concretas.

Para Marx, não havia espaço para ilusões; ele estava convicto de que a revolução era iminente. Esses embates entre Marx e seus pares espelham as distinções teóricas e táticas que os separavam. Marx era notório por sua abordagem materialista, dando ênfase à imprescindibilidade de uma análise concreta das condições sociais e econômicas. Sua visão buscava um movimento operário alicerçado em análises científicas e na batalha pela metamorfose revolucionária da sociedade. Logo, ele expressava sua exasperação em relação àqueles que, segundo sua avaliação, se mantinham distantes das realidades tangíveis da luta de classes e do iminente desencadeamento da revolução.

**MISÉRIA DA FILOSOFIA OU FILOSOFIA DA MISÉRIA?**

Marx conheceu Pierre-Joseph Proudhon em julho de 1844. Proudhon, um autodidata, ganhou renome ao apresentar uma pergunta icônica em seu livro de 1840, intitulado “*O que é a propriedade?*”, respondendo de maneira enfática: “a propriedade é um roubo”. Ele advogava pelo término dos privilégios e procurava fomentar a justiça social, assim como Marx. Entretanto, suas abordagens em comum não foram suficientes para minimizar os atritos pessoais entre os dois. Mas é importante enfatizar que Marx sempre reconheceu, apesar das críticas, a relevância da obra de Proudhon. De fato, Marx chegou a afirmar, conforme apontado por Gabriel, que

*"[...] Proudhon foi o primeiro a elucidar os males sociais inerentes a um sistema fundamentado na propriedade privada"*  
[Gabriel, 2013]

Portanto, apesar das discordâncias entre os dois, eles nutriram um mútuo respeito em relação às suas contribuições teóricas. Em 1847, Marx redigiu “*Miséria da Filosofia*” como uma resposta direta ao livro de Proudhon “*Filosofia da Miséria*”, publicado um ano antes. Por meio de uma carta, Proudhon requisitou a Marx que revisasse os trechos a serem incorporados em sua obra, buscando uma avaliação rigorosa. Marx examinou o livro e ficou inquieto com a noção de valor proposta por Proudhon, que asseverava ter feito uma descoberta notável.

O filósofo contestou essa alegação, argumentando que tal conceito não se revestia de originalidade nem de fundamentação científica. Do ponto de vista de Marx, Proudhon partia do valor já estabelecido e erigia sua construção conceitual do mundo social a partir daí. Porém, para Marx, a abordagem de Ricardo procedia de modo diametralmente oposto. Ele sustentava que a sociedade deveria ser o ponto inicial para compreender a gênese do valor. Assim, Marx delineou sua crítica a Proudhon ao

afirmar que

*"[...] a teoria dos valores de Ricardo é a representação científica da vida econômica presente, ao passo que a teoria dos valores do Sr. Proudhon é uma representação utópica da teoria de Ricardo"*  
[Marx, 1985]

Essa declaração ressalta a discrepância fundamental entre as abordagens dos dois pensadores no que tange à compreensão do valor na esfera econômica. Adicionalmente, Marx também adentra a esfera da dialética hegeliana, da qual se originou a dialética marxista, para direcionar uma crítica incisiva às proposições de Proudhon. De modo enfático, ele declara que:

*"[...] o Sr. Proudhon somente possui a linguagem dialética de Hegel. Seu movimento dialético se resume a uma distinção dogmática entre o bem e o mal"*  
[Marx, 1985]

Essa crítica manifesta a insatisfação de Marx com a abordagem adotada por Proudhon, que, segundo ele, não apreendia integralmente a dinâmica do movimento dialético. Para Marx, a dialética engloba a coexistência de duas facetas contraditórias, a luta e a fusão em uma nova categoria, cuja dinâmica não emergia de maneira nítida nas ideias de Proudhon. Esses apontamentos críticos delineiam uma divergência substancial nas concepções dialéticas entre os dois.

Marx também apresentou críticas à “*Metáfora de Prometeu*” empregada por Proudhon para ilustrar a relação entre produção e consumo. Conforme a perspectiva de Proudhon, *Prometeu* emerge da natureza, entrando na vida com uma serenidade inerte. Gradativamente, ao dedicar-se ao



trabalho, sua riqueza se multiplica por dez. No segundo dia, Prometeu divide seu trabalho, elevando seu produto para cem. No terceiro dia, por meio da engenhosidade de máquinas, ocorre uma elevação na quantidade da produção, antecipando uma felicidade ampliada. Ademais, uma vez que, para Prometeu, consumir equivale a produzir, torna-se manifesto que cada ciclo de consumo, ao eliminar apenas os resultados do dia anterior, deixa para o dia subsequente um excedente do produto.

Marx, entretanto, objetou essa metáfora, questionando sua validade e abordagem. Ele se aprofundou na dinâmica da produção, consumo e relação com o excedente, buscando uma análise mais complexa e concreta das implicações econômicas e sociais subjacentes. Através dessa crítica, Marx procurou aprimorar a compreensão das interações entre produção e consumo, indo além da visão simplista apresentada por Proudhon. A crítica de Karl Marx à metáfora de Prometeu, utilizada por Proudhon, aponta para uma perspectiva mais matizada que vai além da acumulação linear de riqueza e excedentes. A alegoria de Proudhon retrata Prometeu emergindo do seio da natureza, passando de um estado de inércia encantadora para um trabalho ativo.

Por meio da divisão do trabalho e da subsequente introdução de máquinas, sua produção se multiplica, prometendo maior contentamento. Nessa representação, cada dia de consumo simplesmente elimina os produtos do dia anterior, gerando um excedente para o dia seguinte. No entanto, Marx encontra, na metáfora de Proudhon, uma lacuna ao capturar as dinâmicas intrincadas e contraditórias inerentes à relação entre produção e consumo. Argumenta que a interação entre produção e consumo é um processo muito mais complexo que engloba complexidades socioeconômicas mais amplas. Descartando a noção de que o consumo meramente envolve o descarte da produção do dia anterior, Marx enfatiza a necessidade de uma análise mais sofisticada das relações de classe, das contradições inerentes ao sistema capitalista e dos

mecanismos exploratórios presentes tanto na produção quanto no consumo.

A crítica de Marx à metáfora de Prometeu constitui um esforço intelectual para destacar as insuficiências dessa representação simplificada do processo produtivo. Isso ressalta o compromisso de Marx com uma elucidação abrangente das estruturas sociais e econômicas subjacentes ao sistema capitalista. A crítica destaca a aspiração consciente a analisar e elucidar os mecanismos multifacetados que moldam os fenômenos econômicos e sociais. Ademais, na análise da metáfora, Marx expõe uma perspicaz constatação: o personagem Prometeu se mostrava tão frágil em termos de lógica quanto na esfera da economia política, o que, por sua vez, adquiria uma conotação humorística. Marx sustentava que, ao se aventurar no escrutínio da produção e do consumo, o protagonista proudhoniano assumia uma postura grotesca. Efetivamente, para Proudhon, os conceitos de consumo e produção eram percebidos como intercambiáveis. Nessa perspectiva, como observado por Marx, a lógica de Proudhon implicava em consumir, no dia subsequente, o que havia sido produzido no dia precedente, baseando-se em uma reserva diária de trabalho excedente. No entanto, Marx lançava indagações sobre o primeiro dia, que, pela sua própria natureza, carecia de um dia anterior como ponto de referência.

Adotando a premissa lógica subjacente a essa metáfora, Marx sustentava que seriam necessários dois dias de trabalho para estabelecer um dia de reserva e, por conseguinte, consumir no dia subsequente o que havia sido produzido no dia anterior. O filósofo também fez críticas incisivas à abordagem proudhoniana da dialética hegeliana. Para Marx, todas as categorias econômicas propostas por Proudhon carregavam uma dualidade intrínseca: um polo benéfico e outro prejudicial, uma vantagem e um inconveniente. Para Proudhon, a simples preservação do aspecto positivo e a rejeição do aspecto negativo destas categorias eram suficientes.

Contudo, Marx defendia que tal axioma não se desdobrava em uma conclusão tão simplista. Para sustentar sua crítica em relação a Proudhon, Marx se valia do exemplo da escravidão. Para Marx, a escravidão era uma categoria econômica, embora carregada de um aspecto profundamente negativo. Ele levantava a indagação sobre o que teria acontecido se a lógica proudhoniana tivesse prevalecido em seu tempo e a escravidão fosse abolida. Em resposta, sustentava que a escravidão constituía o alicerce sobre o qual repousava a indústria burguesa. Na ausência da escravidão, a exploração do algodão, essencial para a dinâmica da indústria, teria se tornado inviável, resultando na estagnação da própria indústria moderna.

É crucial ressaltar que Marx não estava advogando em prol da manutenção da escravidão, mas sim desconstruindo a lógica proposta por Proudhon. O filósofo destacava que a escravidão conferia valor às colônias, impulsionando, por sua vez, o comércio global, que constituía a base da grande indústria. Portanto, argumentava que a abolição da escravidão teria resultado em uma realidade onde:

*"[...] a América do Norte teria sido varrida do mapa das nações"*  
*[Marx, 1985]*

Além disso, Marx também direcionava críticas à compreensão limitada de Proudhon em relação à “*renda da terra*”, uma categoria que desempenhava um papel de significativa importância em suas obras. Proudhon sustentava que o avanço industrial e o aprimoramento da exploração da terra seriam os fatores responsáveis pelo aumento da renda. Todavia, Marx contra-argumentava que, na realidade, tais melhorias tendiam a resultar em uma diminuição da renda. Marx questionava o verdadeiro impacto dessas melhorias tanto no âmbito agrícola quanto na manufatura. A isto respondia afirmando que essas melhorias consistiam em produzir mais utilizando a mesma quantidade, ou até mesmo menos trabalho.

Nesse cenário, os arrendatários não precisavam empregar uma quantidade adicional de trabalho. Assim, Marx [1985] enfatizava de maneira contundente que as melhorias, ao contrário do que afirmava Proudhon, em vez de continuamente aumentar a renda, constituíam obstáculos temporários que impediam seu crescimento. Também observava que os proprietários de terra, na Inglaterra do século XVII, tinham compreendido tão bem essa realidade que:

*"[...] Resistiam ao avanço da agricultura, temendo uma  
diminuição de seus rendimentos"*  
[Marx, 1985]

No *Manifesto Comunista*, Marx retoma sua crítica a Proudhon, rotulando-o como um “*socialista burguês*”. Para ele, os socialistas burgueses, incluindo Proudhon, aspiravam desfrutar dos padrões de vida proporcionados pela sociedade moderna, porém sem enfrentar os desafios e riscos intrínsecos a ela. Em outras palavras, Marx argumentava que eles almejavam manter os benefícios e privilégios da classe burguesa, mas sem a presença do proletariado e sem se responsabilizar pelas implicações socioeconômicas dessa estrutura. Mas, não obstante as críticas de Marx, o livro de Proudhon, como observado por Gabriel [2013], recebeu uma acolhida entusiástica na França e foi traduzido para o alemão. Por sua vez, Marx enfrentou dificuldades para encontrar um editor disposto a publicar sua resposta à obra de Proudhon. Ele teve que financiar a publicação de oitocentos exemplares em Paris e Bruxelas com recursos próprios limitados.

Contudo, embora o livro não tenha alcançado êxito comercial, ele desempenhou um papel de destaque na trajetória de Marx, simbolizando a “derrocada” do último grande intelectual em seu caminho. Nesse sentido, Marx concluiu sua extensa batalha intelectual com as correntes de pensamento do

passado, abrangendo os campos do socialismo, comunismo, hegelianismo, cristianismo e judaísmo, como observado por Gabriel. Esse momento desempenhou um papel crucial em sua jornada intelectual, marcando uma virada em direção às suas próprias ideias e teorias que, posteriormente, seriam minuciosamente desenvolvidas em obras como o *Manifesto Comunista* e *O Capital*.

Esse marco representou a transição para a concretização das aspirações que Marx acalentava, a passagem da abstração teórica para a possibilidade de implementar efetivamente um sistema político, econômico e social. Após as polêmicas e os confrontos intelectuais, Marx encontrou-se em uma posição em que podia direcionar seus esforços para a realização do que havia idealizado. Conforme indicado em registros históricos, Marx teria expressado o desejo de se integrar ao processo revolucionário e histórico, considerando essa participação como uma missão a ser cumprida [Gabriel, 2013].

Enfim, a notável contribuição intelectual de Marx deve ser reconhecida e valorizada. Seus debates, críticas e reflexões aprofundaram os fundamentos do pensamento socialista e revolucionário, moldando a trajetória da teoria e da prática política para as gerações futuras. Assim, é injusto reduzir a figura de Marx apenas às suas disputas intelectuais. Contrariamente ao que algumas abordagens contemporâneas podem insinuar com malícia, Marx era uma personalidade com atributos que transcendiam suas capacidades intelectuais. Gabriel [2013] lança luz sobre seu aspecto mais humano ao destacar que, na esfera pessoal, Marx era afetuoso, empático, generoso e frequentemente descrito como uma companhia agradável, exceto em momentos de insônia ou quando afligido por preocupações relacionadas ao seu trabalho.

É fato e muitos biógrafos do filósofo assim afirmam que, em contextos públicos, Marx frequentemente adotava uma postura de debatedor perspicaz, ocasionalmente exibindo traços

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

de arrogância e impaciência quando confrontado por discordâncias. Mas não podemos reduzir a sua contribuição intelectual aos seus conflitos pessoais, às suas divergências pessoais com colegas e outros intelectuais da época. Isso seria, no mínimo, injusto.

***ENGELS: UM INTELLECTUAL E AMIGO NA VIDA DE MARX***

Friedrich Engels [1820-1895] desempenhou um papel fundamental como filósofo, cientista social e revolucionário alemão, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do pensamento socialista e comunista em parceria com Karl Marx. Ele nasceu em Barmen, região que atualmente pertence à Alemanha, e sua influência, no contexto das ideias revolucionárias, merece destaque, conforme pontuado por Gabriel [2013]. A relação entre Marx e Engels transcendia a amizade, transformando-se em uma colaboração intelectual profunda. Após seu encontro pessoal em Paris, no ano de 1844, eles compartilharam concepções, debateram filosofia, política e economia, além de desenvolverem projetos conjuntos que viriam a ser fundamentais para a consolidação do pensamento socialista.

Essa parceria não se restringia apenas à camaradagem, envolvia também uma intensa colaboração intelectual. Ambos trocavam ideias, revisavam e comentavam mutuamente suas obras, além de chegarem a coescrever diversos textos juntos. Especialmente notável foi a produção conjunta do “*Manifesto Comunista*”, em 1848, obra na qual delineararam as bases do materialismo histórico, discutiram a luta de classes e advogaram pela revolução proletária [Netto, 2020]. Engels desempenhou um papel crucial no suporte à pesquisa e ao desenvolvimento teórico de Marx. Suas próprias análises econômicas, observações sobre a classe trabalhadora na Inglaterra industrializada e suas pesquisas contribuíram para alicerçar e enriquecer as reflexões de Marx sobre o sistema capitalista e suas implicações sociopolíticas.

A amizade profunda e a colaboração intelectual entre Marx e Engels foram fundamentais para a formulação e a elaboração do socialismo científico. O intercâmbio de influências entre eles gerou uma abordagem holística e coerente para a compreensão das dinâmicas sociais, históricas e das forças

motrizes das transformações sociais [Gabriel, 2013].

Em última análise, a parceria entre os dois permitiu a ambos produzir uma análise integrada e profunda da sociedade capitalista, suas contradições e as possibilidades revolucionárias de transformação em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Engels, diz Gabriel,

*“[...] era uma rara combinação, um homem de ideias e reformador capaz de escrever artigos de grande eloquência e imediatismo, mas também um homem de negócios que conhecia o funcionamento da indústria desde a sala do patrão até o chão de fábrica. Entendia as ramificações sociais, políticas e econômicas do novo sistema industrial, pois vivera dentro dele. Era um enviado do mundo material, desembarcado na porta de Marx, para preencher as lacunas de seus estudos teóricos”*

*[Gabriel, 2013]*

Engels foi também um destacado defensor dos direitos dos trabalhadores, exercendo um papel ativo no movimento operário da Inglaterra e contribuindo, de maneira significativa, para a análise crítica do sistema capitalista. Sua dedicação aos temas sociais e econômicos, aliada à sua clara percepção das injustiças perpetradas pelo capitalismo industrial, o conduziu a escrever, de forma incisiva, sobre a exploração enfrentada pelos trabalhadores. Por meio de suas obras, Engels expôs as condições precárias nas quais a classe trabalhadora vivia e laborava durante a Revolução Industrial. Seus textos lançaram luz sobre os desafios enfrentados por esses trabalhadores, as péssimas condições de trabalho e os efeitos nefastos do sistema de exploração capitalista sobre suas vidas. Sua atuação como observador e crítico contribuiu para sensibilizar a opinião pública sobre a urgência das reformas sociais. Também se engajou na análise das contradições inerentes ao sistema capitalista,



explorando como a acumulação de riqueza por uma minoria estava intrinsecamente vinculada à exploração da maioria trabalhadora.

Suas reflexões acerca da concentração de capital, da alienação e das disparidades socioeconômicas forneceram um arcabouço teórico sólido para a compreensão das dinâmicas do sistema capitalista e suas implicações em termos de desigualdade e exploração. Além disso, compartilhava com Marx a visão de que a emancipação da classe trabalhadora só poderia ser alcançada por meio de uma revolução proletária. A necessidade de superar a estrutura de classes e estabelecer uma sociedade mais igualitária e justa era um pilar central de seu pensamento. Sua influência na construção do pensamento socialista e comunista, em conjunto com Marx, enriqueceu as perspectivas teóricas e práticas que sustentaram o movimento operário e revolucionário.

Nesse contexto, Engels não apenas contribuiu para a teoria, mas também desempenhou um papel ativo na prática do movimento operário, advogando por reformas sociais e por uma transformação radical da sociedade. Sua dedicação à causa da classe trabalhadora e seu compromisso em divulgar as injustiças do sistema capitalista contribuíram para moldar o pensamento socialista e revolucionário do século XIX. Ele faleceu em 1895, mas seu legado continua a ser uma fonte de inspiração para aqueles que buscam compreender as dinâmicas do capitalismo, as lutas da classe trabalhadora e as perspectivas de uma sociedade mais justa e igualitária. Suas contribuições como pensador e revolucionário ao lado de Marx solidificaram sua posição como uma figura-chave na história das ideias socialistas e comunistas, de modo que sua influência continua a ressoar nas discussões acadêmicas e políticas contemporâneas.

**UM POUCO MAIS DE MARX**

Com as justas homenagens prestadas a Friedrich Engels, prosseguiremos em nossa jornada pela trajetória de Karl Marx. No intervalo entre os anos de 1843 e 1844, Marx concebe duas obras de inegável significância: “*A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*” e “*Sobre a Questão Judaica*”. Nessas obras, Marx se empenha em uma análise crítica de magnitude singular, para a qual converge sua visão materialista com críticas acerbas à estrutura jurídica e política inerente à sociedade burguesa. Na primeira, empreende uma investigação minuciosa da filosofia jurídica de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Nesse contexto, delinea-se uma perspectiva materialista que se traduz em uma interpelação crítica à ordem jurídica e política vigente na sociedade burguesa. Marx destaca-se ao desnudar as nuances da ideologia hegeliana, desvelando suas relações intrínsecas com as configurações de poder e as contradições sociais subjacentes. Nesse esforço crítico, Marx engendra o arcabouço intelectual que viria a fundamentar suas análises posteriores, enraizadas na materialidade histórico-social.

Na segunda, empreende uma análise multifacetada sobre a emancipação judaica na Alemanha. Com agudeza filosófica, ele questiona as limitações e ambiguidades inerentes à emancipação política formal, evidenciando que a mera concessão de direitos cívicos não equaciona as complexas nuances da emancipação humana. Marx destila críticas que transcendem as fronteiras religiosas e políticas, argumentando em prol de uma emancipação universal que dissolva as barreiras que fragmentam a humanidade em categorias estratificadas. Essas obras não apenas revelam o compromisso de Marx com uma análise filosófica rigorosa, mas também traçam um roteiro para sua busca incessante por uma compreensão abrangente das estruturas sociais, políticas e ideológicas.

A análise aguda e os argumentos cuidadosamente articulados em ambas as obras são testemunhos da capacidade

intelectual de Marx de penetrar nas camadas mais profundas das relações sociais e propor alternativas transformadoras. Nesse período, a eloquência de suas críticas e a proeminência de suas perspectivas materialistas pavimentariam o caminho para as elaborações teóricas posteriores que revolucionariam o pensamento social e político. As referidas obras constituíram não apenas uma demonstração da perspicácia analítica singular de Marx, mas também assinalaram a originalidade intrínseca às suas reflexões, solidificando, assim, sua estatura como um intelectual brilhante.

A singularidade das suas abordagens gerou um impacto reverberante no cenário filosófico e político contemporâneo, elevando Marx ao status de uma figura central nos debates da época. Através da elaboração meticulosa presente na “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*” e em “*Sobre a Questão Judaica*”, Marx expôs sua habilidade ímpar de realizar análises críticas sobre conceitos essenciais, desafiando os paradigmas e as estruturas então estabelecidas. Nessas obras de relevância ímpar, Marx não apenas analisou com profundidade os fundamentos teóricos e ideológicos vigentes, mas também lançou luz sobre as contradições e limitações inerentes a esses conceitos. Sua abordagem não se restringiu a um mero questionamento, mas sim incorporou uma capacidade intrínseca de redefinir os contornos do pensamento filosófico e político da sua época. As discussões estimuladas por essas obras reverberaram amplamente, catalisando debates acalorados e conduzindo a uma reavaliação de muitas premissas então aceitas.

Esses escritos tanto evidenciam seu domínio de fundamentos filosóficos complexos, quanto sinalizam a virada do intelectual de uma análise crítica para a formulação de alternativas concretas. Essas sementes de inovação crítica lançadas por Marx nesse estágio inicial da sua carreira intelectual floresceriam, posteriormente, em contribuições de vulto que redesenhariam profundamente o panorama do pensamento social, econômico e político, deixando um legado indelével na

história do pensamento humano.

O ano de 1847 assinalou um momento de significativa importância na trajetória intelectual e política de Marx, quando ele ingressou nos quadros da “*Liga dos Comunistas*”, uma congregação de trabalhadores alemães que desempenhou um papel de primordial relevância no emergente movimento operário da época. Como bem enfatizado por Engels, essa liga manifestava sua presença por meio de associações laborais disseminadas por todo o território alemão, assumindo assim uma posição proeminente no contexto do incipiente movimento trabalhista alemão [Engels, 2019].

Foi durante a reestruturação da liga, ocorrida entre o final de 1847 e o início de 1848, que se deliberou sobre a compilação e publicação dos princípios do partido comunista em um manifesto. A responsabilidade de confeccionar o manifesto recaiu sobre Marx e Engels, que se comprometeram a forjar um opúsculo que fosse acessível e compreensível para a classe trabalhadora. Desse contexto emergiu o “*Manifesto do Partido Comunista*”. Esse documento ímpar, que marcaria um divisor de águas, não apenas expôs os princípios fundamentais do comunismo, mas também estabeleceu os alicerces teóricos e a orientação política que definiriam o futuro da doutrina comunista e suas implicações para a transformação social.

O “*Manifesto do Partido Comunista*” constituiu um marco de considerável magnitude no seio da trajetória do movimento operário. Dado à luz em 1848, esse manifesto proferiu uma análise de conotação crítica acerca do arranjo capitalista e delineou, de maneira precisa, os preceitos e os desígnios subjacentes ao ideal comunista. Com um discurso perspicaz e despojado de arroubos, o manifesto almejava estabelecer vínculos com as massas trabalhadoras, convocando-as a unirem-se na demanda pela emancipação e equidade. As reverberações engendradas pelo “*Manifesto do Partido Comunista*” foram de dimensões profundas e permanentes.

O tratamento dos problemas associados à exploração capitalista e à luta de classes dotou a obra de um estatuto de imprescindibilidade no âmbito do movimento socialista, exercendo influência sobre múltiplas gerações de pensadores, militantes e trabalhadores ao redor do globo. O folheto angariou aclamação e apreço por parte de diversos líderes e ativistas da época. George Julian, figura proeminente do movimento cartista na Inglaterra, foi assertivo ao dizer que o manifesto se configurava como:

*"O documento mais revolucionário já testemunhado pelo mundo"*

*[Harney citado por Gabriel, 2013]*

Com efeito, tal afirmação enfatiza a importância ímpar e a notável influência que reverberaram a partir do “*Manifesto do Partido Comunista*” no contexto político e intelectual da época. A sua mensagem de índole radical e o apelo intransigente à mobilização instigaram numerosos indivíduos engajados na luta pela transformação social. Em virtude do impacto extraordinário perpetrado por esse manifesto, ele merece a concessão de um capítulo exclusivo nas narrativas deste livro. Obra singular que, por si só, condensa os alicerces basilares do comunismo e proporciona uma exposição límpida das críticas engendradas por Marx à arquitetura capitalista e das proposições por ele delineadas para uma ordem social renovada. Ao reservarmos um espaço às páginas do manifesto, e isso será feito, conferimos um tributo à sua importância histórica.

Retomando a trajetória de Marx, ainda em 1848, ele transferiu seu domicílio para Colônia e fundou a *Nova Gazeta Renana*. A concepção desse periódico emergiu como uma plataforma destinada ao escrutínio de ideias políticas e sociais durante o fervilhar do movimento revolucionário de 1848 na Alemanha. O jornal recém-criado, conforme testemunho de Engels, se erigiu como o único a defender os interesses do

proletariado. Após o golpe de Estado prussiano, em novembro de 1848, o jornal adotou uma postura de convocação incessante do povo para rejeitar o pagamento de impostos e responder à violência com contraposição igual [Engels, 2019].

Em virtude dessas diretrizes, o periódico se viu imerso em diversos litígios judiciais e, apesar do firme antagonismo e de sua resiliência, a última edição do jornal foi lançada em maio de 1849. Sob o peso de uma perseguição inclemente, Marx optou por distanciar-se, momentaneamente, do campo político e investir seu tempo no aprofundamento acadêmico. Ele passou a frequentar, assiduamente, a biblioteca do Museu Britânico, intensificando suas incursões na economia política e contribuindo com a publicação de artigos para o *New York Tribune*. No entanto, aproximadamente uma década mais tarde, ele retornaria à dianteira do panorama político e intelectual.

No ano de 1857, Marx produziu os "*Grundrisse*", uma coleção de manuscritos preparatórios para a sua magna obra teórica, "*O Capital*". O conjunto de escritos abrange uma vasta gama de temáticas que transitam entre o espectro econômico, político e filosófico, todos intrinsecamente ligados à sua crítica da economia política. Entretanto, como atentamente enfatizado por Engels [2019], o primeiro resultado tangível das incursões de Marx nos estudos econômicos culminou na publicação, em 1859, da obra "*Contribuição à crítica da economia política*".

Para Engels, esta obra representou um momento crucial em que Marx apresentou, pela primeira vez de maneira sistemática, sua teoria do valor e sua teoria do dinheiro. O livro, portanto, consolida-se como um pilar essencial no alicerce das ideias econômicas marxistas, conferindo-lhes uma base sólida e substancial para a edificação de sua análise crítica da economia política. A trajetória intelectual de Marx encerrou com seu falecimento em Londres, no ano de 1883. No entanto, mesmo após sua morte física, suas ideias e teorias continuaram a irradiar influência em distintas regiões do mundo.

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

Finalmente, o legado intelectual de Marx reverberou de forma significativa nos campos da filosofia, sociologia, economia e política. Suas ideias continuam a ser um ponto central de estudo, discussão e implementação em diversas esferas, inspirando movimentos sociais, fortalecendo partidos políticos e influenciando intelectuais em todo o mundo. Esse é o impacto duradouro do pensamento marxista.

***PROLETÁRIOS DO MUNDO UNI-VOS: UM MANIFESTO!***

Na introdução do “*Manifesto Comunista*”, Marx e Engels empregam uma metáfora - que tomei como inspiração para dar nome ao livro - ao retratar o comunismo como um “fantasma”. Eles utilizam essa imagem de forma metafórica para ilustrar a maneira pela qual a sociedade europeia da época encarava o avanço do comunismo. Os autores reconhecem a necessidade premente de os comunistas apresentarem, publicamente, seus pontos de vista, objetivos e tendências, confrontando assim a visão predominante que caracterizava o comunismo como mera figura fantasmagórica.

A metáfora do “fantasma” é empregada com o intuito de enfatizar que o comunismo não era meramente uma concepção abstrata ou utópica, mas sim uma realidade concreta que estava ganhando ímpeto entre as camadas trabalhadoras. O manifesto foi concebido com a clara finalidade de desvendar e tornar visível o comunismo como uma força política e social em ascensão, capaz de subverter a ordem estabelecida. Nesse sentido, o manifesto emerge como uma resposta direta à percepção equivocada e temerosa que permeava a sociedade em relação ao comunismo, buscando elucidar, de forma inequívoca e incisiva, os princípios e objetivos subjacentes a esse movimento transformador.

O cerne do livro, na verdade um panfleto, residia na intenção de romper com a percepção distorcida do comunismo como um mero fantasma para, em seu lugar, apresentá-lo como uma força revolucionária genuína, plenamente capaz de desafiar a estrutura burguesa estabelecida e de defender os direitos e interesses da classe trabalhadora. Por meio desse manifesto, Marx e Engels se propuseram a desmistificar o comunismo, expondo sua base teórica sólida, delineando suas propostas para uma sociedade mais justa, e demonstrando sua habilidade de mobilização e capacidade de fomentar uma transformação social significativa.



## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

O manifesto se apresenta, pois, como uma ferramenta de conscientização de considerável poder, incitando os trabalhadores a se unirem e a perceberem a essencialidade da luta coletiva. Em essência, o documento representou um momento crucial na história do pensamento político e social, abrindo trilhas para a disseminação das ideias comunistas e para o fortalecimento do movimento operário em escala global. Com princípios claros e narrativa mobilizadora, o “*Manifesto Comunista*” engendrou um impacto duradouro, guiando a consciência e a ação das massas trabalhadoras ao redor do mundo em direção à busca por um outro modelo de sociedade.

No livro, Marx e Engels afirmam, de modo inequívoco, que a trajetória das sociedades é essencialmente moldada pelas lutas de classe. De acordo com essa perspectiva, ao longo da história, as diversas estratificações sociais têm culminado em confrontos entre os detentores de poder e os desfavorecidos, sobretudo no modo capitalista. Essa visão estabelece a luta de classes como um componente central e dinâmico, que atua como motor propulsor das transformações sociais e das modificações na dinâmica de poder. Ao empreenderem uma análise histórica, os dois amigos identificaram a burguesia, a classe dominante durante o período em que elaboraram o manifesto, como uma força de natureza revolucionária em múltiplos momentos históricos. Eles reconheceram que a ascensão da burguesia provocou rupturas nos sistemas de produção preexistentes e derrubou as formas tradicionais de organização social. Essas transformações foram propulsionadas pelo florescimento do capitalismo e pelas relações capitalistas de produção.

Os autores também observaram que a burguesia desempenhou um papel de significância vital no progresso econômico e tecnológico. Através da instauração de novas modalidades de produção e troca, a burguesia impulsionou a expansão do capitalismo e fomentou avanços notáveis nos campos da ciência, tecnologia e indústria. Essas mudanças reverberaram profundamente na sociedade, provocando uma

reconfiguração das relações de poder e moldando a tessitura social do seu contexto temporal.

Certamente, Marx e Engels não deixam de ressaltar que, embora a burguesia possa ter desempenhado um papel progressista em momentos históricos específicos, ela é inerentemente uma classe fundamentada na exploração dos trabalhadores e na acumulação. A acumulação de riqueza por parte da burguesia se realiza às custas da exploração da classe trabalhadora, que é compelida a vender sua força de trabalho como meio de subsistência. Essa análise crítica da burguesia e do sistema econômico que a sustenta constitui um pilar essencial na concepção dos autores. Por meio dessa abordagem, eles buscam desvelar as contradições e as injustiças inerentes ao sistema capitalista, além de propor alternativas visando à edificação de uma sociedade mais justa.

Para Marx e Engels, a crítica direcionada à burguesia transcende o seu papel histórico revolucionário em épocas anteriores. Eles sustentam que, uma vez consolidada como classe dominante, a burguesia assume a responsabilidade de salvaguardar e reforçar sua própria posição privilegiada. Em vez de responder às necessidades e reivindicações dos trabalhadores, a burguesia emprega sua influência política e poder econômico para perpetuar as relações de exploração e desigualdade características do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, a busca incessante da burguesia pelo lucro e pela acumulação de capital a conduz a uma constante tentativa de maximizar a exploração da classe trabalhadora. Para atingir tal objetivo, a burguesia procura diminuir os salários, estender as horas de trabalho e estabelecer condições de trabalho desfavoráveis, tudo com o intuito de incrementar seus próprios ganhos financeiros. Além disso, a classe burguesa emprega sua influência política para moldar a legislação e as políticas governamentais em seu favor, assegurando a proteção de seus interesses econômicos. Essa crítica marxista à burguesia se

fundamenta na análise das complexas relações de classe e na compreensão de que o sistema capitalista, intrinsecamente, gera e perpetua a desigualdade. É imperativo enfatizar que o *Manifesto Comunista* é uma obra polêmica, em razão de sua abordagem sobre a questão da propriedade. Mas, é preciso compreender que, segundo a perspectiva do marxista, a intenção nunca fora de eliminar completamente a noção de propriedade em si, mas sim extinguir a forma de propriedade inerente à burguesia.

Essa distinção é muito importante, visto que há, ocasionalmente, uma interpretação equivocada de Marx como alguém que preconiza a erradicação de todas as manifestações de propriedade. A ênfase marxista, como dissemos, se direciona à crítica do paradigma burguês de propriedade, no qual as desigualdades socioeconômicas são perpetuadas e exacerbadas. O livro traz também uma abordagem polêmica sobre a instituição família. Mas, da mesma forma, a crítica é direcionada ao modelo de família associado à burguesia. Afinal, para Marx essa configuração familiar é sustentada pela exploração de outras unidades familiares.

O filósofo questiona as bases em que a família burguesa se sustenta e responde, de maneira contundente, que sua fundação reside no capital e no ganho privado. Assim, ao analisar a família burguesa, Marx realça a conexão indissociável entre a estrutura familiar e as relações econômicas presentes na sociedade capitalista. Ele enfatiza que a família burguesa não é um ente isolado, mas sim parte de um sistema econômico que promove o acúmulo de capital e a busca pelo lucro privado. Ao enfatizar a conexão entre a família burguesa e o capital, expressa sua reprovação à maneira pela qual essa configuração familiar é mantida por meio da exploração de outros grupos familiares e das disparidades socioeconômicas que permeiam a sociedade capitalista.

Já a posição de Marx em relação à eliminação da pátria e

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

das nacionalidades, outra polêmica que os autores abordam no livro, requer uma apreciação abrangente, uma vez que suas declarações sobre o assunto foram alvo de consideráveis críticas. É fundamental compreender o contexto original de sua perspectiva. Vejamos, pois, o que o próprio Marx afirmou:

*"[...] os trabalhadores não têm pátria. Não se pode tirar deles o que não têm"*  
*[Marx e Engels, 2001]*

Essa afirmação, além de ser verdade, deve ser interpretada no contexto de sua crítica ao nacionalismo burguês e à instrumentalização das fronteiras nacionais como ferramentas de opressão e divisão entre as classes trabalhadoras. A visão de Marx sobre o nacionalismo parte de uma análise crítica das estruturas sociais e econômicas. Ele enxergava o nacionalismo como uma ideologia manipulada pela classe dominante para promover seus próprios interesses, frequentemente por meio de conflitos armados e pela exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, sua afirmação de que os trabalhadores não têm pátria refere-se à percepção de que as fronteiras nacionais são construções artificiais que, em última instância, não representam os verdadeiros interesses e identidades das massas trabalhadoras.

Portanto, a posição de Marx sobre a eliminação da pátria e das nacionalidades é uma crítica à forma como o nacionalismo burguês é utilizado para perpetuar a dominação de classe e a exploração. Seu foco estava em desafiar a manipulação ideológica que impedia a solidariedade entre os trabalhadores de diferentes nações, ao invés de defender a negação completa de identidades culturais ou históricas. Para ele, o nacionalismo, especialmente o promovido pela classe dominante, constituía uma barreira à unidade e à solidariedade dos trabalhadores. Ele via as fronteiras nacionais e as identidades nacionalistas como construções que frequentemente eram utilizadas para dividir as massas trabalhadoras e mantê-las subjugadas sob a influência da

classe dominante.

No entanto, é essencial destacar que Marx não era contra as identidades culturais ou a autodeterminação dos povos. Ele reconhecia a importância das diferenças culturais e das lutas específicas de diferentes grupos étnicos e nacionais. A sua ênfase estava em superar as divisões artificiais e os conflitos estimulados pelo nacionalismo burguês, a fim de criar uma união solidária entre os trabalhadores de todas as nações. Ele buscava estabelecer uma visão de sociedade em que as identidades culturais fossem respeitadas, mas não fossem usadas como ferramentas de exploração ou de antagonismo entre as classes. Portanto, a perspectiva de Marx sobre o nacionalismo reflete seu compromisso em direção a uma sociedade mais justa, onde as diferenças culturais pudessem coexistir harmoniosamente dentro de uma luta comum contra a exploração capitalista.

Outra questão muito polêmica abordada por eles no manifesto, diz respeito à religião. Para os autores, a religião era vista como um fenômeno que estava enraizado nas condições materiais e sociais da sociedade. Portanto, sua análise da religião estava profundamente ligada à sua crítica ao sistema capitalista e à exploração que ele gerava. Eles viam a religião como uma expressão da alienação que os indivíduos experimentam em uma sociedade baseada na propriedade privada e na exploração do trabalho. Portanto, argumentavam que a religião servia como um mecanismo de consolo para as massas oprimidas, oferecendo uma visão de um mundo melhor após a morte e distraíndo-as das condições difíceis em que viviam. A religião, para Marx e Engels, desviava o foco das questões materiais e sociais imediatas, mantendo as pessoas submissas às estruturas de poder existentes.

A religião, diziam eles, é um componente da superestrutura ideológica que se desenvolve a partir das relações de produção e das condições materiais de uma sociedade. Eles acreditavam que a religião, ao invés de oferecer uma verdadeira solução para os problemas enfrentados pelos trabalhadores,

servia como uma ferramenta ideológica usada pela classe dominante para manter a ordem estabelecida e perpetuar a exploração. Ou seja, viam a religião como uma forma de alienação, na qual as pessoas depositavam suas esperanças e desejos em um reino divino além da realidade terrena, em vez de se concentrarem na transformação das condições sociais que levavam à opressão. No entanto, ele não advogava pela supressão violenta da religião. Em vez disso, ele acreditava na importância de analisar e compreender a função da religião na sociedade como parte do processo de conscientização e luta pela emancipação dos trabalhadores.

É crucial notar que os autores reconheciam a influência profunda da religião na vida das pessoas e nas comunidades, bem como que sua crítica era direcionada principalmente ao papel ideológico que ela desempenhava na manutenção do sistema capitalista. A busca pela verdadeira emancipação, para eles, envolvia a transformação das condições materiais e econômicas que geravam desigualdades, em vez de confiar na consolação religiosa. Por fim, Marx e Engels delineiam um conjunto de 10 [dez] princípios gerais e objetivos para a transformação social rumo ao comunismo. Vejamos:

1. ***Expropriação da propriedade fundiária e utilização da renda da terra para financiar as despesas estatais*** - essa medida visava eliminar a propriedade privada burguesa da terra e direcionar a renda dela gerada para as necessidades do Estado. Pretendia redistribuir a riqueza e minimizar desigualdades;
2. ***Implementação de um imposto progressivo*** - um imposto progressivo é aquele em que as taxas aumentam conforme a renda ou a riqueza aumentam. Essa medida também se encaixa na ideia de redistribuição de riqueza, buscando aliviar a desigualdade;
3. ***Abolição do direito de herança*** - a eliminação da herança tinha como objetivo interromper a transferência de riqueza de geração em geração, o que, na visão dos autores, contribuía para a concentração de poder econômico;
4. ***Confisco da propriedade pertencente a emigrantes rebeldes*** - a

*medida estava relacionada à ideia de que aqueles que se opusessem ao novo sistema seriam desapropriados. Era uma forma de consolidar o poder do Estado revolucionário;*

5. ***Estabelecimento de um banco estatal com monopólio exclusivo*** - essa medida centralizaria o controle financeiro nas mãos do Estado, permitindo uma gestão mais direta e planejada da economia;
6. ***Centralização do sistema de transporte sob controle estatal*** - da mesma forma, visava um controle da parte do Estado. Os autores acreditavam que isso ajudaria numa coordenação mais eficiente dos recursos e da infraestrutura para atender às necessidades da sociedade como um todo;
7. ***Expansão da indústria e melhoria das terras para promover a agricultura coletiva*** - a expansão industrial e a modernização agrícola eram vistas como cruciais para o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida da população;
8. ***Instituição do trabalho obrigatório para todos*** - tinha como objetivo garantir a participação de todos os membros da sociedade na produção e no funcionamento do Estado, evitando o desemprego e promovendo o senso de comunidade;
9. ***Eliminação das disparidades entre áreas urbanas e rurais*** - essa medida buscava reduzir as desigualdades entre as populações urbanas e rurais, permitindo um desenvolvimento mais equilibrado;
10. ***Erradicação do trabalho infantil e garantia de educação pública e gratuita para todas as crianças*** - essa medida visava proteger os direitos das crianças, assegurando que elas não fossem exploradas no trabalho e tivessem acesso à educação como um direito fundamental.

Vale ressaltar que essas medidas foram apresentadas em um contexto histórico específico e refletem a visão dos autores sobre como superar as desigualdades e as injustiças que eles percebiam no sistema capitalista da época. As interpretações e avaliações dessas medidas variam, e o impacto prático de tais propostas dependeria muito das circunstâncias e das implementações específicas em um determinado contexto. Elas refletem, portanto, uma visão abrangente de transformação

social proposta por Marx e Engels, cujo objetivo era reestruturar as relações de poder, eliminar a exploração econômica e construir uma sociedade mais justa.

Cada uma das propostas delineadas por eles engloba esferas cruciais que variam da reestruturação da distribuição de propriedades e ativos até a segurança dos direitos elementares, como educação e emprego digno para todos os indivíduos. Ao formular tais medidas, Marx e Engels nutriam a intenção de instituir as bases necessárias para uma sociedade verdadeiramente emancipada, desvinculada das inequidades intrínsecas ao arranjo capitalista. Essa visão tem por objetivo erigir um novo paradigma social fundamentado na colaboração, coesão e equidade, no qual os indivíduos não se encontrem submetidos à exploração ou privação de seus direitos fundamentais, mas sim desfrutem da oportunidade de efetivamente desenvolver seu potencial, contribuindo de maneira igualitária para o bem-estar coletivo.

É importante ressaltar que essas medidas são apresentadas como um conjunto de propostas transitórias, destinadas a serem implementadas durante a fase inicial da revolução proletária, e não como um programa completo e definitivo. Os autores reconheciam que as condições e necessidades de cada país e contexto histórico poderiam exigir adaptações e modificações específicas. Eles entendiam que a transformação social não poderia ser imposta de maneira uniforme, mas sim construída de acordo com as características e particularidades de cada realidade social.

Essa abordagem flexível reflete a compreensão de ambos de que a transformação social é um processo complexo e em constante desenvolvimento, no qual é preciso considerar as especificidades e demandas de cada contexto histórico. Por fim, Marx e Engels defendem a substituição da antiga sociedade burguesa, marcada por conflitos de classe, por uma associação livre e consciente dos indivíduos. Eles propõem uma forma de



## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

organização social em que o desenvolvimento de cada indivíduo é uma condição indispensável para o livre e consciente desenvolvimento de todos.

Ao concluírem o *Manifesto Comunista*, deixam uma mensagem emblemática: “*Proletários de Todos os Países, Uní-Vos*”. Essa frase ressalta a importância da solidariedade e da união entre os trabalhadores de diferentes nações, destacando a necessidade de superar as divisões criadas pelo sistema capitalista e unir forças na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. É um apelo para que os proletários se unam em um movimento internacional, transcendendo fronteiras, em busca da emancipação e da construção de um mundo novo. Como se vê, o “*Fantasma do Comunismo*” não é tão assustador assim!

***IDEOLOGIA, PRECISO MESMO DE UMA PARA VIVER?***

Em publicação precedente [Sousa e Silva, 2022], abordamos aspectos concernentes ao “conceito”, entendido como uma representação mental que denota uma ideia abstrata ou noção subjacente a um objeto, evento ou entidade. Essa abordagem revela-se como um paradigma clássico na análise e interpretação de conceitos. Um conceito, em essência, pode ser compreendido como uma atividade intelectual na qual discernimos os atributos fundamentais intrínsecos ao objeto de conhecimento. Ele serve como uma representação cognitiva que encapsula nosso entendimento, incorporando uma ideia, entidade ou julgamento [Piedade apud Kobashi & Francelin, 2011]. Afigura-se, portanto, como um registro mental da compreensão alcançada. Em última análise, um conceito pode ser devidamente apreendido como uma manifestação intelectual que viabiliza a extração dos elementos basilares subjacentes àquilo que se encontra no âmbito do conhecimento adquirido. Constituinte-se em uma concretização mental da nossa compreensão, engloba um espectro abrangente, incorporando uma ideia, um objeto ou um julgamento. Vamos, pois, à leitura e análise de alguns conceitos em Marx.

Ideologia, eu quero uma pra viver?

Conforme sublinhado por Konder [1999], o recém-surgido materialismo prático defrontou-se inicialmente com o desafio de elucidar o mecanismo subjacente à formação das ideologias, uma empreitada discutida por Marx e Engels em sua seminal obra intitulada “*A Ideologia Alemã*”. Ao longo da trajetória individual, cada ser humano incorpora e emprega maneiras específicas de dar sentido à realidade e apreender o mundo, assim como à própria existência. Com base nesses modos de percepção, os indivíduos edificam suas hierarquias de valores, convencendo-se do que anseiam da vida, qual é a maneira de vivê-la e quais metas merecem primazia em suas jornadas. Constituiu-se a partir dessa sinergia entre as

manifestações da realidade e as normas que as pessoas enunciam ou materializam por meio de suas ações aquilo que dá forma à ideologia.

Para desvelar os meandros da formação das ideologias, Marx e Engels, tal como apontado por Konder, recorreram aos primórdios da história humana. Nesse cenário, quando a humanidade estava num estágio embrionário de desenvolvimento, assemelhando-se mais aos animais, emerge um contexto intrigante: o que se desdobrava era uma era na qual os antepassados mais ancestrais não eram os artífices de seus próprios meios de subsistência; eles simplesmente consumiam os recursos que a natureza prontamente lhes ofertava. Assim, a economia nascente com os primeiros seres humanos estava arraigada na prática da coleta e na atividade predatória.

No início, os agrupamentos humanos primitivos se fixavam, temporariamente, em territórios onde os alimentos se apresentavam. Ao esgotarem esses recursos, deslocavam-se em busca de outras regiões que pudessem suprir suas necessidades com novos alimentos. À medida que a sapiência humana desenvolveu a aptidão para refinar a natureza por meio do trabalho, prossegue o autor, ocorreu uma transmutação de profunda relevância. Nessa etapa evolutiva, o ser humano conquistou autonomia perante a natureza, incorporando a habilidade de engendrar seus próprios meios de sustentação. Em termos mais precisos, germinou uma economia orientada para a produção, cujo propósito era engendrar um maior bem-estar para a humanidade. Esse novo paradigma de organização econômica outorgou à humanidade não apenas o privilégio de consumir os recursos naturais disponíveis, mas também a capacidade de metamorfosá-los na proporção de suas necessidades e anseios. Essa capacidade de engendrar estabeleceu um notável avanço na evolução da sociedade humana.

Cumprе assinalar que o progresso da atividade de trabalho

humana acarretou tanto efeitos benéficos quanto adversos, englobando a trágica instituição da escravidão. Num contexto anterior, quando a atividade de trabalho ainda não havia alcançado sua maturidade, a escravidão não detinha vantagens manifestas. Os dispêndios necessários para a manutenção de um escravo, compreendendo desde a provisão de alimentos a fim de evitar a inanição, até o fornecimento de vestimentas para mitigar o frio e a necessidade de vigilância para prevenir fugas, frequentemente suplantavam o resultado produtivo engendrado pelo próprio escravo. Entretanto, à medida que a atividade do trabalho humano progrediu, a escravidão transmutou-se em uma empresa lucrativa. Através da exploração da mão-de-obra escrava, as primeiras modalidades de divisão social do trabalho desabrocharam, juntamente com o estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção [Konder, 1999].

Essa exploração do trabalho escravo não apenas estabeleceu uma desigualdade social clara, mas também marcou o surgimento das primeiras formas de propriedade privada dos meios de produção. Através da escravidão, uma classe dominante pôde se apropriar dos frutos do trabalho dos escravizados, consolidando assim sua posição privilegiada na estrutura social. Esses acontecimentos são marcos importantes na história da organização social e econômica da humanidade. Konder observa que, com a divisão social do trabalho, a capacidade de forjar uma perspectiva universal, partilhada espontaneamente por todos os seres humanos, erodiu-se. As prerrogativas daqueles que se inseriam nas fileiras das classes dominantes, auferindo benefícios da exploração do trabalho alheio, engendraram um contexto em que esses indivíduos passaram a encarnar, de forma automática e inata, a suposta visão universal que, hipoteticamente, redundaria em vantagens para toda a humanidade.

Nesse cenário, a perspectiva universal foi moldada e deturpada sob a influência dos interesses da classe dominante, cujo objetivo consistia em legitimar sua exploração e perpetuar

sua posição privilegiada na sociedade. A visão universal, que poderia ter sido edificada de maneira justa e equitativa, viu-se subvertida pelos desígnios e vantagens particulares das classes dominantes. Essa manipulação da perspectiva universal funcionou como um embasamento ideológico para a exploração e a contínua manutenção das disparidades sociais. Dessa forma, a partir da divisão social do trabalho, a concepção de um ponto de vista universal compartilhado por todos os seres humanos sofreu distorção, transformando-se em uma representação dos interesses e acomodação da classe dominante, em contraposição a uma autêntica perspectiva inclusiva e abrangente.

Finalmente, para Marx, a ideologia representa um conjunto de concepções, convicções e princípios que são engendrados e disseminados dentro da sociedade por grupos específicos que detêm o poder. Essas concepções têm o propósito de justificar e validar as relações de poder preexistentes, encobrindo as contradições e discrepâncias sociais. A ideologia, assim, encobre a essência real das interações sociais e aliena os indivíduos, levando-os a perceber as circunstâncias sociais como naturais e inexoráveis, em vez de resultantes de um sistema de exploração. Consequentemente, a ideologia desempenha um papel crucial na conservação do *status quo* e na perpetuação das disparidades de classe.

***O PAPEL DO MARXISMO FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS***

No livro *O que é Marxismo* José Paulo Netto analisa a aplicação do marxismo à sociedade contemporânea. O autor argumenta, por exemplo, que o marxismo pode ser usado para analisar as mudanças na estrutura da classe trabalhadora e a crescente precarização do trabalho. Além disso, discute como o marxismo pode ser aplicado à análise das relações internacionais e da globalização. No entanto, é importante notar que a aplicação do marxismo à sociedade contemporânea é um assunto complexo e em constante evolução, e há muitas perspectivas diferentes sobre como isso deve ser feito. Para Marx, diz Netto,

*"[...] a revolução exigia a ascensão do proletariado à frente de um arco de forças antiburguesas, ao poder político: a desestruturação do Estado burguês abriria a passagem à nova ordem social – um período de transição denominado socialismo"*  
*[Netto, 2006]*

Para o filósofo, o socialismo representa uma etapa de transição situada entre o sistema capitalista e o comunismo pleno. É crucial ressaltar que estamos aqui tratando do conceito de socialismo científico, também mencionado por Siqueira, ao citar as palavras de Trotsky, um dos principais líderes da insurreição proletária de 1917. De acordo com Trotsky, o socialismo é

*"[...] a manifestação consciente do processo histórico até então inconsciente"*  
*[Siqueira e Pereira, 2014]*

Ou seja, a manifestação deliberada da tendência fundamental e instintiva do proletariado em direção à reestruturação da sociedade com base em princípios comunistas.

No sistema socialista proposto por Marx, os meios de produção, como fábricas e terras, seriam coletivamente de propriedade da sociedade como um todo, em vez de estarem nas mãos de proprietários individuais ou empresas privadas.

A produção, nesse sistema, seria orientada para atender às necessidades da sociedade em vez de objetivar a potencialização do lucro para um pequeno grupo. A classe trabalhadora desempenharia um papel central na gestão da produção e na tomada de decisões econômicas. A desigualdade de renda seria reduzida e os meios de produção seriam administrados democraticamente para beneficiar a todos. Mas, lembremos: o socialismo marxista é considerado uma fase de transição para o comunismo. No comunismo, a propriedade privada dos meios de produção seria abolida completamente, não haveria classes sociais e a distribuição seria feita com base no princípio “*de cada um conforme sua capacidade, a cada um conforme sua necessidade*”. O objetivo final de Marx era alcançar esse modelo de sociedade.

No Comunismo, assinala Marx, há uma visão de sociedade que transcende as limitações e desigualdades do sistema capitalista. Não é simplesmente uma redistribuição de riqueza ou uma busca por igualdade econômica, mas sim uma transformação profunda das estruturas sociais, econômicas e culturais. O comunismo implica na eliminação das relações de propriedade privada e exploração burguesa, permitindo que os indivíduos participem, livremente, da produção e organização da sociedade. Mais do que uma utopia distante, o comunismo marxista visa à realização do potencial humano pleno e à criação de uma coletividade em que todos possam prosperar e contribuir conforme suas habilidades e interesses.

Assim, o comunismo representa a busca por uma sociedade na qual as desigualdades sociais e as alienações inerentes ao capitalismo sejam superadas, bem como onde a plena realização individual seja conciliada com o bem-estar

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

coletivo. Consoante à interpretação delineada por José Paulo Netto [2006], o conceito de comunismo não se configura como um “*conclusivo e harmônico desfecho da história*”, mas sim como a forma ideal da coletividade humana. Tal aspiração seria conquistada através da “*livre associação de produtores livres*”. Esse conceito alude à concepção de que, em uma sociedade comunista, os indivíduos se engajariam em atividades produtivas e colaborativas não por compulsão ou coerção, mas sim por opção genuína. Em outras palavras, o comunismo, sob o entendimento de Marx, transcende a noção de uma utopia distante ou um desenlace definitivo da narrativa histórica; é antes uma reconfiguração profunda das fundações sociais e econômicas vigentes.

O escopo do comunismo não se limita a assegurar a igualdade material; abarca também o fomento do florescimento íntegro da individualidade de cada ser humano. Para atingir essa meta, faz-se imperativo aniquilar as relações de propriedade privada nos moldes burgueses e a exploração concomitante, viabilizando, desse modo, a plena participação dos indivíduos na produção e na orquestração da sociedade. As relações sociais seriam fundamentadas na mútua colaboração e na coletiva vantagem, contrastando com as relações hierárquicas e expropriadoras que permeiam o sistema capitalista.

O filósofo descreveu o comunismo como a “verdadeira resolução do antagonismo entre o ser humano e a natureza, bem como entre os seres humanos entre si. Representa a autêntica superação da luta entre existência e essência, alienação e autorealização, liberdade e necessidade” [Gabriel, 2013]. De acordo com Marx, o comunismo tinha como objetivo criar uma sociedade onde a propriedade dos meios de produção seria coletiva, a distribuição da riqueza seria justa e a verdadeira emancipação humana seria realizada. Por último, é importante ressaltar que, para Marx, a liberdade, no sistema capitalista, está intrinsecamente vinculada à posse da propriedade privada. Conforme salientado por Kochhann [2021], apenas aqueles que



são proprietários privados desfrutam plenamente da liberdade, enquanto os desprovidos dessa posse sofrem com restrições e limitações em suas liberdades. Marx sustentava que o direito humano à liberdade está essencialmente condicionado à propriedade privada e, portanto, a busca pela emancipação humana envolvia a superação dessa ligação, visando a criação de uma sociedade onde a liberdade não fosse mais definida pela posse ou ausência de propriedade privada.

O comunismo proposto por Marx tinha como objetivo eliminar essa conexão e estabelecer as bases para uma liberdade verdadeiramente igualitária. Ao fazer isso, buscava-se criar um ambiente onde todos pudessem usufruir das mesmas oportunidades e prerrogativas, independentemente da sua relação com a propriedade. Isso demonstra como o pensamento de Marx estava profundamente enraizado na ideia de que a verdadeira liberdade só poderia ser alcançada por meio da superação das desigualdades econômicas e da propriedade privada.

Enfim, a visão marxista do comunismo transcende a mera redistribuição de recursos ou a busca por paridade econômica. Ela aspira a uma revolução substancial das estruturas sociais, econômicas e culturais, com o intuito de concretizar o pleno potencial humano e forjar uma sociedade na qual cada um possa prosperar e contribuir conforme suas habilidades e interesses. Assim, o ideal comunista não é apenas um horizonte distante, mas uma visão orientadora que propugna a recriação integral das bases nas quais a vida coletiva se assenta.

### ***A DITADURA DO PROLETARIADO***

*Ditadura do Proletariado* é um conceito fundamental dentro da teoria marxista. Mas qual seria, para usar a mesma provocação de Siqueira, o conteúdo social dessa ditadura? Para eles seria, antes de tudo, uma missão de levar até o fim a revolução e a reconstrução democrática do Estado. Como posto no *Manifesto Comunista* por Marx e Engels,

“[...] o proletariado organizado como classe dominante” - isto é a ditadura”

[Siqueira e Pereira, 2014]

Estaria, assim, relacionado com a transição de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista. Para Marx, a revolução proletária, ou seja, a revolução liderada pelo proletariado [a classe trabalhadora industrial], era vista como uma etapa necessária para a transformação da sociedade capitalista em direção ao comunismo [Netto, 2006]. Essa revolução exigiria que o proletariado, juntamente com forças aliadas antiburguesas, assumisse o controle político. A consequência dessa revolução seria a desestruturação do Estado burguês, que representa os interesses da classe capitalista dominante.

Após a revolução e a tomada do poder pelo proletariado, Marx imaginou um período de transição conhecido, como dissemos, como "Socialismo". Durante esse lapso de tempo, a sociedade passaria por uma reorganização profunda, com a supressão gradual das classes sociais, incluindo a eliminação da propriedade privada dos meios de produção. Além disso, o Estado como uma instância coatora perderia sua função de perpetuar as desigualdades e passaria a ser reformulado de maneira a representar os interesses da classe trabalhadora.

Nesse contexto, Marx utilizou a expressão “*Ditadura do Proletariado*” para descrever esse estágio de transição. No

entanto, é importante notar que o termo “*ditadura*” aqui não se refere a uma ditadura no sentido autoritário ou despótico. Em vez disso, Marx estava sugerindo a ideia de que o proletariado, como classe dirigente, exerceria o controle político de maneira apropriada e temporária para coordenar a reorganização da sociedade em direção ao comunismo. Essa “ditadura do proletariado” envolveria uma forma de governo em que a classe trabalhadora, representada por seus órgãos políticos, teria a responsabilidade de tomar decisões importantes para a transição socialista.

O objetivo seria garantir a eliminação das desigualdades sociais e econômicas, bem como a reconfiguração das estruturas de poder de modo a preparar o terreno para a sociedade comunista, na qual as classes sociais seriam abolidas e a propriedade privada dos meios de produção seria superada. Portanto, a “ditadura do proletariado”, na visão de Marx, não se refere a uma ditadura autoritária, mas a uma fase de transição em que o proletariado exerce o controle político de maneira a permitir a transformação gradual em direção a uma sociedade verdadeiramente igualitária e comunista. A Ditadura do Proletariado seria uma ditadura no sentido de que o proletariado, após tomar o poder, exerceria o controle estatal para suprimir a resistência da classe capitalista e instituir mudanças sociais e econômicas necessárias para alcançar o comunismo. A confusão entre esta ditadura e o conceito contemporâneo de ditadura ocorre principalmente devido à conotação negativa que a palavra “ditadura” adquiriu ao longo do tempo, especialmente devido a exemplos históricos de regimes autoritários e repressivos que se autodenominaram “ditaduras do proletariado”.

Esses regimes frequentemente desviaram-se dos princípios originais de Marx, estabelecendo governos autoritários centralizados que não refletiam a visão de uma ditadura temporária de transição para o comunismo. Portanto, a Ditadura do Proletariado de Marx é um conceito teórico que difere

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

substancialmente da noção de ditadura como é entendida atualmente, devido à sua ênfase na transitoriedade, participação popular e transformação das relações de produção em direção ao comunismo.

***MUITO ALÉM DAS APARÊNCIAS: A DIALÉTICA MARXISTA***

A raiz do termo “dialética” remonta à Grécia antiga, onde estava associada principalmente à habilidade de usar o diálogo e a argumentação para apresentar uma tese. Com o passar do tempo, o significado desse termo expandiu-se. Hoje em dia, empregamos a palavra “dialética” para explorar como reconhecemos as contradições e, a partir dessa perspectiva, alcançamos uma compreensão global da realidade.

Os precursores do socialismo científico, como apontado por Siqueira e Pereira [2014], desenvolveram uma concepção materialista da história enraizada em uma abordagem simultaneamente materialista e dialética. Essa abordagem está inseparavelmente ligada à história e às condições materiais que moldam a existência social. Contrapondo-se ao pensamento idealista e metafísico que precedeu o marxismo, dizem os autores, essa perspectiva busca analisar objetos e fenômenos reconhecendo suas interconexões e relacionamentos, em vez de considerá-los isoladamente e de forma estática.

Os pensadores idealistas e metafísicos anteriores ao marxismo tentavam entender as coisas e os fenômenos de maneira desconectada, separada e isolada uns dos outros, tratando-os como entidades fixas e imutáveis. Mesmo quando admitiam que as coisas passam por transformações ao longo do tempo, essas mudanças eram percebidas como processos graduais, e eles não reconheciam a possibilidade de perturbações, revoluções ou transformações profundas na natureza, na história e na sociedade. Já a abordagem materialista de Marx e Engels, dentre outros, reconhece a dinâmica intrínseca das mudanças sociais e históricas. Essa visão compreende que as estruturas sociais, as relações de poder e as condições materiais não apenas evoluem gradualmente, mas também podem sofrer mudanças abruptas e transformações revolucionárias, desafiando assim a inércia das concepções idealistas e metafísicas que os precederam [Siqueira e Pereira,

2014]. Para Siqueira, o método dialético

*“[...] procura analisar e compreender a realidade, por meio das transformações e das contradições internas. As ideias devem expressar o movimento dialético da realidade, contribuindo para o alargamento dos conhecimentos humanos sobre a natureza e a sociedade, que são, necessariamente, eivadas de contradições”*  
[Siqueira e Pereira, 2014]

A análise dialética, como explorada por Kochhann [2021], ressalta a influência inicial do idealismo de Hegel no pensamento de Marx. Apesar da inexistência de um encontro pessoal entre Marx e este, falecido em 1831, quando Marx ainda era muito jovem, Marx incorporou e adaptou o método hegeliano segundo sua própria perspectiva. Através de uma aplicação substancial desse método, ele empregou-o para analisar a trajetória social da humanidade, resultando em conclusões de natureza profundamente revolucionária, conforme evidenciado por Konder [1999].

Não obstante a sua afinidade inicial com a filosofia hegeliana, é notório que as concepções marxistas apresentam notáveis desvios em relação à perspectiva de Hegel. De acordo com as análises de Kochhann, Hegel concebia o Estado como o determinante primordial da sociedade civil, contrastando com a inversão de paradigma operada por Marx, que confere à sociedade civil a prerrogativa de moldar o arcabouço estatal. Em síntese, acentua-se, na doutrina de Marx, a primazia das interconexões socioeconômicas, das matrizes materiais e das contradições de classe no processo de edificação e metamorfose do ente estatal, contrapondo-se à doutrina hegeliana que atribuía ao Estado uma posição proeminente na tessitura social.

A eclosão desse contraste conceitual entre os constructos teóricos de Marx e Hegel assume uma relevância axial para a apreensão das distintas abordagens por eles forjadas no tocante à análise societária e à concretização de mudanças revolucionárias. Marx começa sua crítica a Hegel ao explorar mais profundamente a ideia de Estado e Sociedade Civil. Enquanto Hegel via o Estado como algo que naturalmente surgia da natureza humana e regulava a sociedade civil, Marx questionava essa visão, argumentando que ela refletia a influência da classe mais poderosa da época, a burguesia, que controlava os meios de produção.

Para Marx, portando, a relação entre Estado e sociedade civil não é algo que acontece naturalmente, mas é moldada pela história das lutas entre diferentes classes sociais e pelas contradições que surgem no sistema de produção capitalista. Ele destaca que o Estado, longe de ser imparcial, representa os interesses da classe mais dominante, protegendo e perpetuando as relações de produção capitalistas. Ele argumenta ainda que a sociedade civil, que envolve todas as relações sociais e econômicas, é influenciada pelas condições materiais e pelas relações de classe existentes. Nesse sentido, o Estado é visto como algo que surge das relações de produção e tem o propósito de manter o poder da classe capitalista.

Ao impugnar a perspectiva hegeliana, Marx enfatiza a relevância intrínseca das lutas de classe e das discrepâncias inerentes ao arranjo de produção capitalista como fatores propulsores da mudança social. Sua análise transcende a fachada de concordância aparente entre Estado e sociedade civil, almejando desnudar as fissuras e dissensões subjacentes que instigam as mudanças históricas. Por conseguinte, a crítica marxiana a Hegel assume um caráter fundamental na articulação de sua teoria crítica da sociedade, bem como em sua busca pela realização de uma transformação revolucionária.

A análise do Estado e da sociedade civil, como feito na

análise das leis sobre o furto de lenha, no livro *Os Despossuídos*, foram importantes para o desenvolvimento das suas ideias e conceitos. Ao questionar o papel do Estado, Marx mostrou as contradições presentes na sociedade da época. Ele argumentou que a proibição aos camponeses de pegar lenha refletia o poder dos donos de terra e a exploração dos trabalhadores. Com isso, Marx estava examinando a situação econômica da época como fator determinante das relações sociais, destacando as condições materiais e as diferenças de classe que moldavam a sociedade.

Essa análise crítica possibilitou a Marx reconhecer o papel crucial das lutas entre as classes sociais como motor central das mudanças na sociedade. Ele compreendeu que as relações de poder existentes, que se baseavam na propriedade privada dos meios de produção, levavam a uma exploração sistemática da classe trabalhadora por parte da classe capitalista. A partir desse entendimento, Marx elaborou a teoria da luta de classes, defendendo que a transformação revolucionária somente poderia ocorrer por meio da ação coletiva dos trabalhadores buscando a sua emancipação.

Esses princípios fundamentais, junto com outras contribuições teóricas de Marx, constituem os alicerces do marxismo. A teoria da luta de classes e a crítica à exploração capitalista são conceitos centrais que perpassam o pensamento marxista e continuam a influenciar a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas até os tempos atuais. Daí a importância da dialética marxista para a compreensão das contradições do nosso tempo. A abordagem marxista se caracteriza por partir do contexto concreto e imediato, ou seja, das condições materiais e históricas específicas que permeiam uma situação particular [Kochhann, 2021]. No caso do furto de lenha, Marx direcionou sua atenção para o cenário real dos catadores, argumentando que eles se envolviam em atividades ilícitas devido às suas circunstâncias materiais desfavoráveis e à necessidade urgente de subsistência. Através dessa análise do concreto imediato, Marx logrou apreender as interações sociais



## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

existentes e os fatores materiais que orientavam as ações individuais. Desse modo, Marx almejava transcender as superficiais aparências e as justificativas legais ou morais, buscando investigar as fundamentações econômicas e sociais subjacentes.

A partir das situações concretas e tangíveis, o filósofo avançava em direção ao pensamento concreto, isto é, para a compreensão teórica e crítica das configurações sociais e das conexões de classe subjacentes. Seu intento consistia em identificar as discrepâncias e as iniquidades presentes na sociedade capitalista, ressaltando a exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção. Essa abordagem metodológica, que parte do concreto imediato para alcançar o pensamento concreto, espelha a preocupação de Marx em analisar as circunstâncias materiais e históricas específicas que formatam a existência e as interações sociais. Por meio desse procedimento, ele procurava revelar as contradições intrínsecas ao sistema de produção capitalista e fomentar a transformação revolucionária rumo à transformação social.

Marx censurava a perspectiva ingênua e superficial da realidade, que focalizava meramente as manifestações imediatas e as interações superficiais entre os indivíduos. Ele realçava a relevância de examinar os enquadramentos materiais e históricos subjacentes que forjavam as interconexões sociais. O autor partia do empirismo, ou seja, da observação e análise dos eventos tangíveis e das dinâmicas sociais reais, como ponto de partida para uma teoria mais ampla. Seu intento consistia em desvendar as contradições intrínsecas ao modelo capitalista, expondo de que modo a exploração da classe trabalhadora por parte dos capitalistas era um traço inerente a essa forma de produção.

A dialética marxista, inspirada pelas contribuições de Hegel, implica em apreender a essência de um objeto através de suas diversas determinações. Isso denota que um acontecimento social ou uma relação social não pode ser analisado

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

isoladamente, mas em conexão com seu âmbito mais abrangente. Para Marx, é crucial entender o cenário histórico, político e, sobretudo, econômico no qual os eventos sociais têm lugar, uma vez que é nesse pano de fundo que as contradições e os embates de classes se manifestam.

Ao adotar essa abordagem, Marx almejava transcender as aparências superficiais e desvelar as configurações sociais e os mecanismos de poder que dão forma à vida das pessoas. Seu propósito era examinar as discrepâncias e os confrontos inerentes ao sistema de produção capitalista, com o intuito de redirecionar a sociedade rumo a uma estrutura mais justa. Para atingir essa meta, era vital conduzir uma análise ampla das múltiplas determinações que constituíam um objeto, considerando cuidadosamente suas interações com outras entidades e fenômenos sociais. Assim, Marx empenhava-se em desentranhar os antagonismos que sustentavam a arquitetura da sociedade capitalista, visando remodelá-la em uma outra configuração social. Dessa perspectiva emerge o materialismo histórico dialético, que define a maneira peculiar pela qual Marx apreendia a realidade e como ele se inseria em relação às concretudes inerentes a esse contexto.

O filósofo tcheco Karel Kosik defende que o método reside em buscar um entendimento da realidade concreta, indo além das meras abstrações. No contexto do materialismo histórico dialético, a investigação é direcionada para os acontecimentos, processos e instituições do passado com o propósito de compreender como eles exercem impacto sobre a sociedade contemporânea. Marx e Engels, após efetuarem ajustes na dialética hegeliana, introduziram nas esferas acadêmicas as Leis Gerais da Dialética Materialista. Essas Leis compreendem: a *Lei da Transformação da Quantidade em Qualidade*. Essa lei sugere que, à medida que uma quantidade acumulada de mudanças ocorre em um sistema, em algum ponto esse acúmulo de mudanças levará a uma transformação qualitativa, ou seja, a uma mudança fundamental na natureza do

sistema. Isso pode ser aplicado a várias áreas, como a mudança de estágios econômicos [de feudalismo para capitalismo, por exemplo] ou a evolução das forças produtivas.

*Lei da Interpenetração dos Contrários.* Essa lei destaca que as contradições e conflitos internos dentro de um sistema ou fenômeno não apenas coexistem, mas também interagem e influenciam-se mutuamente. A dialética marxista enfatiza a importância das contradições e conflitos como motores da mudança social e histórica. Por fim, a *Lei da Negação da Negação.* Essa lei sugere que as mudanças históricas não ocorrem simplesmente através da substituição de uma fase ou estágio por outra, mas envolvem um processo mais complexo. Isso implica que, após uma fase de mudança e transformação, elementos da fase anterior podem retornar, mas em um contexto modificado. Em outras palavras, as mudanças sociais podem seguir um padrão de “tese, antítese e síntese”.

Por fim, reafirmar que, para o materialismo histórico dialético, as relações sociais são condicionadas pelas circunstâncias econômicas e pelas lutas de classe que surgem dessas relações. A sociedade é configurada em estratos distintos, caracterizados por interesses e posições divergentes. De um lado, a classe trabalhadora, identificada como o proletariado, cuja subsistência está vinculada à venda de sua capacidade de trabalho. Do outro, a classe proprietária dos meios de produção, a burguesia, que exerce domínio sobre os recursos econômicos.

A dialética marxista também sublinha a relevância do progresso histórico e das contradições intrínsecas à sociedade. Ela reconhece que as divergências sociais estão enraizadas no sistema capitalista, que explora os trabalhadores e fomenta a desigualdade. Tal abordagem postula que a história é propulsionada por contradições e conflitos, culminando em metamorfoses sociais. As mudanças se processam por meio de dinâmicas dialéticas, onde as contradições são transpostas pelo surgimento de novos moldes de organização social. No contexto

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

do materialismo histórico dialético, a classe trabalhadora desempenha um papel de destaque. Acredita-se que essa classe detém o potencial de se unir e resistir à exploração imposta pelo sistema capitalista, almejando assim a transformação revolucionária da estrutura social.

A classe trabalhadora é considerada como o motor propulsor da transformação social, uma vez que sofre diretamente os efeitos da exploração e possui um interesse intrínseco em mitigar as contradições existentes no sistema. Em síntese, essa abordagem concentra-se nas interações sociais, nas lutas de classe e nas discrepâncias internas da sociedade. Sublinha a importância da produção material e do desenvolvimento histórico para compreender as mutações sociais e para perseguir uma ordem social mais equânime e justa. Em última análise, a abordagem materialista, conforme citado por Siqueira, pode ser resumida nas palavras do próprio Marx, para quem:

*“[...] o resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais”.*

*[Siqueira e Pereira, 2014]*

A totalidade destas relações de produção, diz Marx, forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Ou seja, para o filósofo, o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Disso resulta, por fim, uma frase de Marx que se

O FANTASMA DO COMUNISMO  
*Reinaldo Sousa*

tornou muito conhecida, vejamos:

*“[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser,  
mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua  
consciência”  
[Marx, 2008]*

***O TRABALHO COMO MERCADORIA DO CAPITAL***

Para mim, uma das grandes contribuições teóricas de Marx foi a sua discussão acerca da categoria “*Trabalho*”. Todavia, antes de fazermos esta discussão, é imperativo internalizar o conceito de “*força de trabalho*”. Para Marx, a “força de trabalho” é a fusão de energia física e mental inerente a cada indivíduo, empregada na produção de bens e serviços com valor de uso. Entretanto a força de trabalho efetiva-se somente quando é transacionada por um período limitado, tornando-se inviável entregá-la integralmente de uma só vez. Nesse sentido, repousa uma questão importante, a saber: a necessidade de recrutar pessoas dotadas de força de trabalho estabelece uma dependência dos proprietários dos meios de produção em relação aos detentores dessa força.

Dessa forma, desdobra-se uma dinâmica em que os detentores dos meios de produção se tornam ligados aos portadores da força de trabalho. A comercialização dessa força de trabalho por intermédio da venda delinea um elemento central do sistema capitalista, forjando um delicado equilíbrio de poder entre essas duas esferas. A essência da força de trabalho, sua negociação por períodos pré-determinados e sua vinculação ao processo produtivo configuram um mecanismo central que permeia as relações de produção e a própria estrutura social capitalista.

Mas, para concretizar a passagem do trabalho ao dinheiro e deste ao capital, dizia Marx, era imperativo encontrar indivíduos que gozassem de liberdade em dois sentidos fundamentais: em primeiro lugar, alguém emancipado, detentor de sua própria capacidade de trabalho, habilitado a transacionar sua força de trabalho tal qual uma mercadoria. Em segundo lugar, uma pessoa desprovida de qualquer outra mercadoria para comercializar. Sem estas condições o ciclo não se fecharia. Destarte, é importante ressaltar que a disparidade que subsiste entre aqueles possuidores de dinheiro e mercadorias, em

contraste com os que apenas dispõem da força de trabalho, não surge de maneira espontânea. Essa desigualdade decorre de um processo histórico e das mutações ocorridas ao longo do tempo nos arranjos sociais de produção.

Nesse sentido, importa considerar que, se a força de trabalho é categorizada como uma mercadoria, sua valoração também é intrinsecamente ligada ao tempo de trabalho necessário para engendrá-la. A mensuração do valor da força de trabalho está emaranhada na quantidade de tempo e esforço requerida para sua produção. É assim que a força de trabalho, ao ser tratada como mercadoria, adquire um sentido distinto, em que seu valor é mediado pelo arcabouço das relações sociais e econômicas. Lembrar ainda que a existência da força de trabalho está fortemente ligada à vida das pessoas que a possuem. Isso significa que a força de trabalho depende do tempo de trabalho necessário para produzir o que cada pessoa precisa para viver.

Eis aí um paradoxo do qual a burguesia não consegue livrar-se: eles precisam garantir que os trabalhadores e suas famílias possam se sustentar ao longo do tempo, já que todos os trabalhadores são mortais. É como se os donos das empresas estivessem presos a um dilema: para manter a força de trabalho sempre disponível, eles devem cuidar para que os trabalhadores possam se manter vivos e saudáveis, porque os trabalhadores não são imortais. Nesse sentido, a distinção entre a acumulação de riqueza por um grupo reduzido e a atividade produtiva conduzida pelo restante da sociedade foi estabelecida através do que Marx designou como “*contrato social*”. Em algum ponto da trajetória histórica, a humanidade tomou uma decisão que implicava na separação dos indivíduos que possuíam recursos financeiros dos que apenas dispunham de sua capacidade de trabalho. É nesse contexto que, dentro da perspectiva marxista, emerge a figura dos capitalistas. Marx captura essa concepção ao proferir, em diversas obras, que a *coletividade inteira se desapropriou em favor de uma gloriosa acumulação de capital*.

Essa desapropriação alude ao processo pelo qual os proprietários de recursos financeiros [meios de produção] despojaram os trabalhadores dos meios necessários para sua subsistência, coagindo-os a alienar sua força de trabalho mediante a obtenção de um salário. Essa dinâmica conduziu à acumulação de riqueza nas mãos dos capitalistas e à exploração dos trabalhadores assalariados. Marx sustentou que essa divisão na sociedade emergiu de mudanças históricas particulares e das relações de produção capitalistas que, gradualmente, se constituíram ao longo dos anos.

Assim, a apreensão da categoria *trabalho* se erige como fundamental para compreender essas dinâmicas sociais. De maneira mais geral, o trabalho consiste na transformação do meio ambiente natural ou da natureza para/pelo ser humano. Consiste no emprego de nossos atributos físicos e intelectuais, como habilidades e concepções, a fim de transformar os elementos da natureza em objetos de utilidade, que se tornam indispensáveis para nossa subsistência. Mas qual é o fator distintivo entre a atividade humana e os processos naturais?

Marx lança mão de uma metáfora elucidativa para responder a esta pergunta. Ele questiona se uma abelha não se mostra tão hábil quanto um arquiteto ao construir sua colmeia, ou se uma aranha não rivaliza em destreza com um tecelão ao urdir uma teia notável. A ênfase recai na capacidade das criaturas da natureza de realizar feitos complexos, mas o elemento diferenciador reside na natureza intrínseca da ação humana, que vai além da mera instintividade, sendo guiada por um processo consciente de transformação, criação e recriação. Essas expressões da natureza são, sem dúvida, notáveis em sua complexidade, no entanto, a empreitada humana se desdobra para além dessas fronteiras. A singularidade desse empenho emerge da nossa capacidade de empregar a consciência e a inventividade no planejamento, organização e produção de algo que transcende os alcances da natureza. Nesse sentido, o trabalho humano se destaca pela faculdade de engajar a mente



de maneira deliberada e imaginativa, superando os impulsos instintivos que são característicos da natureza. Isso propicia a criação de objetos e estruturas complexas, que, por sua vez, atendem às necessidades complexas da humanidade.

Assim, a distinção essencial entre o arquiteto menos habilidoso e a abelha mais astuta, dizia Marx, repousa na capacidade singular de o arquiteto conceber a ideia da construção mesmo antes de iniciá-la. Isso se estende também à relação entre o tecelão e a aranha. O que define essa diferença é que somente os seres humanos são dotados da habilidade ímpar de conceber uma representação mental de sua criação, antes mesmo de efetivar o processo produtivo. Nós somos capazes de visualizar o objeto em nossa mente antes de executá-lo concretamente. Ademais, ostentamos a habilidade singular de desistir de uma ação prevista, caso identifiquemos possíveis problemas ou contratempos em nossa projeção. Essa habilidade de antever e prever desafios é exclusiva do trabalho humano, demarcando uma clara fronteira entre suas ações e as manifestações instintivas ou eventuais.

Desta forma, quando um capitalista adquire a força de trabalho, ele, de fato, agrega o elemento do trabalho humano aos seus “meios de produção” inertes. É dessa forma que ele alavanca a geração de valor, e, subsequentemente, ascende a um patamar de maior valoração. Esta, efetivamente, se configura como a única rota disponível para o capitalista desencadear tal processo. A dicotomia entre aqueles que amontoam riqueza e aqueles que desempenham o trabalho surge como resultado direto desse “contrato social” que subsiste historicamente.

Na segunda metade do século XIX, a categoria *trabalho* foi imersa na lógica contraditória da perpetuação do capital, assumindo a faceta de uma fonte geradora de valor. Nesse contexto, conforme destacado por Frigoto [citado por Silva, 2005], uma metamorfose intensa do trabalho humano em mercadoria entrelaçou-se ao âmbito da manufatura, das fábricas,

da indústria de grande porte e das empresas automatizadas. Essa conversão do trabalho em uma mercadoria assume relevância crucial na perspectiva de Marx e ocupa um papel central no tecido das relações sociais e econômicas.

Segundo a abordagem de Marx [2013], a força de trabalho se configura como um complexo que abarca as esferas física e mental, residente nos corpos dos indivíduos. Sua existência se insere como um requisito indubitável para a geração de valor. A demanda ininterrupta pela força de trabalho engendra uma constante busca por uma reserva ampliada de trabalhadores, emanada daqueles que detêm o controle dos meios de produção. O desfecho resultante é a perpétua reprodução da classe proletária. Essa conjuntura alimenta uma das primeiras dicotomias inerentes ao sistema de produção capitalista, concernente ao espectro do trabalho.

Importante ressaltar, como disse Marx, que a natureza não engendrou a divisão entre os que detêm recursos financeiros e mercadorias, por um lado, e os que possuem unicamente a força de trabalho, por outro. Essa separação foi instaurada pelo próprio mecanismo do sistema capitalista. Assim sendo, o capitalismo assume a responsabilidade por essa segregação entre os que detêm as riquezas e aqueles que colocam à disposição sua força de trabalho. Este é um constructo histórico e social que resultou na formação de uma estrutura de classes distintas, onde os capitalistas detêm o domínio dos meios de produção e os trabalhadores negociam a venda de sua força de trabalho como meio de sobrevivência.

O geógrafo David Harvey [2011] enfatiza que a privação imposta à maioria da população quanto ao acesso direto aos meios de produção, especialmente à terra, culminou na liberação da força de trabalho como uma mercadoria comercializável no mercado. Tal contexto denota que, em virtude da escassez de acesso aos recursos naturais, uma parcela expressiva da sociedade se vê compelida a comercializar sua força de trabalho

para assegurar sua subsistência e perpetuação. Dessa forma, mediante a criação de um vasto contingente de reserva, fomentada pelo próprio sistema capitalista, a oferta de trabalho deixa de representar um desafio para o capital, situação que tem se mantido constante ao longo das últimas duas décadas, sinaliza o autor.

Entretanto Harvey chama a atenção para o fato de que a força de trabalho desprovida de poder resulta em remunerações modestas, de modo que os trabalhadores, em condições precárias, não se constituem como um mercado consumidor vigoroso. Essa circunstância instaura uma contradição intrínseca no seio do sistema capitalista. De um lado, a profusão de trabalhadores disponíveis acarreta a redução dos custos salariais para os capitalistas, incrementando sua margem de lucro. Por outro lado, a insuficiência do poder aquisitivo dos trabalhadores, decorrente dos salários modestos, impõe restrições ao crescimento e à vitalidade do mercado, uma vez que tais trabalhadores dispõem de menor capacidade para consumir bens e serviços.

A persistente contenção dos salários desencadeia um dilema ligado à insuficiência de demanda para o incremento da produção no seio das empresas capitalistas. Esse fenômeno resulta do fato de que os salários baixos limitam o poder de compra dos trabalhadores, reduzindo, assim, o tamanho do mercado consumidor. Tal circunstância, que constitui um obstáculo à acumulação de capital, engendra uma situação que é superada, por sua vez, através da criação de um novo entrave, a falta de mercado. Diante dessa problemática, Harvey indaga sobre como transpor essa segunda barreira, ou seja, como ultrapassar a carência de mercado gerada pela contensão salarial.

Uma das abordagens viáveis seria a adoção de políticas que incrementassem o poder de compra dos trabalhadores por meio do aumento dos salários e da promoção da redistribuição de riqueza. Essas medidas poderiam estimular a demanda e

edificar um mercado mais dinâmico, propício à expansão da produção. Uma outra consistiria na exploração de novos mercados, tanto em âmbito nacional quanto internacional, por meio da expansão das operações comerciais, exportação de bens e serviços, além da exploração de oportunidades em regiões onde a demanda ainda não atingiu seu limite. No entanto, é importante reconhecer que essas soluções podem se deparar com limitações dentro da própria lógica do sistema capitalista, o qual tem uma tendência intrínseca de perpetuar desigualdades e concentrar a riqueza nas mãos de um pequeno grupo.

Nesse sentido, superar essa barreira requer uma avaliação crítica das estruturas econômicas e sociais vigentes, além da exploração de alternativas que visem a uma distribuição mais equitativa da riqueza e uma transformação das relações de poder. O desafio vai além de simples ajustes superficiais; trata-se de uma necessidade de repensar, profundamente, os fundamentos do sistema econômico e explorar meios de promover um cenário mais inclusivo e justo para todos os estratos da sociedade. Esse contingente de trabalhadores na reserva dá origem a uma competição implacável entre as pessoas na busca por emprego, resultando em uma competição frequentemente desumana. Marx descreve esse fenômeno como “*exército industrial de reserva*”, uma condição considerada essencial para a reprodução e expansão do capital. Esse contingente na reserva deve ser composto por indivíduos que estejam prontamente acessíveis, socialmente adaptados e disciplinados, além de possuir as características necessárias, como flexibilidade, obediência, maleabilidade e, quando necessário, habilidades específicas. Caso essas condições não sejam cumpridas, o processo de acumulação do capital se depara com um obstáculo significativo, conforme ressaltado por Harvey [2011].

Essa competição intensa entre os trabalhadores acarreta consequências diretas, resultando em condições de trabalho precárias, salários reduzidos e uma sensação de insegurança no emprego. A necessidade de sobrevivência e o medo do

desemprego pressionam os trabalhadores a aceitarem quaisquer condições de trabalho oferecidas, muitas vezes sacrificando suas próprias condições de vida. Essa dinâmica reforça a manutenção do poder nas mãos dos detentores do capital, os quais se beneficiam da disponibilidade de uma mão de obra barata e prontamente substituível. Essa estrutura busca controlar e explorar a força de trabalho, priorizando os interesses do capital em detrimento dos direitos e do bem-estar dos trabalhadores. Isso ilustra como a dinâmica do sistema capitalista pode perpetuar desigualdades e criar um ambiente em que as condições de trabalho e a dignidade dos trabalhadores são subjugadas em favor dos objetivos de acumulação e lucro.

É importante destacar que a categoria *trabalho* pode produzir tanto efeitos alienantes quanto emancipatórios sobre o indivíduo que o realiza. No entanto, é o próprio trabalhador quem efetivamente realiza o trabalho, sendo toda a riqueza originada desse processo. Nesse sentido, em última análise, toda a riqueza pertence ao trabalhador. Marx argumentava que, sob a dinâmica do sistema capitalista, o trabalhador frequentemente experimenta um sentimento de alienação em relação ao seu próprio trabalho. Isso decorre da separação entre o trabalhador e os meios de produção, bem como do produto final, o que resulta em uma desconexão e perda de controle sobre o trabalho executado. Além disso, muitas vezes, o trabalhador não possui a autonomia necessária para tomar decisões significativas durante o processo produtivo.

Por outro lado, é importante reconhecer que o trabalho também possui o potencial de emancipar o trabalhador. Através da atividade do trabalho, o indivíduo pode desenvolver suas habilidades, expressar sua criatividade e contribuir para a produção de bens e serviços que supram as necessidades da sociedade. Quando as condições de trabalho são justas e o trabalhador tem influência sobre suas próprias tarefas, emerge espaço para a realização pessoal e a valorização do trabalho como uma atividade humana com significado intrínseco. Dessa forma,

a relação do trabalhador com o trabalho não é apenas de alienação, mas também oferece uma oportunidade para a autorrealização e a contribuição significativa para a comunidade.

Nesse cenário, inserido no âmbito do sistema capitalista, delinea-se uma notória discrepância na apropriação da riqueza originada pelo trabalho, com os detentores de capital assimilando a fatia predominante da mesma. Segundo os postulados de Marx, emerge a proposição da exploração da força de trabalho pela classe capitalista, estabelecendo-se essa relação como a essência desse arranjo, no qual o trabalhador é remunerado somente por uma fração ínfima do valor intrínseco que sua própria atividade de trabalho gera. Dessa forma, a concepção de que a totalidade dos recursos opulentos está intrinsecamente vinculada ao trabalhador configura uma perspicaz censura marxista ao sistema capitalista, que solidifica a concentração da riqueza nas mãos dos detentores de capital, em detrimento dos direitos fundamentais e da recompensa equitativa pelo trabalho empreendido pelos indivíduos assalariados.

De acordo com Marx, o trabalho assume o papel de substância subjacente aos valores e, especificamente, o trabalho humano homogêneo desempenha a função de representar uma força de trabalho humana uniforme. Ainda que composto por diversas unidades de força de trabalho individuais, a força de trabalho social coletiva é reconhecida como a única expressão de trabalho humano incorporada nas valorações do universo das mercadorias. Em essência, Marx delimita a força de trabalho como uma entidade complexa, abrangendo os aspectos físicos e mentais inerentes à corporeidade humana, ativada sempre que se engendra valores de utilidade.

Essa força trabalho materializa-se somente por meio da própria existência dos indivíduos detentores dela. Nesse contexto, emerge o paradoxo do qual falamos anteriormente: para garantir a contínua disponibilidade da força de trabalho, os

detentores de capital devem assegurar a reprodução da classe proletária, bem como de seus dependentes. Em outras palavras, é necessário que eles mantenham vivos aqueles que, sob sua perspectiva, poderiam estar sujeitos à mortalidade. A dependência dos capitalistas em relação à reprodução da classe trabalhadora constitui uma contradição intrínseca ao arcabouço do modo de produção capitalista. Essa contradição desnuda a exploração intrínseca ao sistema, no qual os trabalhadores se veem sujeitos a condições de trabalho adversas e remuneração insatisfatória, enquanto os capitalistas acumulam a fatia preponderante da riqueza gerada pelo trabalho coletivo da sociedade.

A análise marxista acentua essa tessitura conflituosa, realçando a interdependência entre os capitalistas e os trabalhadores, ao mesmo tempo em que salienta a relação tensa e dialética entre o trabalho e o capital no contexto capitalista. A engrenagem da reprodução da classe trabalhadora torna-se vital para a perpetuação do sistema, ao passo que os trabalhadores, em contrapartida, se mobilizam para reivindicar seus direitos e promover melhorias nas suas condições de vida por meio da organização e do esforço coletivo. O trabalho, conforme delineada por Marx, caracteriza-se pela interação dos seres humanos com a natureza, por intermédio da qual transformam os componentes naturais em objetos de uso prático. Nesse processo, ocorre a produção de mercadorias e valores de utilidade. O trabalho encarna o primogênito movimento em direção à esfera do capital, pois é através dessa atividade que se efetiva a geração de riqueza. Quando o detentor do capital adquire a aptidão do trabalho assalariado, ele é tratado como uma mercadoria, tal como quaisquer outras no seio do sistema capitalista. O trabalhador, ao ceder sua capacidade de trabalho, assume o papel de um comerciante de mercadorias no mercado.

Marx enfatiza que o dinheiro, em si mesmo, não possui valor intrínseco. O valor encontra expressão através do preço, que surge unicamente pela manifestação do trabalho. O trabalho

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

representa o alicerce para estabelecer o valor das mercadorias dentro de uma sociedade capitalista. Ele representa o dispêndio de energia física e mental que impregna os produtos com valor. A ação humana no âmbito do trabalho se diferencia das ações naturais devido à capacidade distintiva da humanidade de planejar, organizar e criar conscientemente. Através da consciência, da criatividade e das habilidades de antecipação, os seres humanos formulam conceitos e desenham objetos antes de sua execução. Essa capacidade de contemplar e planejar diferencia o trabalho humano das ações naturais instintivas ou aleatórias.

Assim, como já apontamos, enquanto os processos naturais, observados nos esforços das abelhas ou aranhas, são notáveis em si próprios, o trabalho humano os ultrapassa. Isso ocorre devido à incorporação da consciência e do pensamento na transformação da natureza em algo intencional e deliberado. Essa diferenciação fundamental entre a ação humana e a ação natural se configura como um aspecto fundamental na compreensão do trabalho a partir de uma perspectiva marxista.



**A METAMORFOSE DO TRABALHO EM MAIS VALOR**

Retomando a questão do trabalho, Cafiero [2014] argumenta que a jornada de trabalho encontra-se naturalmente limitada a 24 horas - a duração máxima de um dia. Dentro desse intervalo temporal, existem necessidades intrínsecas que consomem tempo, como o sono, a alimentação e o descanso. Contudo, um certo grau de flexibilidade permeia essa jornada. Pode-se prolongar, ainda que indiretamente, o período de trabalho ao aprimorar as condições técnicas em uma fábrica, por exemplo. Isto implica que um trabalhador pode gerar uma maior quantidade de resultados em um lapso de tempo igual ou até menor. No entanto, é imperativo ponderar sobre as implicações disso para o próprio trabalhador. O relato de um trabalhador frente ao seu empregador, extraído de Cafiero, exemplifica muito bem a questão. Vejamos:

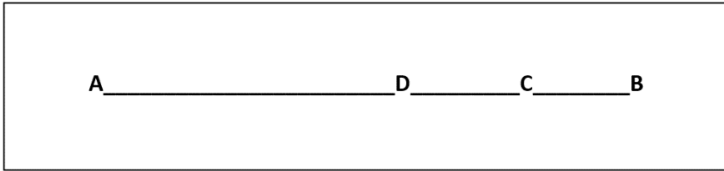
*"[...] a mercadoria que te vendi se distingue de todas as outras mercadorias porque o seu uso cria valor, e um valor maior do que seu próprio custo. E é por isto que compraste. O que para ti parece ser crescimento de capital, para mim é excesso de trabalho [...]. Com o prolongamento na jornada de trabalho, podes em um só dia mobilizar uma quantidade tão grande de minha força de trabalho que não vou poder repô-la nem com três jornadas. O que ganhas em trabalho, eu perco em substância. Presta, pois, muita atenção: o emprego da minha força de trabalho e do desfrute são duas coisas distintas, muito distintas. Se eu, como operário, vivo em média 30 anos, trabalhando num ritmo médio, razoável, e tu consumes a minha força de trabalho em dez anos, tu não me pagas mais que um terço do seu valor diário; portanto roubas de mim, todos os dias, dois terços de minha mercadoria. Exijo, pois, uma jornada de trabalho de duração normal [...]. Exijo a jornada normal, porque quero o valor da minha mercadoria como qualquer vendedor"*

*[Cafiero, 2014]*

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

Finalmente, o trabalhador compreende plenamente o valor do seu trabalho e a extensão de sua exploração. Essa exploração é identificada pelo termo “*mais-valor*”. Em termos simples, existe uma parcela da jornada de trabalho que meramente compensa o valor correspondente à força de trabalho – uma constante –, no entanto, o trabalhador é capaz de trabalhar e produzir muito além dessa medida. É crucial reconhecer a presença do trabalho excedente na dinâmica do tempo de trabalho e suas consequências. Para ilustrar, apresento a seguinte fórmula, fundamentada nas concepções de Marx e exposta por Cafiero:



A letra A simboliza o início da jornada de trabalho, ao passo que a letra B delimita o ponto máximo que essa jornada poderia atingir, ou seja, as 24 horas de um dia. A distância AC corresponde à jornada de trabalho que justifica o salário recebido pelo trabalhador, enquanto a extensão CB está intrinsecamente ligada ao trabalho não remunerado, ou seja, ao mais-valor gerado. Aqui é preciso questionar: como ampliar a produção de mais-valor? Como estender o trabalho excedente sem necessariamente prolongar a duração do tempo de trabalho? Conforme a visão de Marx, a ampliação do trabalho excedente de B para C [em direção a A] é claramente inviável sem a concomitante redução do trabalho necessário. Em outras palavras, estender o trabalho excedente implicaria encurtar o tempo de trabalho que o trabalhador dedicava a si próprio [Marx, 2013]. Assim, é imperativo adotar outra estratégia.

A redução do tempo necessário, que culmina em uma amplificação do trabalho excedente, mantendo a produção constante em um período menor, apenas se torna viável por

meio de uma transformação nas circunstâncias produtivas. Duas opções se delineiam para alcançar esse feito: expandir a força de trabalho e, por conseguinte, os encargos salariais, uma alternativa muitas vezes evitada pelos detentores de capital; ou reformular os meios de produção. Mas a amplificação da capacidade produtiva da força de trabalho pode ser viabilizada sem, necessariamente, aumentar o número de trabalhadores. Essa mudança pode ocorrer, por exemplo, por meio de mudanças nas condições tecnológicas. Conseqüentemente, embora a proporção entre A/B na equação possa diminuir, o trabalhador persistirá na geração da mesma quantidade de produção, ou pode até aumentar.

A introdução de avanços tecnológicos e o aprimoramento dos meios de produção constituem uma modificação nas condições de trabalho. Isso propicia ao trabalhador uma maior eficiência dentro do mesmo intervalo temporal. Em essência, com a duração do trabalho necessário permanecendo constante, é viável elevar a quantidade de mais-trabalho, ou seja, do trabalho excedente que não é remunerado. Esse padrão de incremento na produtividade através da tecnologia constitui uma faceta inerente ao sistema capitalista, onde a busca incessante por eficácia e lucro engendra contínuas inovações e aprimoramentos nos procedimentos produtivos.

Entretanto, é imperioso destacar que tais mudanças podem desencadear impactos tanto positivos quanto negativos para os trabalhadores. Ainda que a tecnologia possa potencializar a produtividade, também pode resultar na substituição de trabalhadores por máquinas, ocasionando desemprego e a precarização das condições de trabalho. Nesse sentido, é de suma importância contemplar os efeitos sociais e econômicos dessas transformações tecnológicas sobre a sociedade como um todo. Ou seja, tanto o aumento do tempo/trabalho quanto as melhorias dos meios de produção podem ter efeitos danosos à saúde e bem estar dos trabalhadores. Encontramo-nos, aqui, diante do *mais-valor absoluto* e do *mais-valor relativo*.

***MAIS - VALOR ABSOLUTO E MAIS - VALOR RELATIVO***

O mais-valor absoluto refere-se à obtenção do excedente de valor ao prolongar a jornada de trabalho. Em outras palavras, é quando o empregador se apropria de um maior período de trabalho do empregado. Esse método de extração de mais-valor é fundamentado na exploração direta do trabalhador, prolongando a jornada para além do tempo necessário para compensar o valor correspondente à sua força de trabalho. Por outro lado, o mais-valor relativo surge da redução do tempo de trabalho necessário sem uma correspondente diminuição na produção. Este processo é possibilitado por meio de aprimoramentos técnicos, materiais ou organizacionais no ciclo produtivo.

Assim, com o avanço tecnológico e a implementação de métodos mais eficazes, é factível elevar a produtividade e a quantidade de valor gerada em um intervalo de tempo específico, sem necessariamente prolongar diretamente a duração da jornada de trabalho. Nesse cenário, o trabalhador produz mais em um período menor, em função dos aprimoramentos técnicos dos meios de produção. Essa distinção entre mais-valor absoluto e mais-valor relativo enfatiza a importância das condições técnicas e materiais na mecânica da exploração do trabalho no contexto capitalista. Ambas as abordagens para extrair mais-valor contribuem para a acumulação de capital, contudo ocorrem de maneiras distintas e acarretam implicações diferenciadas para os trabalhadores.

Para uma melhor compreensão, analisemos a fórmula proposta por Cafiero, a partir de suas leituras de Marx. Ele observa que o sobretrabalho, que corresponde ao trabalho excedente, além de indispensável para a reprodução do valor da força de trabalho, possui dois limites distintos: B, que, como dissemos, marca o término da jornada de trabalho de 24 horas do dia e C, que assinala o ponto onde o tempo de trabalho necessário se completa. O limite B, definido pelo fim da jornada

de trabalho, é inalterável, pois o capitalista não possui a capacidade de estender o dia para além de suas 24 horas. Contudo o limite C, representativo do tempo de trabalho requerido, pode ser modificado. Ao encurtar o tempo de trabalho necessário e retrocedê-lo ao ponto D, o sobretrabalho CB aumenta. Essa ampliação do sobretrabalho reflete exatamente a redução do trabalho necessário, anteriormente representado por AC. Mas lembrem: reduzir a jornada de trabalho não significa, necessariamente, reduzir a produção.

Através de avanços tecnológicos, aprimoramentos na organização do trabalho e outras modificações nas condições de produção, torna-se possível encurtar o tempo requerido para gerar os valores de uso. Como resultado, a proporção entre o trabalho necessário e o sobretrabalho pode ser modificada, abrindo espaço para a ampliação do mais-valor relativo. Essa redução do tempo de trabalho necessário não apenas resulta em uma amplificação do sobretrabalho e do mais-valor relativo, mas também acarreta uma alteração na composição do capital. Menos tempo é alocado para a produção de valor equivalente à força de trabalho, o que libera um maior período para a produção de valor excedente e, por conseguinte, para a acumulação de capital.

Resumidamente, a tática adotada pelo capitalista para expandir o mais-valor se concentra em encurtar o tempo de trabalho necessário, consequentemente ampliando o sobretrabalho e estendendo a abrangência do mais-valor relativo. Essa abordagem constitui uma das formas pelas quais o sistema capitalista procura otimizar a extração de valor do trabalho e estimular a acumulação de capital. A redução do tempo de trabalho necessário se baseia na redução dos salários, que, por sua vez, está interligada à diminuição dos preços dos bens essenciais para os trabalhadores. Nesse contexto, a mais-valia relativa fundamenta-se na redução dos custos das mercadorias indispensáveis para os trabalhadores, como destacado por Cafiero.

Isso cria um ambiente em que o trabalhador, embora possa receber uma remuneração menor, ainda consegue obter uma quantidade suficiente de produtos necessários para a sua subsistência, permitindo que o capitalista maximize seus lucros ao mesmo tempo em que o trabalhador continua a ser produtivo. Alguns autores defendem que a produção em cooperação poderia mudar este quadro de exploração. Será mesmo? Quando se trata da cooperação, é frequente ouvirmos que essa forma de organização traz vantagens aos trabalhadores. No entanto, é crucial ponderar que, no sistema capitalista, a cooperação não necessariamente se desenrola em benefício direto dos trabalhadores. Muitas vezes, ela está a serviço da reprodução do capital.

À medida que o capital se multiplica e busca expansão, ele estabelece mecanismos cooperativos que visam aprimorar a sua própria reprodução. Esses mecanismos podem envolver a colaboração entre os trabalhadores, a estruturação em equipes de trabalho e a divisão das tarefas, entre outras práticas. O objetivo principal subjacente a esses mecanismos é ampliar a produtividade, reduzir os custos de produção e maximizar a extração de valor e, conseqüentemente, os lucros. Nesse contexto, a cooperação, no âmbito capitalista, frequentemente é direcionada para aumentar a eficiência da produção e, assim, favorecer a acumulação do capital, muitas vezes às custas das condições de trabalho dos próprios trabalhadores.

Apesar de a cooperação ter o potencial de gerar melhorias na produtividade e eficiência dos processos de trabalho, é crucial reconhecer que ela também pode resultar em um aumento na intensidade do trabalho, na imposição de metas cada vez mais exorbitantes, na precarização das condições de trabalho e no agravamento da exploração dos trabalhadores. Nesse cenário, a cooperação é frequentemente utilizada como um instrumento para controlar e submeter os trabalhadores aos interesses do capital. Portanto, é indispensável questionar e adotar uma análise crítica da cooperação dentro do contexto capitalista, levando em

consideração as relações de poder e a exploração intrínseca ao sistema.

Embora a cooperação possa trazer vantagens em certos aspectos, é importante estar alerta para os seus impactos e os interesses que a subjazem. O entendimento das implicações reais da cooperação no âmbito do sistema capitalista exige uma avaliação abrangente, considerando tanto as possíveis vantagens quanto os potenciais efeitos adversos sobre os trabalhadores e a sociedade como um todo. Cafiero aponta, ao menos, quatro vantagens da cooperação ao capital, vejamos:

*“[...] a primeira vantagem na cooperação é que o capital pode realizar a verdadeira força de trabalho social [...]. A segunda vantagem está na economia dos meios de trabalho. O mesmo prédio, as mesmas instalações etc., que antes serviam apenas a um, hoje servem para muitos operários. A terceira vantagem da cooperação é o aumento da força de trabalho. O poder de ataque de um esquadrão de cavalaria ou o poder de resistência de um regimento da infantaria difere essencialmente da soma de forças individuais de cada cavaleiro ou de cada soldado [...]. A quarta vantagem é a possibilidade de combinar a união de forças de trabalho para a execução de trabalhos que uma força isolada jamais conseguiria e, se o tentasse, o faria de modo muito imperfeito”*  
*[Cafiero, 2014]*

Com o objetivo de maximizar sua extração de valor, o capitalista adotou uma estratégia que alcançou um grau de divisão do trabalho extremamente elevado por meio da manufatura. Esse método de divisão implica em designar diversas tarefas distintas aos operários, concedendo à cooperação uma característica peculiar. Esse movimento resulta na transferência do controle integral do processo produtivo dos artesãos, por exemplo, para o capitalista.

Nessa dinâmica, a manufatura fragmenta o processo produtivo em etapas individuais, com cada operário focado em uma tarefa específica. Embora isso possa aumentar a eficiência e a produtividade global, também resulta na perda do conhecimento holístico do processo de produção por parte dos trabalhadores, uma vez que eles estão envolvidos apenas em uma parcela limitada da cadeia produtiva. Dessa forma, o capitalista assume o controle da coordenação e supervisão do conjunto das operações, ampliando assim sua influência e domínio sobre a produção e o valor gerado. Em outras palavras, a introdução da divisão do trabalho, na manufatura, representa uma transformação significativa nas modalidades de organização da produção. Ao fragmentar as tarefas em estágios distintos e atribuí-las a diferentes trabalhadores, o capitalista desmembra o processo produtivo em unidades menores e especializadas. Cada operário assume a responsabilidade por um estágio particular do processo, executando-o de maneira padronizada e repetitiva. Essa fragmentação extrema do trabalho é direcionada à amplificação da produtividade e eficiência da produção.

Ao focar em uma tarefa específica, o trabalhador pode aprimorar suas habilidades e acelerar sua execução. Além disso, o capitalista tem a capacidade de supervisionar e monitorar minuciosamente cada estágio do processo, garantindo maior disciplina e coordenação na produção. Essa divisão precisa e controlada possibilita um controle mais rígido sobre a qualidade e quantidade da produção, contribuindo para a otimização do uso de recursos e a maximização dos lucros. No entanto, essa abordagem também pode gerar monotonia e alienação para os trabalhadores, uma vez que eles se tornam especialistas em tarefas estreitamente definidas, desprovidas de uma visão completa do produto final.

Importante lembrar que a especialização em uma única tarefa pode resultar em monotonia e na redução de habilidades multifacetadas. Além disso, a dependência de uma única tarefa limita as oportunidades de crescimento e desenvolvimento



profissional dos trabalhadores, tornando-os mais suscetíveis à exploração e manipulação por parte do capitalista. Assim, a introdução da divisão do trabalho, na manufatura, constitui uma estratégia empregada pelo capitalista para ampliar a extração de valor e consolidar o controle sobre o processo produtivo. Ao privar os trabalhadores da gestão total do processo, o capitalista almeja exercer um maior domínio e auferir lucros substanciais.

Nessa conjuntura, a complexa interação entre benefícios e desvantagens desencadeia uma dinâmica multifacetada que molda as relações de trabalho dentro do sistema capitalista. A reunião de diversas atividades em um único espaço, na manufatura, não apenas amplia a produção, mas também estabelece uma intrincada interdependência entre as distintas tarefas. Esse grau de interdependência é imputado para tornar cada tarefa inextricavelmente ligada ao desempenho das outras, concebendo, dessa forma, uma estrutura rígida e hierárquica da organização do processo produtivo. Essa interdependência resulta da divisão extrema do trabalho, na qual cada operário se dedica a uma tarefa específica e repetitiva.

Cada estágio do processo produtivo é meticulosamente planejado de modo a depender da finalização bem-sucedida dos estágios prévios. Consequentemente, os trabalhadores são compelidos a aderir a um fluxo predefinido, sem qualquer autonomia ou controle sobre o processo como um todo. Essa abordagem, que assegura a sincronização e a eficiência, também pode minar a autonomia do trabalhador, submetendo-o a uma estrutura rigidamente controlada que busca otimizar a produção e a acumulação de valor por parte do capitalista. Ou seja, a dependência intertarefas, na manufatura, serve aos interesses do capitalista, possibilitando um controle mais eficaz e uma coordenação meticulosa do trabalho.

O capitalista estabelece uma estrutura hierárquica de comando e supervisão, assegurando que cada trabalhador realize sua tarefa de forma a contribuir para a eficiência e produtividade

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

globais do processo. Contudo, essa interdependência também se traduz em uma maior submissão dos trabalhadores à autoridade do capitalista. Eles passam a ser peças em uma engrenagem maior, desprovidos de autonomia ou influência sobre as decisões que dizem respeito ao processo produtivo. A mútua dependência entre as tarefas acentua a disciplina e a subordinação dos trabalhadores ao sistema de exploração capitalista. Eles se tornam elementos inseparáveis de um complexo mecanismo, sem margem para autonomia ou para a possibilidade de influenciar as determinações vinculadas à produção.

Essa dependência, que se estende por toda a hierarquia de tarefas, fortalece ainda mais o controle do capitalista e a subordinação dos trabalhadores. Em suma, a aglutinação de atividades em um mesmo espaço, na manufatura, não apenas amplia a produção, mas também consolida uma relação de dependência entre as tarefas, favorecendo o controle e a exploração dos trabalhadores por parte do capitalista. Nas palavras de Cafiero,

*“[...] uma carruagem, dessas que a gente vê no cinema, era o produto global dos trabalhos de numerosos artesãos independentes, como o carpinteiro, o estofador, o costureiro, o serralheiro, o torneiro, o vidraceiro, o pintor, o envernizador, o dourador etc., a manufatura de carruagens reuniu todos esses diferentes artífices numa mesma fábrica, onde trabalham simultaneamente, colaborando um com outro. Não se pode dourar uma carruagem antes de estar pronta; se, porém, muitas carruagens são feitas ao mesmo tempo, umas podem ser douradas enquanto outras se encontram em outra fase do processo de produção”*  
*[Cafiero, 2014]*

Por último, no cenário da arquitetura fabril, o trabalhador é reduzido a um mero componente da máquina, transformando-

se em um apêndice dela. Esse contexto de trabalho impõe aos trabalhadores uma brutalidade, senão uma completa imbecilização, uma vez que suas vidas se reduzem a executar tarefas repetitivas que somente contribuem para a atrofia de suas capacidades cognitivas. Essa condição de trabalho implica em uma perda de autonomia e criatividade, resultando em uma jornada monótona e alienante. Os trabalhadores se veem destituídos da oportunidade de aplicar seu intelecto e inovação, submetidos à repetição incessante de tarefas limitadas e fragmentadas. O filme “*Tempos Modernos*”, dirigido por Charles Chaplin, é um exemplo ilustrativo dessa realidade, abordando, de maneira marcante, os desafios enfrentados pelos trabalhadores na era industrial.

O próprio Adam Smith reconheceu essa questão ao observar que um indivíduo que passa toda sua vida envolvido em um número limitado de tarefas simples é incapaz de desenvolver sua inteligência ou estimular sua imaginação. Tal pessoa tende a se tornar tão ignorante e desprovida de perspicácia quanto é possível, dizia ele. O próprio Smith propôs a ideia de educação pública financiada pelo Estado como solução para amenizar esses efeitos. Essa perspectiva revela que mesmo um clássico pensador do liberalismo compreendeu os impactos negativos da divisão do trabalho sobre a vida e o desenvolvimento dos trabalhadores.

A preocupação de Smith com as consequências intelectuais e humanas da divisão do trabalho ressalta a complexidade e os dilemas inerentes a essa abordagem no contexto da economia industrial emergente. Sua sugestão de educação pública como um meio de combater esses desafios exemplifica a consciência de que o progresso econômico e a produtividade não podem ser alcançados às custas do bem-estar e da plenitude humana. Isso ilustra a importância de considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais e humanas nas reflexões sobre o funcionamento da sociedade.

***A MERCADORIA E O TEMPO SOCIALMENTE NECESSÁRIO À SUA PRODUÇÃO***

Na perspectiva marxista, a mercadoria é conceituada como uma entidade externa, uma manifestação material cujo desígnio primordial é a satisfação de múltiplas necessidades humanas. A abordagem de Marx, no tangente a esta "coisa útil", desdobra-se em duas facetas distintas: uma qualitativa e outra quantitativa. Ou seja, como delineado por Marx, a aptidão de um objeto para atender a uma necessidade concede-lhe o seu valor de uso. Esse valor de uso, entretanto, apenas se concretiza integralmente por meio da sua utilização ou consumo. Nesse estágio, irrompe o valor de troca, quando o valor de uso de um determinado bem é trocado pelo valor de uso equivalente de outro produto [Sousa, 2022].

Assim, o artefato em si não se limita mais a ser uma mesa, uma moradia, um fio ou qualquer outra utilidade tangível; ele se converte em uma expressão de trabalho humano abstrato. Para Marx, o valor de uso de uma mercadoria adquire relevância, pois é nesse aspecto que se encontra encapsulado e materializado o trabalho humano abstrato. Nesse contexto, a magnitude desse valor pode ser avaliada somente mediante a quantificação da “*substância formadora de valor*”, ou seja, a quantidade de trabalho intrínseco nela incorporada. Conseqüentemente, é válido afirmar que a mercadoria ostenta uma dualidade de valores, como delineado por Marx, conhecida como a dupla natureza da mercadoria. O primeiro valor está associado ao valor de uso, que deriva das propriedades inerentes à mercadoria, ou seja, da sua capacidade intrínseca de satisfazer uma necessidade específica para a qual foi concebida ou designada. Como exemplo, o valor de uso do feijão reside em sua função primordial como alimento. Quando consumimos o feijão, estamos, na verdade, atribuindo-lhe seu valor de uso fundamental.

O segundo valor é o valor de troca, uma característica que confere à mercadoria a capacidade de ser equiparada a outras

mercadorias e, portanto, suscetível a transações de troca. Consideremos a seguinte situação hipotética: suponha que eu seja um lavrador que conseguiu colher uma quantidade considerável de feijão, enquanto meu vizinho obteve uma boa safra de algodão. Impulsionados por necessidades mútuas, trocamos 5 quilos de feijão por 10 quilos de algodão. Nesse contexto, observa-se uma transação em que os meus 5 quilos de feijão equivaleram a 10 quilos de algodão pertencentes ao meu vizinho. Isso ilustra a operacionalização do valor de troca. Sob tal perspectiva, a mercadoria exhibe esses dois elementos distintos, a saber, o valor de uso e o valor de troca. Ambos desempenham um papel crucial na análise de Marx a respeito da economia política e das interações mercantis. Essa dualidade retrata a intrincada natureza das mercadorias no contexto do sistema capitalista, no qual elas assumem o papel tanto de objetos funcionais com finalidades específicas quanto de unidades intercambiáveis de valor.

A intrincada natureza dessa equação nos impulsiona em direção a um questionamento essencial levantado por Cafiero [2014]: como é viável que mercadorias com atributos tão heterogêneos sejam intercambiadas em proporções específicas? Em sua resposta, o autor afirma que o alicerce do valor de troca, e, por conseguinte, do próprio valor, é o trabalho humano. Na visão do autor, a mercadoria é constituída pelo trabalho do trabalhador. Consequentemente, é o trabalho humano que desempenha o papel de substância geradora; é o trabalho que insufla existência na mercadoria. Fundamentalmente, apesar de suas notáveis disparidades de caráter, todas as mercadorias são, em essência, o mesmo ente, inteiramente equiparáveis, uma vez que partilham a mesma proveniência, possuindo o mesmo substrato circulando por suas veias. Essa concepção põe em relevo a centralidade do trabalho humano na geração e determinação do valor das mercadorias, estabelecendo um fundamento essencial para a apreensão do funcionamento do sistema capitalista.

Com base no exemplo previamente delineado, emerge uma compreensão de que a permuta de 5 quilos de feijão por 10 quilos de algodão ocorre devido à equidade entre a quantidade de trabalho humano requerida para produzir os 5 quilos de feijão e a quantidade necessária para gerar os 10 quilos de algodão. Na verdade, a transação efetuada consiste na troca de trabalho por trabalho, nada mais do que isso. Entretanto, desponta a indagação proposta por Cafiero: qual é a métrica que quantifica esse trabalho? A resposta repousa no fator temporal. O tempo de trabalho assume o papel de medida que estabelece a equidade de valor entre as mercadorias. Esta resposta suscita uma indagação que frequentemente emerge em discussões sobre o tempo/trabalho: se um trabalhador adotar um ritmo lento por preguiça, ele gerará mais valor ao produto? A resposta é negativa. O valor de uma mercadoria não se encontra diretamente vinculado ao tempo individual de trabalho despendido por um trabalhador específico. Relaciona-se, na verdade, ao “*Tempo Socialmente Necessário*” para a produção dessa mercadoria sob determinadas condições de produção.

O valor de uma mercadoria é delineado pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário à sua concretização. Destarte, o valor de uma mercadoria não se vê influenciado pelo desempenho individual de um trabalhador específico, mas sim pelas circunstâncias técnicas e sociais abrangentes da produção. Isso denota que, em um contexto econômico capitalista, o tempo de trabalho imprescindível para produzir uma mercadoria tende a ser minimizado para o nível mais baixo possível, impulsionado pelo progresso tecnológico e pela busca de uma maior eficiência produtiva. Consoante as palavras de Cafiero,

## O FANTASMA DO COMUNISMO

Reinaldo Sousa

*"[...] nada é mais equivocado do que tal afirmação, pois o trabalho a que nos referimos confere substância ao valor, não ao trabalho de um indivíduo específico, mas sim ao trabalho médio, que invariavelmente se mantém constante e é propriamente chamado de trabalho social"*

*[Marx citado por Cafiero, 2014]*

Ou seja, para Marx

*"[...] o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humano. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como única força de trabalho humana, embora consista em inúmeras forças de trabalho individuais"*

*[Marx citado por Cafiero, 2014]*

Assim, é o *Tempo de Trabalho Socialmente Necessário*, empregado na produção de um dado valor de uso, que vai determinar o seu valor. Tomemos como exemplo um trecho da fala do próprio Engels:

*"[...] consideremos que a produção dos meios de vida necessários para sustentar um trabalhador por um dia requeiram seis horas de trabalho ou, o que dá no mesmo, que o trabalho contido nesses meios representem uma quantidade de trabalho de seis horas; assim, o valor da força de trabalho durante um dia se expressará em uma quantidade de dinheiro que também incorpora seis horas de trabalho"*

*[Engels, 2019]*

Consideremos também que, além disso, continua Engels,

## O FANTASMA DO COMUNISMO

Reinaldo Sousa

que o capitalista que emprega nosso trabalhador lhe pague essa quantia, ou seja, o valor pleno de sua força de trabalho. Assim:

*“[...] se o trabalhador, em um dia, trabalha seis horas para o capitalista, então suas despesas foram integralmente repostas – seis horas de trabalho por seis horas de trabalho. Nesse caso, contudo, não sobriaria nada para o capitalista, que, por isso, vê as coisas de outra maneira: “Eu não comprei a força de trabalho desse trabalhador por seis horas, mas por um dia inteiro”, diz ele; assim, faz com que o empregado trabalhe, a depender das circunstâncias, oito, dez, doze, catorze e até mais horas, de modo que o produto da sétima, da oitava e das demais horas seguintes seja produto de um trabalho não pago que vai direto para o bolso do capitalista”*

*[Engels, 2019]*

Consequentemente, o trabalhador que se insere na esfera de atividade do capitalista não apenas reproduz o valor de sua força de trabalho, pelo qual foi remunerado, mas também, diz Engels,

*“[...] gera um excedente de valor, inicialmente apropriado pelo capitalista e posteriormente distribuído por toda a classe capitalista em consonância com leis econômicas específicas, constituindo a base a partir da qual emergem a renda da terra, o lucro, a acumulação de capital, e, enfim, todas as riquezas consumidas ou acumuladas pelas camadas ociosas da sociedade”*

*[Engels, 2019]*

Para Marx,



*"[...] o valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra"*

*Marx [2013]*

Indubitavelmente, ao contemplarmos a natureza dual da mercadoria, surge uma aparente contradição ao considerar elementos como ar, água e terra como mercadorias. Afinal, esses recursos constituem alicerces essenciais para a vida e existência humana e, por isso, não deveriam ser submetidos à lógica do mercado. Entretanto, no contexto do paradigma capitalista, esses elementos naturais podem ser objeto de conversão em mercadorias.

Esse fenômeno emerge devido ao funcionamento da lógica de apropriação e exploração de recursos naturais pelo capitalismo, voltado para a acumulação de capital. Consequentemente, a busca por ganhos econômicos culmina na metamorfose de recursos naturais em mercadorias suscetíveis à comercialização. Todavia essa conversão de bens naturais em mercadorias suscita questões éticas e ambientais de suma relevância. O esquema de exploração desenfreada dos recursos naturais sem uma consideração holística de seus limites e da sustentabilidade potencialmente gera efeitos nefastos sobre o ambiente e a própria subsistência humana.

A propensão à maximização dos lucros frequentemente se sobreleva ao discernimento sobre as consequências de longo prazo. Tal prática irresponsável pode precipitar danos irreversíveis ao ecossistema e à própria coexistência humana. O desequilíbrio entre a imperatividade do lucro e a salvaguarda do meio ambiente torna-se um dilema central, convocando a reflexão sobre as implicações éticas e o dever de preservação para as gerações vindouras. Dessa forma, o debate acerca da conversão de elementos naturais em mercadorias manifesta-se

como uma questão complexa, suscitando a necessidade de uma contemplação mais aprofundada sobre os limites e as repercussões subjacentes desse processo no contexto da estrutura capitalista.

Trata-se de uma temática que transcende não somente o âmbito econômico, mas também abarca facetas éticas, sociais e ambientais. De acordo com a teoria marxista, as transações envolvendo mercadorias podem evoluir para um panorama complexo devido à diversidade de valores de uso e de troca implicados. A título de exemplo, a efetivação direta de uma permuta entre bois e ovelhas, ou entre uma mesa e uma porta, pode provar-se desafiadora na prática. Em meio a essa complexidade, brota a imperatividade de uma mercadoria que seja capaz de funcionar como equivalente universal, simplificando, assim, as relações de intercâmbio. Esse papel é assumido pela mercadoria que assume a forma de dinheiro, conforme frisado por Cafiero, ao desempenhar a função de intermediário universal em transações de permuta.

***O DINHEIRO COMO EQUIVALENTE UNIVERSAL***

Com a instituição do dinheiro, as transações diretas ou imediatas entre mercadorias são substituídas pela adoção da moeda. A presença do dinheiro simplifica e agiliza as operações comerciais, pois cada mercadoria passa a ser avaliada e comparada em termos de seu valor monetário. Dessa maneira, o dinheiro assume o papel de intermediário, possibilitando a conversão de diversas mercadorias em uma única unidade de troca padronizada. Essa transição para a utilização do dinheiro gera uma reforma profunda nas dinâmicas econômicas. As permutas diretas cedem lugar a um arranjo mais abstrato e universal, no qual os valores das mercadorias se manifestam por intermédio de representações monetárias. A moeda adquire um papel central na mediação das relações de produção e consumo, conferindo maior flexibilidade e eficácia às transações comerciais. Dessa forma, a introdução do dinheiro na qualidade de equivalente universal denota um marco importante na trajetória de evolução do sistema capitalista. Esse evento estabelece as bases para a disseminação ampliada das mercadorias e para a consolidação do comércio e das interações econômicas em larga escala.

Na órbita da circulação no contexto do sistema capitalista, ocorre uma transfiguração na modalidade de troca das mercadorias. A sucessão de trocas envolvendo produtos, dinheiro e novamente produtos engendra uma lógica distinta, na qual a mercadoria aspira a transmutar-se em dinheiro e, subsequentemente, restaurar-se como mercadoria. Essa dinâmica encontra expressão na fórmula  $M-D-M$ , na qual “ $M$ ” representa a mercadoria e “ $D$ ” alude ao dinheiro. Porém, ao longo do desdobramento dessa equação, sob o contexto capitalista, ela assume a feição de  $D-M-D$ . Destarte, quando o dinheiro é transformado em mais dinheiro, numa repetição quase que infinita, a equação assume uma nova forma:  $D-M-D$ . Observe o destaque acima da letra  $D$  na equação. Isso significa o nascimento do capital.

***O CAPITAL É ALGO MAIS QUE DINHEIRO***

O processo de acumulação em busca de ganhos econômicos, encapsulado na forma de **D-M-D**, constitui a essência do capitalismo. A incessante rotação do dinheiro em mercadorias e das mercadorias em dinheiro, com incremento do valor ao longo do processo, potencializa a acumulação de capital e define o cerne da lógica capitalista. A progressiva expansão e reprodução do capital constituem o motor propulsor do sistema, dando origem a uma rede intrincada de relações econômicas que caracterizam o funcionamento da economia capitalista.

A partir desta sequência, o capitalista incorpora a força de trabalho ativa com a inércia das mercadorias, transmutando o valor em capital. Tal conversão é pintada por Marx como uma metamorfose em que o capital se transforma em um “*ente vivente*”, uma “*Besta em Movimento*”, que se entrega ao trabalho, uma entidade autônoma que se empenha na acumulação de valor. Nesse compasso, o capital em si se converte em um “monstro vivo”, que assume a tarefa de trabalhar incessantemente.

Esta metamorfose do capital é resultado de uma complexa engenharia, na qual o valor se autovaloriza mediante a exploração da força de trabalho. Essa dinâmica alicerça o sistema capitalista, delineando um contexto no qual o capital se dilata e se reproduz ininterruptamente, impulsionando a expansão econômica e o acúmulo de riqueza. Assim, Marx estabelece uma distinção de alta relevância entre o dinheiro e o capital. Nas palavras de Harvey,

*“[...] devemos evitar a todo custo confundir dinheiro com capital e reconhecer que há uma diferença palpável entre a circulação do dinheiro como capital e sua circulação como mero dinheiro”.*

*[Harvey, 2013]*

O dinheiro, em si, funciona meramente como um meio

de intercâmbio, uma ferramenta para simplificar as transações comerciais. Sua utilidade reside em adquirir mercadorias e serviços, porém, ele carece da propensão de se valorizar por si só. Entretanto, quando o dinheiro é canalizado para o âmbito produtivo e aplicado com estratégia, ocorre uma metamorfose em capital. O capital materializa-se quando o dinheiro é investido na aquisição dos meios de produção, abarcando máquinas, equipamentos e matérias-primas, assim como na contratação de mão de obra.

O passo seguinte é gerar mercadorias cujo valor de troca ultrapasse o montante inicialmente investido. O diferencial entre o valor das mercadorias produzidas e o valor dos insumos e da força de trabalho é a essência do que Marx denota como mais-valor. O processo de acumulação e expansão do capital ocorre por intermédio da exploração da força de trabalho, no qual os trabalhadores geram valor além daquilo que recebem em remuneração. Esse ciclo é distintivo do sistema capitalista, no qual a busca implacável de lucro e o acúmulo de capital perfilam-se como objetivos centrais.

O capital ultrapassa o mero status de dinheiro, visto que abraça uma específica relação social de produção, em que o valor é engendrado e apropriado através da exploração da mão de obra. A transformação do dinheiro em capital desenrola-se através desse intrincado processo de produção e acumulação, no qual o valor é incessantemente alargado. Esse ciclo transformacional é apelidado de metabolismo. Ele ocorre quando as mercadorias são transmutadas e, em sequência, convertidas em capital, que é reinvestido na produção expandida de mercadorias.

Este é um ciclo contínuo, no qual o capital metamorfoseia-se em mercadorias, que, por sua vez, transformam-se, novamente, em capital. Marx destaca a importância do trabalho, afirmando que ele não somente dá origem às mercadorias, mas também ao capital. Essa proposição implica que os trabalhadores

não apenas concretizam produtos tangíveis, mas também produzem valor acrescido, conhecido como mais-valia ou mais-valor. O fulcro reside na exploração da força de trabalho, na qual os trabalhadores geram valor que excede o valor pago a eles em forma de salários, impulsionando a acumulação de capital e a engrenagem da economia capitalista.

Com o objetivo de expandir o capital, uma parte desse valor adicional é destinada à conversão em capital, através do reinvestimento dos ganhos na produção. Isso envolve a aquisição de mais matérias-primas e a contratação de mais mão de obra. É importante destacar que, nesse processo, os trabalhadores não compartilham dos benefícios de forma equivalente aos capitalistas. Embora os trabalhadores sejam remunerados pelo seu trabalho, eles não têm controle sobre o capital gerado. Eles entram e saem do processo produtivo permanecendo como trabalhadores, sem influência sobre a riqueza que produzem. Por outro lado, o capitalista, aquele que detém o capital e o investe na produção, está constantemente buscando aumentar sua própria riqueza. Para o capitalista, o valor de uso da mercadoria não é tão importante quanto a contínua expansão do capital. O capitalista vê a mercadoria como um meio de transformar dinheiro em mais dinheiro, como uma forma de alquimia que gera riqueza. O surgimento do capital, portanto, advém da identificação de uma mercadoria capaz de gerar mais dinheiro do que o valor investido em sua aquisição, conforme argumentado por Cafiero.

Dito de outra forma, trata-se de encontrar uma mercadoria que, sob nosso controle, possa valorizar-se de forma que, ao ser vendida, proporcione um lucro superior, gerando incremento financeiro [Cafiero, 2014]. E qual mercadoria seria essa? A resposta é a força de trabalho. No entanto, como determinamos o valor dessa força de trabalho? Seguindo Marx, basta considerar os custos de tudo o que é utilizado ou consumido pelo trabalhador: moradia, alimentação, vestuário, entretenimento, educação e os custos de sua reprodução [uma

vez que os novos trabalhadores futuramente constituirão a nova força de trabalho], entre outros. Após essa análise, é possível dividir o valor total acumulado pelos dias do ano [365] e, assim, derivar o custo médio diário que, teoricamente, estabeleceria a base para as trocas.

Vamos considerar, conforme exemplo delineado por Cafiero [2014], que, para assegurar a subsistência diária de um trabalhador, seja necessário um salário médio diário de R\$ 100,00 [cem reais]. Imaginemos ainda que esse trabalhador foi contratado por um empresário na indústria de joias. Vamos supor que numa jornada diária de 6 horas, ele seja capaz de produzir 25 gramas de prata, cujo valor seja correspondente aos R\$ 100,00 [cem reais] estipulados. Nesse ponto, é de suma importância recordar Cafiero ao dizer que

*"[...] uma mercadoria não pode ser trocada por outra, a menos que ambas possuam o mesmo valor, ou seja, se o trabalho necessário para produzir uma não for igual ao trabalho necessário para produzir a outra"*  
[Cafiero, 2014]

Agora, vamos considerar uma situação diferente, na qual um empresário atuante na indústria têxtil tenha providenciado todas as condições necessárias para o processo produtivo. Isso implica que ele tenha estabelecido a fábrica, adquirido a matéria-prima, as ferramentas essenciais e tenha assumido os custos da energia consumida no processo. Além disso, ele também teria feito uma estimativa do consumo dos meios de produção.

Seguindo a abordagem proposta por Cafiero, vamos supor que os meios de produção [ou seja, a fábrica com todas as suas instalações, máquinas, ferramentas etc.] tenham sido projetados para uma vida útil de 10 anos [o que equivale a 3.650 dias]. Agora, para ilustrar, imaginemos que o empresário tenha investido um montante de R\$ 1.460.000,00 [um milhão, quatrocentos e sessenta mil reais] nesses meios de produção. Se

dividirmos essa quantia pelo número de dias em 10 anos, obtemos um valor diário de R\$ 400,00 [quatrocentos reais] como o custo diário dos meios de produção.

Agora, vamos supor que um dos operários da fábrica, trabalhando um período de 12 horas diárias, tenha transformado 10 quilos de algodão em 10 quilos de fio. Suponha que o custo do algodão tenha sido de R\$ 300,00 [trezentos reais] por quilo, resultando em um total de R\$ 3.000,00 [três mil reais] para o algodão utilizado. Adicionalmente, consideremos os gastos dos meios de produção mencionados anteriormente, totalizando R\$ 400,00 [quatrocentos reais], e acrescentemos o salário diário do trabalhador, que foi de R\$ 100,00 [cem reais].

Somando todos esses elementos, chegamos a um montante de R\$ 3.500,00 [três mil e quinhentos reais]. A questão que emerge é: onde, portanto, estaria o lucro do empresário? A resposta reside na possibilidade de que o empresário possa vender o fio a um valor que excede o custo de sua produção. Nesse cenário, o lucro seria obtido através da diferença entre o valor de venda do fio e os custos envolvidos na sua fabricação. Mas, o lucro obtido com o aumento dos produtos, além dos custos de produção, é pouco para os capitalistas. Mas, ao considerar que o salário pago por uma jornada de trabalho é apenas o suficiente para a subsistência do trabalhador durante o período de 24 horas, o empresário está ciente de que poderá obter mais lucro. Afinal, a força de trabalho, também considerada mercadoria, possui a característica de produzir um valor que excede o custo de sua própria reprodução.

Considerando o exemplo dado anteriormente, em que um operário produz R\$ 100,00 [cem reais] em seis horas, é razoável inferir que em doze horas ele produziria o dobro desse valor, ou seja, R\$ 200,00 [duzentos reais]. Essa diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor pago a ele como salário representa o mais-valor, ou seja, o valor excedente gerado pelo trabalho além do custo da força de trabalho. O capitalista



obtem esse lucro ao vender as mercadorias produzidas a um preço que reflete o valor total do trabalho incorporado nelas, incluindo o mais-valor. Esse é um dos mecanismos centrais do sistema capitalista, no qual a exploração da força de trabalho é uma fonte fundamental de acumulação de capital.

Com efeito, a análise derivada das premissas delineadas por Cafiero requer a seguinte dedução: o empresário, após dispendir um montante global de R\$ 3.500,00 [composto por R\$ 3.000,00 referentes ao custo do algodão, R\$ 400,00 correspondentes ao consumo diário dos meios de produção e R\$ 100,00 relativos ao vencimento da mão de obra], logrou a obtenção de uma mercadoria cujo valor subsiste em R\$ 3.500,00. Não obstante, a engenharia subjacente a essa avaliação esconde que o salário apropriado para o trabalhador deveria totalizar R\$ 200,00 [duzentos reais], em contraposição aos meros R\$ 100,00 [cem reais] contabilizados.

Consequentemente, o dispêndio global decresce de R\$ 3.600,00 para R\$ 3.500,00. Assim, o empresário se apropria de um excedente de R\$ 100,00. Daí Cafiero afirmar que

*"[...] sua riqueza se multiplica; eis aqui, a problemática está resolvida: o capital surge neste exato momento"*  
*[Cafiero, 2014]*

Por isso, Marx se colocará como um crítico intransigente da moeda enquanto expressão do capital, que emerge como a força propulsora da realidade contemporânea. Imperativo salientar, em última análise, que Marx delineia, com destaque, a concepção do fetiche da mercadoria. Nesse escopo, no âmago do sistema capitalista, as mercadorias transcendem sua mera presença como entidades materiais e adquirem uma qualidade intrinsecamente social e simbólica.

O valor inerente a uma mercadoria não repousa meramente em suas atribuições físicas, mas é derivado das

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

conexões sociais e da laboriosa contribuição humana intrínseca a seu processo produtivo. Dessa forma, uma mercadoria transcende sua funcionalidade estritamente tangível, metamorfoseando-se em uma entidade enaltecida no interior do sistema de troca que é moldado pela sociedade. Nesse cenário, precipita-se a mutação da entidade utilitária em mercadoria, mediante a imbricação da relação de trabalho e a inserção no domínio mercantil.

***A PERSPECTIVA MARXISTA SOBRE A PROPRIEDADE***

É da natureza de qualquer forma de propriedade carregar consigo a negação do direito do outro. Quando um indivíduo adquire algo, essa aquisição inevitavelmente implica na exclusão de outros que não podem compartilhar da mesma posse. É uma verdade simples, mas fundamental. Essa verdade reside no centro das críticas de Marx à estrutura estabelecida pela burguesia. Assim, é importante destacar que Marx não condenava, indistintamente, todas as formas de propriedade. Suas críticas eram, quase sempre, direcionadas à forma burguesa de propriedade. Ou seja, nas análises de Marx, há o reconhecimento de diversas formas de propriedade, abrangendo desde a propriedade individual, que engloba os bens e recursos necessários para a subsistência diária de um indivíduo, até a propriedade coletiva, que emerge como uma potencial alternativa à propriedade privada característica do sistema burguês.

O filósofo, portanto, concentrava sua crítica na estrutura da propriedade privada capitalista, enquanto mantinha espaço para considerar as nuances e implicações sociais das diversas facetas da propriedade. Sua perspectiva não apenas apontava as falhas do modelo burguês, mas estimulava a exploração de alternativas e a discussão aprofundada sobre as várias dimensões das relações de propriedade na sociedade. Mas, como nasceu a ideia de propriedade? Qual a sua essência? Em sua obra intitulada “*Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*”, Jean-Jacques Rousseau já sinalizava que

“[...] o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer ‘isto é meu’ e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo.  
[Rousseau, 1999]”

Rousseau expôs a perspectiva de que o direito à propriedade é uma criação da humanidade, uma convenção estabelecida por seres humanos. Em sua argumentação, destacou os variados problemas resultantes dessa noção de propriedade privada, incluindo crimes, conflitos armados, assassinatos, indigência e calamidades. O filósofo aventou a ideia de que, caso alguém tivesse tido a ousadia de dismantelar as cercas e declarar que os frutos pertencem a todos e a terra a ninguém, a humanidade poderia ter sido poupada dessas adversidades. Dizia ele:

*[...] quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém”*  
*[Rousseau, 1999]*

Para ele, o direito à propriedade emerge como uma construção social discrepante da liberdade e da vida, dois elementos considerados dons naturais. Assim, enfatiza a importância de reconhecer que os recursos naturais e os frutos da terra deveriam ser partilhados coletivamente, ao invés de serem apropriados individualmente. A visão de Rousseau questiona a validade e os efeitos da propriedade privada na sociedade, incitando à reflexão sobre possíveis alternativas. Destaca a noção de propriedade privada como um direito absoluto e imutável, provocando reflexões sobre sua origem e as desigualdades sociais que podem derivar desse sistema de posse exclusiva.

Em um ensaio datado de 1840, Proudhon delineou o conceito de direito de ocupação como uma maneira natural de dividir a terra. Contudo, Marx rebateu essa ideia, argumentando que a propriedade exclusiva mantida por alguns indivíduos

resulta na privação do direito de propriedade para os outros, conforme mencionado anteriormente. Desse modo, a questão da propriedade se manifesta como um tópico multifacetado, que não pode ser compreendido de forma simplista. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx sustentou a abolição da propriedade privada burguesa, não de todas as formas de propriedade. Sua crítica foi direcionada ao sistema de apropriação que se fundamentava na exploração do trabalho alheio. Em obras como “*O Capital*” e “*A Guerra Civil na França*”, posicionou a propriedade individual e a propriedade privada em extremos opostos. Ele enfatizou que a posse nem sempre se traduz em propriedade, usando exemplos como o de um caçador que obtém uma presa ou um pescador que captura um peixe; nesses casos, eles não estão adquirindo a floresta ou o mar como um todo.

Nesse sentido, Marx estabelecia distinção entre diferentes modalidades de propriedade e colocava em xeque a validade da propriedade privada burguesa, que se erguia sob a exploração dos trabalhadores. Seu propósito era engendrar uma transformação social que transcenderia esse formato de apropriação, visando criar relações mais equânimes na distribuição de recursos e riqueza. Em “*Os Despossuídos*”, Marx empreende uma ampla análise das leis associadas à ideia de propriedade privada a partir dos casos de furto de lenha. Ele usa o exemplo do furto de lenha para analisar as contradições das leis sobre furto na Alemanha da época. Advoga que o Estado Prussiano deveria intervir para resolver as contradições legais que emergiam entre os direitos dos proprietários e o direito à posse daqueles que furtavam lenha. Sua sugestão se concentra em atenuar as discrepâncias existentes entre a aquisição individual e a detenção de um bem obtido através do direito de uso.

Marx enfatiza a importância de o Estado assumir um papel na redução das desigualdades entre os proprietários e os indivíduos que enfrentam a carência de recursos essenciais. Ele sublinha a necessidade de encontrar uma solução que não

apenas leve em conta os direitos dos detentores de propriedade, mas também os direitos dos despossuídos à subsistência. Assim, sustenta que, ao abordar essas contradições, o Estado tem a capacidade de estabelecer um equilíbrio entre a propriedade individual e o acesso aos meios de subsistência vitais para os menos afortunados.

O filósofo aspirava reformular as leis de propriedade, uma vez que acreditava que elas foram concebidas para salvaguardar a propriedade privada. Sua intenção não se restringia a questionar apenas a maneira como as leis foram aplicadas, mas examinar como essas leis transformaram a propriedade privada em uma modalidade de propriedade burguesa. Dessa forma, concentrou sua atenção na própria definição de propriedade. Ele notou que as leis puniam tanto aqueles que colhiam galhos verdes das árvores quanto aqueles que coletavam lenha, ou seja, galhos já separados das árvores.

Essas incongruências chamaram a sua atenção. Ele interpretou essas contradições como representativas de uma injustiça, em que as leis defendiam a propriedade privada de maneira desigual, prejudicando os despossuídos. A análise de Marx nos convida a uma reflexão profunda sobre a essência da propriedade e como as leis podem perpetuar desigualdades e injustiças sociais. De fato, uma distinção crucial estava entre os galhos que permaneciam nas árvores e os que haviam caído.

Para Marx, ao considerar a árvore como uma representação da propriedade privada, havia uma implicação de que somente os galhos que ainda estavam intrinsecamente ligados a ela consistia, também, em propriedade privada. Para ele, ao se separarem da árvore, a própria natureza interrompia o elo de propriedade entre os galhos. Desse modo, os galhos que haviam caído no chão e eram coletados pelos camponeses não poderiam ser considerados propriamente como pertencentes a alguém. Marx concebia que a propriedade em si se assemelhava a uma imponente árvore, com seus galhos representando partes

inseparáveis dessa propriedade. No entanto, quando esses galhos se desprendiam e caíam ao solo, perdiam sua conexão com a árvore-mãe e, com ela, o status de propriedade.

O filósofo enfatizava que o que aparentemente era “retirado” não estava, de fato, relacionado com a propriedade, mas sim com um componente da natureza que se desligara da esfera da propriedade privada. Esse exemplo servia para ilustrar sua crítica mais ampla à forma como as leis protegiam a propriedade em detrimento dos interesses dos menos favorecidos. Como se vê, a questão da propriedade é complexa e não pode ser reduzida a axiomas simplistas. Marx desejava e, em certa medida, conseguiu provocar uma revisão das leis existentes que lidavam com essas situações de maneira uniforme, sem considerar as nuances e inter-relações entre os elementos em jogo. Ele fazia uma distinção crucial entre a coleta de madeira que já havia caído no chão, estando desconectada organicamente da árvore, e a apropriação da madeira que era intencionalmente retirada da árvore pelo seu proprietário. Essa diferenciação sublinhava sua crítica ao tratamento uniforme dado pela lei a situações que tinham contextos e implicações distintas.

Marx evidenciava como a propriedade, a legislação e a interação humana com a natureza podiam gerar situações complexas, nas quais a aplicação unilateral de leis frequentemente perpetuava injustiças e desigualdades. Seu enfoque nos detalhes e nas sutilezas do sistema de propriedade buscava instigar uma análise mais profunda sobre como as normas legais podem influenciar as dinâmicas sociais e econômicas. Nesse âmbito, Marx destacava o erro de tratar essas duas situações de maneira igual, quando, na realidade, possuíam características diferentes.

A perspectiva do possuidor da propriedade fundamentava-se na alegação de que a árvore havia crescido em sua terra e que, através do seu esforço e trabalho, a tinha tornado sua propriedade. No entanto, Marx mantinha que a lenha que

caía naturalmente, já sem vida, não mais estava ligada à árvore e, portanto, também não pertencia ao proprietário. Dessa forma, ele salientava que a confusão entre os furtos e a colheita poderia, de maneira irônica, voltar-se contra o próprio proprietário, instigando questionamentos sobre a legitimidade de sua posse. Marx explorava essa complexidade para enfatizar como as interações entre a natureza, o trabalho humano e a propriedade poderiam gerar uma série de desafios éticos e legais. Ao questionar as suposições subjacentes às leis de propriedade, ele buscava revelar como a estrutura legal muitas vezes perpetuava desigualdades e beneficiava, injustamente, os proprietários. Marx procurava expor as contradições inerentes ao sistema de propriedade e inspirar uma reavaliação das normas que o sustentavam.

Sua intenção era demonstrar como a visão do proprietário, ancorada em uma perspectiva individualista, poderia resultar em contradições e injustiças quando confrontada com a realidade concreta das relações sociais e do ambiente natural. O filósofo reconhecia que a propriedade não existia de maneira isolada, mas estava intrinsecamente entrelaçada com o trabalho humano e o ambiente no qual estava inserida. Ao enfatizar essa interdependência complexa, ele questionava as concepções simplistas de propriedade privada e destacava as possíveis ramificações sociais e ambientais advindas de uma apropriação desvinculada de seu contexto. Esse enfoque multifacetado tinha por objetivo estimular uma reflexão mais profunda sobre a propriedade e suas implicações, enquanto destacava a importância de considerar os aspectos interconectados do trabalho, da natureza e da sociedade.

Assim, Marx buscava incitar uma análise crítica das estruturas de propriedade existentes, ressaltando as complexidades que muitas vezes eram negligenciadas. Sua abordagem convidava a uma compreensão mais holística das questões de propriedade e do papel que desempenham no tecido social e ambiental, bem como incentivava a consideração



dos impactos mais amplos de decisões relacionadas à propriedade. Dessa forma, provocava uma indagação de importância crucial: ao rotular qualquer ação contrária à propriedade como furto, sem estabelecer distinções ou critérios mais precisos, não estaria insinuando que toda propriedade privada também poderia ser assim caracterizada?

Ele apontava para uma contradição fundamental no sistema jurídico, o qual protegia a propriedade privada sem questionar sua essência subjacente. Quando Marx fazia referência ao rompimento das leis com os princípios consuetudinários<sup>3</sup>, ele estava aludindo ao fato de que as leis promulgadas pela classe burguesa, baseadas no individualismo e na propriedade privada, substituíram as práticas e tradições coletivas que prevaleciam anteriormente. Sua crítica girava em torno do fato de que as leis estavam sendo manipuladas para beneficiar os interesses burgueses, em detrimento das tradições e costumes compartilhados pelo povo em geral.

Dessa forma, Marx destacava como o sistema legal e suas leis estavam intrinsecamente vinculados à preservação dos interesses da classe dominante, o que por sua vez perpetuava a desigualdade e a alienação na sociedade. Ele denunciava como as estruturas jurídicas muitas vezes serviam para reforçar a posição da elite burguesa, em vez de promover a justiça social e os direitos coletivos. A análise de Marx revelava as complexas maneiras pelas quais o sistema legal pode ser utilizado para manter a desigualdade e questionava a suposta imparcialidade das leis em face das relações de poder e da exploração.

Nesse sentido, lançava dúvidas sobre a validade das leis que respaldavam a propriedade privada, sustentando que tais leis

---

<sup>3</sup> Refere-se a algo relacionado a costumes, práticas tradicionais ou normas que são estabelecidas e seguidas ao longo do tempo por uma comunidade ou sociedade. São os hábitos, tradições e padrões de comportamento que se desenvolvem de maneira orgânica e que influenciam as interações e relações sociais em uma determinada cultura.

eram uma construção legal que favorecia a classe burguesa, subvertendo os valores coletivos em favor de interesses individuais e de classe. Sua crítica expunha as inconsistências e desigualdades intrínsecas ao sistema legal e à propriedade privada dentro do paradigma capitalista. Ele argumentava que o novo sistema jurídico, ao aplicar penalidades aos coletores de lenha, estava enfraquecendo o direito dos menos privilegiados ao bem comum proporcionado pela natureza.

Ao explorar o processo de aplicação de multas, Marx enfatizava a necessidade de avaliar, mesmo antes da imposição da punição, se a lenha poderia ser categorizada como furtada. Essa abordagem de Marx introduziu uma perspectiva importante sobre a madeira ou a lenha, conferindo-lhe uma propriedade singular: ao ser furtada, ela concedia ao “ladrão” uma qualidade estatal que anteriormente lhe era estranha. Ao tentar recuperar a madeira e obter compensação por meio das leis, o proprietário da floresta usava o próprio “ladrão” de madeira ou de lenha como um instrumento para subtrair o Estado. Em outras palavras, o ato de furtar a madeira/lenha permitia ao “ladrão” assumir o papel de um agente estatal, uma vez que a propriedade era resguardada pelas leis. Essa crítica do autor revela as discrepâncias e distorções presentes no sistema legal, que favorecia os interesses dos proprietários em detrimento dos direitos e necessidades dos mais pobres.

Marx estava, essencialmente, desmascarando a dinâmica em que os proprietários se aproveitavam das leis para manter seu poder e influência, enquanto os menos favorecidos eram deixados à mercê das consequências dessas estruturas. Sua análise crítica iluminava a relação entre propriedade, poder legal e exploração, visando estimular uma reflexão sobre as complexas interações que moldam a sociedade. É importante lembrar, conforme destacado por Gabriel [2013], que, historicamente, os indivíduos menos privilegiados tinham a permissão de coletar lenha de árvores mortas para atender às suas necessidades de aquecimento. Essa prática era aceita até pelo menos o ano de

1807. No entanto, durante a década de 1840, as indústrias começaram a requerer uma quantidade crescente de lenha dos proprietários de terras e estavam dispostas a pagar valores substanciais por esse recurso. Esse cenário intensificou a pressão sobre os camponeses. Consequentemente, como observado por Gabriel, o governo optou por se alinhar com os proprietários de terras, o que não surpreendia, já que esses proprietários também faziam parte da mesma elite que controlava os cargos governamentais. Isso resultou na declaração, pelo governo, de que a retirada de lenha sem autorização era um delito, beneficiando assim os interesses dos proprietários de terra.

A análise de Gabriel sublinha como as relações de poder e interesse influenciaram as mudanças na percepção e regulamentação da propriedade, especialmente quando os interesses industriais entraram em cena. Isso ilustra a maneira pela qual as leis e as políticas podem ser moldadas para favorecer as classes dominantes e proteger seus privilégios, em detrimento dos mais pobres. A situação descrita também ecoa as críticas de Marx sobre a relação entre o sistema legal, a propriedade e a exploração, destacando como as mudanças nas leis podem refletir as mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas.

***PROPRIEDADE PRIVADA, OU UMA DÁDIVA DA NATUREZA?***

Na sua luta contra a marginalização dos camponeses mais pobres, Marx empreendeu a publicação de uma série de artigos nos quais expunha o absurdo e a hipocrisia de um sistema que permitia aos proprietários de terras se apropriarem do que ele chamava de “dádivas da natureza”, como apontado por Gabriel. A questão central que Marx levantava era a seguinte: a lenha deveria ser considerada como uma propriedade legítima dos donos das árvores ou categorizada como um “recurso natural”, destinado a satisfazer as necessidades imediatas e elementares?

Essa pergunta sublinhava a tensão entre a visão capitalista de propriedade, que permitia aos proprietários reivindicar recursos naturais para seu próprio benefício, e a perspectiva que Marx defendia, na qual os recursos naturais deveriam ser vistos como um bem coletivo destinado a atender às necessidades básicas de todos. Ao questionar a legitimidade da apropriação privada de recursos naturais, Marx provocava uma análise crítica da lógica capitalista e das desigualdades que ela engendrava. Sua abordagem também se conectava à sua crítica mais ampla ao sistema legal e à propriedade privada sob a lógica capitalista, ressaltando como esses conceitos eram utilizados para perpetuar a exploração e a alienação.

A indagação de Marx sobre a legitimidade da propriedade privada sobre recursos naturais essenciais, como a madeira, refletia sua profunda inquietação com as injustiças e desigualdades inerentes à forma como a riqueza natural era apropriada e distribuída na sociedade. Ao argumentar que tais recursos deveriam estar disponíveis para atender às necessidades fundamentais da coletividade, Marx confrontava a lógica do sistema que permitia que os proprietários privados monopolizassem esses recursos para seus próprios ganhos. Buscava desafiar as bases ideológicas e jurídicas que sustentavam a desigualdade econômica e a concentração de poder nas mãos de uma minoria privilegiada.

Ele argumentava que as leis vigentes foram elaboradas para proteger e fortalecer a propriedade privada, sem questionar a essência dessa instituição. Via essas leis como instrumentos que contribuíam para solidificar a propriedade privada como uma forma específica e burguesa de posse, reforçando, assim, as dinâmicas de poder e dominação da burguesia. A observação de Marx sobre como as leis condenavam tanto aqueles que coletavam galhos verdes das árvores [ainda conectados] quanto aqueles que colhiam lenha [já desconectada], exemplifica como as abordagens legais rígidas não consideravam as nuances e diferenças entre essas situações. Essa falta de diferenciação resultava em flagrantes contradições e injustiças.

Marx estava motivado a expor as contradições que surgiam dessas leis e das formas de propriedade, destacando a importância de uma análise crítica mais abrangente que considerasse as implicações sociais e buscasse a justiça. Observava que, de acordo com a lógica da propriedade privada, tanto a árvore quanto o solo em que ela se encontra eram considerados propriedade do dono. Portanto, os galhos que ainda estavam na árvore poderiam ser considerados parte da propriedade do proprietário. No entanto, ele argumentava que, quando esses galhos caíam e se desvinculam da árvore, deixavam de pertencer à propriedade da árvore e, conseqüentemente, do seu dono.

Assim, questionava a validade da continuidade da madeira cortada ou da lenha que caía como parte da propriedade, mesmo que isso fosse estabelecido artificialmente pela lei. A abordagem de Marx convida a uma reflexão profunda sobre a natureza da propriedade, o papel das leis e a estrutura da sociedade em relação à distribuição de recursos e ao poder. Ele via a propriedade como englobando tanto a árvore quanto seus galhos, considerando-os parte integrante do todo. Mas, a separação dos galhos da árvore, segundo ele, rompia o vínculo de propriedade e, portanto, eles deixavam de ser propriedade de qualquer pessoa.

Essa análise complexa ilustra a profundidade das questões em torno da propriedade e como as interações entre natureza, propriedade e sociedade podem levar a contradições e desigualdades. Suas críticas colocam em evidência a complexidade das instituições e conceitos que moldam as relações sociais, econômicas e legais. Ao adotar a perspectiva do proprietário, que baseava sua reivindicação de propriedade na árvore que cresceu em sua terra e no seu trabalho para cuidar dela, Marx identificava uma contradição: a lenha que caía naturalmente e já estava morta não mais pertencia à árvore, logo, também deixava de pertencer ao proprietário da árvore.

Enfim, Marx reconhecia que as leis e o sistema jurídico estavam sendo manipulados para manter e perpetuar as disparidades sociais existentes. Sua crítica apontava para a transformação dos costumes e tradições que garantiam determinados direitos consuetudinários dos menos privilegiados, em prol dos interesses da classe burguesa e da propriedade privada. Ele via essa dinâmica como uma maneira de preservar a estrutura de poder existente, privilegiando os detentores de propriedade, marginalizando os mais vulneráveis. Suas análises buscavam expor a maneira como as instituições legais poderiam ser utilizadas para consolidar as desigualdades.

**A ALIENAÇÃO NAS REFLEXÕES MARXISTAS**

Como mencionado anteriormente, Marx realizou uma crítica contundente ao dinheiro enquanto uma manifestação do capital, uma força impulsionadora da vida do indivíduo moderno. Ao analisar a lógica subjacente ao dinheiro como uma expressão do capital, Marx afirmou que aquele que o detém é revestido de um poder de proporções absolutas. Para ilustrar, vejamos uma autodescrição de um capitalista

*"[...] embora eu possa ser desprovido de atrativos estéticos, posso adquirir para mim as mais sublimes belezas femininas. Portanto, não posso ser considerado feio, pois o poder inibidor da feiura é anulado pelo influxo monetário. Sou dotado de maldade, desonestidade, falta de escrúpulos e estupidez; no entanto, o dinheiro é reverenciado, assim como aqueles que o possuem. Embora eu careça de perspicácia, o dinheiro é o autêntico mentor de todas as coisas, então como pode o seu detentor ser alheio à sagacidade? Ademais, ele tem a capacidade de adquirir a assistência de indivíduos dotados de intelecto aguçado. Logo, todo o meu poderio financeiro não transforma toda a minha incapacidade em sua antítese?"*

*[Marx, citado por Gabriel, 2013]*

A crítica marxista concernente à interação entre dinheiro e a dinâmica capital/trabalho transcende meramente a retórica, fundamentando-se em argumentos sólidos. Marx destacou que o dinheiro, na sua manifestação capitalista, não somente promove o aumento da riqueza dos indivíduos mais ricos, quanto aumenta a exploração dos mais pobres. Enquanto opulentos palácios eram erguidos para os ricos, dizia Marx, aos trabalhadores restavam somente frágeis barracas. A substituição do trabalho humano por máquinas relegava parte dos trabalhadores a formas bárbaras de trabalho, ao passo que transformava outra parte em meros autômatos. A inteligência gerada pelo sistema, por sua vez,

culminava em estupidez e alienação para o trabalhador, como enfatizado por Gabriel, ao fazer uma citação direta de Marx.

Marx estava ciente de que as massas não se identificavam como agentes políticos, nem possuíam uma compreensão completa do funcionamento do sistema econômico e político. Ele tinha convicção de que era crucial revelar o percurso histórico que havia levado a essas condições. Para ele, tornava-se imperativo desvendar os segredos do capitalismo e estabelecer um fundamento teórico sobre o qual pudesse ser construída uma nova sociedade, livre de classes. Ele acreditava que, sem essa base, o resultado seria o caos, conforme salientado por Gabriel [2013].

A busca por uma compreensão crítica e uma análise aprofundada das estruturas e dinâmicas sociais era essencial para a transformação revolucionária. Dentro do contexto da nova relação industrial, de forma análoga ao vendedor que perdia o controle sobre o valor de sua produção agrícola, o trabalhador também perdia o domínio sobre o próprio valor na esfera da produção industrial. Dessa maneira, o trabalhador se via alienado de seu próprio objeto de trabalho. Assim, na análise marxista, a alienação refere-se a um estado em que os indivíduos se sentem estranhos, separados ou desconectados do trabalho que realizam, dos produtos que criam e até mesmo de si mesmos como seres humanos. Essa alienação é resultado direto das relações de produção e das condições de trabalho na lógica do capitalismo. Embora o trabalhador seja o criador de toda a riqueza, ele recebe apenas os meios básicos de subsistência em troca, enquanto todo o lucro é apropriado por terceiros, sejam eles indivíduos ou entidades. Essa alienação do trabalhador em relação aos frutos de seu próprio esforço era uma das principais críticas feitas por Marx ao sistema capitalista, evidenciando a exploração e a desigualdade inerentes a essa dinâmica. O filósofo cunhou o termo “alienação do trabalho” para descrever esse fenômeno complexo em que o trabalhador, ao exercer sua atividade criativa sob as imposições da divisão de classes na



sociedade, é subjogado em prol do produto resultante de seu trabalho.

Para Marx, há várias formas de alienação, vejamos algumas: a) *alienação do trabalho*, caracterizada pela perda do processo de produção pelos trabalhadores; b) *alienação dos produtos do trabalho*, quando os produtos elaborados pelos trabalhadores não lhes pertencem; c) *alienação das relações sociais*, quando o capitalismo promove uma competição implacável entre os indivíduos por recursos e oportunidades; e) *alienação de si mesmo*, quando o resultado é a perda da própria essência humana.

Assim, sistemas baseados na propriedade privada dos meios de produção social, notadamente o capitalismo, têm a propensão de transformar o ser humano em um mero instrumento para a geração de riqueza privada [representada pelo dinheiro]. Em vez de o produto ser uma expressão livre da criatividade do produtor, é o produtor que se encontra sujeito às exigências do produto e às demandas do mercado capitalista, onde ocorrerá a comercialização [Konder, 1999]. Assim, Marx propôs o Comunismo como a resposta a esses problemas. Para ele, o comunismo representava a única maneira de reestruturar a sociedade de modo mais equitativo e igualitário. Sob o comunismo, Marx concebia que os indivíduos alcançariam riqueza, mas essa riqueza não seria de caráter privado; antes, seria compartilhada por todos. As pessoas continuariam a trabalhar, porém o trabalho seria em benefício próprio e em prol do bem coletivo, não mais servindo aos interesses do detentor dos meios de produção.

***A ANÁLISE MARXISTA DAS CLASSES SOCIAIS***

Foi Marx quem delineou que a história da humanidade foi sempre marcada pelo conflito entre classes. Mas, como exatamente essas classes emergem e se perpetuam? Engels oferece uma explicação, sugerindo que elas emergem das condições materiais particulares nas quais a sociedade concretamente produz e intercambia seus meios de subsistência [Engels, 2019]. Ele sustenta que as concepções e ideias predominantes em cada época histórica por meio das condições econômicas de existência, além das interações sociais e políticas moldadas por essas mesmas condições econômicas, contribuem para isto.

Ele argumenta que, ao longo da história, sempre houve e possivelmente continuará a existir uma distinção entre classes que dominam e classes que são dominadas. A diferença está no fato de que essa dinâmica era menos explícita em tempos passados. Hoje essa realidade se apresenta de maneira mais nítida e discernível. Entretanto, é importante enfatizar que Engels também reconheceu, à época dele, a possibilidade de se adotar uma perspectiva divergente. Para ele,

*“[...] a mesma análise da história que explica, natural e racionalmente, a dominação de classes - que até então era atribuída apenas à maldade do homem - permite ainda compreender que, em consequência do crescimento colossal das forças produtivas contemporâneas, caiu também o último pretexto para uma divisão da humanidade em dominantes e dominados, exploradores e explorados”*

*[Engels, 2019]*

Nessa perspectiva, Engels sustentou que, nas nações industrializadas, a burguesia dominante já não mantinha a capacidade de liderar a sociedade, indicando assim uma transferência iminente da direção histórica para o proletariado. Contudo, o prognóstico engelsiano não ocorreu de acordo com

## O FANTASMA DO COMUNISMO

Reinaldo Sousa

suas expectativas. Ele estava convicto de que as forças produtivas, que escapavam ao domínio da burguesia, estavam prontas para ser apropriadas pelo proletariado. Argumentava que, ao se concretizar tal apropriação, seriam estabelecidas as bases para a participação e o benefício de todos os trabalhadores a partir dessas mesmas forças produtivas, o que não ocorreu.

Outra contribuição significativa de Engels, para se compreender uma sociedade de classes, reside na clara elucidação da interação entre o capital e o trabalho no contexto do modo de produção capitalista. Engels [2019] introduziu um questionamento essencial: dado que a economia política sustentou a teoria de que o trabalho é a fonte primordial de toda riqueza e valor, como é possível harmonizar essa afirmação com a realidade em que os trabalhadores assalariados não retêm a integralidade do valor que geram, mas são compelidos a ceder uma parcela ao capitalista? Quem iria dar uma resposta satisfatória a uma pergunta tão complexa? Marx. Para o filósofo,

*“[...]o modo de produção capitalista [...] pressupõe a existência de duas classes sociais; de um lado, a dos capitalistas, que possuem os meios de produção e de vida; de outro, a dos proletários, que, impossibilitados de possuir esses meios, só têm uma mercadoria para vender, sua força de trabalho. Estes precisam vender sua força de trabalho àqueles a fim de obter seus meios de vida. No entanto, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária incorporada em sua produção e, portanto, em sua reprodução; logo, o valor da força de trabalho de uma pessoa média durante um dia, um mês ou um ano é determinado pela quantidade de trabalho incorporada nos meios de vida necessários para a manutenção dessa força de trabalho em um dia, um mês ou um ano”*

*[Marx, citado por Engels, 2019]*

Mas, no que consiste uma Classe Social? Para Marx, refere-se a um conjunto de indivíduos que ocupam uma mesma posição dentro das relações de produção e compartilham interesses e circunstâncias de vida semelhantes. Essas classes, afirma, emergem das dinâmicas das relações de produção, que determinam tanto os meios de produção quanto o trabalho em si. A ênfase que Marx conferia à categorização por classes sociais tem implicações profundas. Ele percebia a luta de classes como uma força motriz central das mudanças históricas e sociais. As relações de classe formam a espinha dorsal para compreender a configuração e a evolução da sociedade capitalista.

Marx sustentava que a classe dominante, frequentemente representada pela burguesia que controla os meios de produção, exerce tanto o poder econômico quanto o político, enquanto a classe trabalhadora, privada da posse dos meios de produção e compelida a vender sua força de trabalho, acaba sendo sujeita à exploração e alienação. Para ele, a supremacia de uma classe sobre a outra resulta, invariavelmente, em disparidades e injustiças. Por isso, sustentava a superação desse estado de coisas como uma meta primordial do movimento socialista, cujo propósito é efetuar uma metamorfose revolucionária da sociedade, com o intuito de estabelecer uma ordem social mais equitativa. Nessa visão, as distinções entre classes seriam abolidas e a propriedade dos meios de produção seria compartilhada coletivamente.

Dentro do cenário do capitalismo, as categorias de classes sociais são definidas pelo vínculo entre os detentores dos meios de produção, conhecidos como burguesia, e os indivíduos que comercializam sua mão de obra, referidos por Marx como proletariado. A burguesia exerce controle sobre os meios de produção, abarcando fábricas, propriedades e recursos, além de governar o processo de fabricação. Esses agentes acumulam rendimentos ao explorarem o trabalho assalariado. Por sua vez, os proletários não têm domínio sobre os meios de produção e dependem da venda de sua força de trabalho para subsistir. São

compelidos a se conformar com as imposições da burguesia e muitas vezes se deparam com exploração, remunerações modestas e condições de trabalho insatisfatórias. Contudo, burguesia e proletariado são/estão, contraditoriamente, ligados entre si.

Essa interligação assume papel central na análise de classes marxista. Marx defende que as lutas de classe constituem uma força motriz preponderante das transformações sociais. Para ele, a luta de classes representa o motor subjacente da evolução histórica. Nesse sentido, sustenta que as transformações nos âmbitos social e político acontecem quando as classes mais subjugadas se insurgem contra seus opressores. Através da identificação das distintas classes sociais e das contradições que as permeiam, torna-se possível examinar os interesses conflitantes e as condições de exploração que propulsionam o confronto entre elas.

Para o filósofo, a conscientização das classes oprimidas acerca de sua opressão, bem como a coordenação em prol de interesses comuns figuram como elementos essenciais na jornada rumo à mudança social. Ele visualizava o emergir de uma classe revolucionária, o proletariado, como uma força com capacidade para transcender o sistema capitalista e forjar uma nova organização social. Dessa forma, a apreensão da noção de classe social nos escritos de Marx assume um papel crucial na compreensão das dinâmicas sociais, das disparidades existentes e das possibilidades de transformação. Não foi em vão que, em sua crítica a Hegel, Marx dizia que

*“[...] a teoria sozinha não seria capaz de criar uma revolução, mas o proletariado, impelido pela força bruta nascida da injustiça e armado com as armas intelectuais da filosofia, sim, seria capaz”*

*[Marx citado por Gabriel, 2013]*

Enfim, como bem enfatizou Gabriel,

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

*“[...] as ideias da classe dominante são em cada época as ideias dominantes; [e] a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante.*

*A classe que tem os meios de produção material à sua disposição consequentemente controla os meios da produção mental, de modo que as ideias daqueles que não possuem os meios de produção mental são inteiramente subordinadas às da classe dominante”*

*[Gabriel, 2013]*

***MUTTO ALÉM DA MOEDA: O MAIS - VALOR E O SALÁRIO***

Como já abordado anteriormente, o conceito de mais-valor abarca a fração da jornada de trabalho que ultrapassa o equivalente ao valor de sua própria força de trabalho. Marx estabelece uma distinção entre o *Trabalho Necessário*, que é o período de tempo imprescindível para gerar o valor correspondente ao salário do trabalhador, e o *Trabalho Excedente*, que engloba o tempo trabalhado além da necessidade essencial. É exatamente esse segmento de trabalho excedente que se converte em mais-valor para o capitalista.

Sendo o mais-valor a diferença entre o tempo total de trabalho empreendido pelo trabalhador e o tempo de trabalho necessário para gerar o valor correspondente ao seu salário, Marx sustenta que é precisamente por meio dessa extração que os capitalistas asseguram seus lucros e realizam a acumulação de capital, ao passo que os trabalhadores se veem privados da totalidade do valor proveniente de seu trabalho. Através dessa análise, Marx não apenas se permite criticar as desigualdades e as contradições inerentes ao sistema capitalista, no qual a classe trabalhadora é explorada em favor da classe capitalista, mas também oferece uma base conceitual robusta para essa crítica. A equação mencionada constitui uma representação visual da jornada de trabalho, delineando a distribuição entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, de acordo com a proposta marxista.

A análise realça a relevância do controle sobre a extensão e estrutura da jornada de trabalho no contexto do sistema capitalista, revelando como os capitalistas otimizam a geração de mais-valor ao estender o trabalho excedente, às custas dos trabalhadores. Marx sustenta que, sob o capitalismo, a exploração dos trabalhadores se concretiza pela apropriação do mais-valor por parte do capitalista. Como já comentado, ele identifica duas abordagens através das quais o capitalista pode aumentar o mais-valor: uma envolve a prolongação da duração

da jornada de trabalho [mais-valia absoluta], enquanto a outra se baseia na redução do tempo de trabalho necessário, sem que isso acarrete diminuição na produção [mais-valia relativa].

Marx enfatiza que a busca pelo aumento do mais-valor, seja através da extensão da jornada de trabalho ou da redução do tempo de trabalho necessário, constitui uma característica intrínseca ao sistema capitalista, que culmina na exploração da classe trabalhadora pelo capitalista. Esse processo faculta ao trabalhador produzir a mesma quantidade de mercadorias, ou até mesmo uma quantidade maior em intervalo temporal menor. O desfecho é que o período necessário para reproduzir o valor correspondente ao salário diminui, enquanto a quantidade de trabalho excedente permanece inalterada ou até se amplia. Consequentemente, o capitalista assegura mais-valor sem a necessidade de prolongar a jornada de trabalho. A distinção entre mais-valor absoluto e relativo detém, pois, um papel de fundamental importância para se compreender a dinâmica da exploração capitalista na perspectiva de marxista.

O filósofo sustentava que, no decorrer do desenvolvimento do capitalismo, a tendência era de que o mais-valor relativo ganharia cada vez mais destaque. Ele estava certo. Isso tem acontecido na medida em que novas tecnologias estão sendo inseridas no processo produtivo. No entanto, Marx enfatizava que a exploração permaneceria constante, independentemente do tipo de mais-valor. Nisto também estava certo. O trabalhador continua sendo submetido à apropriação de grande parte do valor que ele próprio produz, ao passo que o capitalista obtém cada vez mais lucro por meio dessa exploração.



***A EXPRESSÃO DO SALÁRIO QUANTO AO TRABALHO NELE  
CONTIDO***

A história da humanidade, desde seu início, é marcada pela exploração humana por outros seres humanos. Mesmo com o progresso tecnológico e a evolução de novas máquinas, que se esperava que aliviassem as pessoas da opressão da exploração, essa exploração persiste implacavelmente. Isso implica dizer que a lógica intrínseca de exploração do sistema capitalista tende a perdurar. Sob o capitalismo, a incessante busca pelo lucro impulsiona os capitalistas a demandar uma produção contínua. Não basta produzir somente o essencial; é essencial produzir em um fluxo ininterrupto. Esse anseio por crescimento constante e acumulação de capital é o que sustenta a exploração dos trabalhadores, pois eles são compelidos a produzir cada vez mais em menos tempo, sem receber uma remuneração proporcional ao valor excedente que geram.

Essa essência de exploração e acumulação sem limites constitui uma das críticas centrais de Marx ao sistema capitalista. Sua argumentação ressaltava que a dinâmica de exploração ininterrupta culmina em disparidades, alienação e crises econômicas, mantendo um ciclo inabalável de exploração e opressão. Portanto, emerge a necessidade premente de contestar e reavaliar os alicerces do sistema capitalista, orientando-se em busca de alternativas que coloquem em destaque o bem-estar humano e a justiça social, em contraposição à incessante perseguição de lucros e acúmulo de capital. A lógica do capital exige uma produção ininterrupta de valor adicional, o que culmina em uma exploração contínua dos trabalhadores. Essa contradição é uma das justificativas que embasam a necessidade de uma profunda transformação na organização econômica e social, conforme sustentada por muitos críticos. A abordagem dos salários como uma forma justa de recompensa pelo tempo dedicado ao trabalho é um tema que suscita debates.

Segundo Marx, as inovações tecnológicas não se destinavam a aliviar a exploração do trabalhador; pelo contrário,

tendiam a ampliá-la. No capitalismo, as máquinas têm por objetivo maximizar o lucro. Ainda que possa parecer que as máquinas liberem tempo para os trabalhadores, a realidade é que elas intensificam a exploração do trabalho. Em outras palavras, se anteriormente a exploração ocorria por meio de longas horas de trabalho direto, culminando em um excedente absoluto de valor, atualmente ela se manifesta por meio de técnicas, inovações e máquinas, o que representa um excedente relativo de valor, como mencionado anteriormente. As técnicas possibilitam a obtenção de uma produção mais ampla em um período menor.

Assim, apesar do progresso tecnológico e da maior eficiência alcançada por meio das máquinas, a dinâmica capitalista continua a explorar os trabalhadores em diversas dimensões. As melhorias técnicas são empregadas para ampliar a produção e, por conseguinte, os lucros. Contudo, isso não necessariamente culmina em condições de trabalho aprimoradas ou em uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada. Os trabalhadores são considerados peças intercambiáveis na engrenagem produtiva, com seu valor determinado pela quantidade de trabalho necessária para reproduzir sua força de trabalho, e não pelo valor total por eles produzido.

Esse é um dos principais pontos da crítica de Marx ao capitalismo: a alienação do trabalhador e a apropriação injusta do valor por eles gerado. Assim, embora os avanços tecnológicos e a automação possam intensificar a eficiência e produtividade, no sistema capitalista, tais avanços tendem a ser direcionados majoritariamente para a acumulação de capital por parte dos empregadores, em detrimento de melhorias nas condições de trabalho e uma distribuição mais equitativa da riqueza. Mas, e quando questionado se o salário não compensa o trabalho, o que responder?

Marx adotava uma postura crítica em relação aos salários enquanto uma forma de recompensa pelo tempo de trabalho.

Para ele, os salários, no sistema capitalista, não refletem o real valor do trabalho efetuado pelo trabalhador. A fixação dos salários, diz ele, é suscetível à lei da oferta e da procura no mercado de trabalho, o que dá origem a uma sistemática exploração do trabalhador. Os salários tendem a permanecer em um patamar mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, não refletindo o valor integral do trabalho empreendido ou a riqueza gerada por esse mesmo trabalho.

Essa visão sugere que, no âmbito do sistema capitalista, os salários não se configuram como uma forma justa de recompensa pelo trabalho, mas sim como um reflexo das disparidades de poder entre capital e trabalho. A exploração e a desigualdade intrínsecas ao sistema capitalista encontram eco na maneira pela qual os salários são fixados, perpetuando, assim, a injustiça na distribuição da riqueza e na remuneração do trabalho. Assim, no contexto do capitalismo, o chamado salário mínimo, frequentemente é definido em um patamar que somente assegura a reprodução básica da vida dos trabalhadores, sua subsistência.

Esse desenho ocorre em virtude do interesse do capital em remunerar apenas o mínimo imprescindível para assegurar a sobrevivência dos trabalhadores, uma vez que o próprio capital depende, contraditoriamente, dessa força de trabalho para promover a produção e a acumulação de riqueza. Assim, o capital não almeja proporcionar autonomia ou qualidade de vida aos indivíduos. Ao contrário, o capital busca maximizar seus lucros e acumular capital, frequentemente às expensas da exploração da força de trabalho. Na lógica capitalista, portanto, o trabalhador é nutrido apenas até o ponto necessário para maximizar sua capacidade física e mental, visando a sua continuação como uma fonte de exploração pelo capital. Claro que há, dentro do próprio capitalismo, um seletivo grupo de trabalhadores cujos salários são altíssimos. Mas, não podemos trocar a regra pela exceção.

A análise marxista incita a uma reflexão profunda acerca das relações de trabalho e da distribuição de valor na sociedade capitalista. A ideia de pagar salários que apenas cobrem as necessidades básicas dos trabalhadores da base da pirâmide social restringe a liberdade e a realização plena dos indivíduos, fortalecendo a dependência em relação ao capital e perpetuando as disparidades sociais. Mesmo se estes trabalhadores forem remunerados de modo a permitir que desfrutem de certas vantagens, como viagens, adquirir uma casa confortável ou proporcionar uma educação de qualidade para seus filhos, a dinâmica do capitalismo ainda persiste. Ou seja, a lógica subjacente ao capitalismo prevalece, mesmo quando os trabalhadores conseguem desfrutar de algumas melhorias em suas condições de vida.

Portanto, a crítica de Marx ressalta que, para verdadeiramente enfrentar as desigualdades e a exploração inerentes ao sistema, é necessário ir além das melhorias superficiais e questionar a própria lógica capitalista. É fundamental não se deixar iludir pelo fato de que, mesmo diante de aumentos salariais, os lucros dos capitalistas costumam expandir-se a uma velocidade significativamente mais rápida do que os rendimentos da maioria dos trabalhadores. Essa realidade fica evidente pelo simples fato de que os empregadores, em geral, acumulam uma fortuna muito mais substancial em comparação com o conjunto de seus funcionários.

Tal análise enfatiza a imperatividade de reavaliar as estruturas e as relações econômicas no âmbito do sistema capitalista, visando a buscar uma repartição de riqueza e valor. Isso implica assegurar condições de vida dignas e justas para todos os indivíduos. Isso implica não apenas revisar as dinâmicas de remuneração [salários por exemplo], mas também abordar os princípios fundamentais que norteiam o sistema econômico. Somente assim podemos aspirar a alcançar uma ordem socioeconômica mais justa. A disparidade na distribuição de recursos e oportunidades restringe a capacidade dos

trabalhadores de efetivamente desfrutarem de uma genuína autonomia e liberdade, mantendo-os em um estado de exploração e desigualdade contínuas.

Em *O Capital*, Marx advoga que a troca do capital alienado pela força de trabalho resulta na conversão em meios de subsistência, que são consumidos para fortalecer os músculos, os nervos, os ossos e o cérebro dos trabalhadores existentes, bem como para gerar novos trabalhadores. Marx destaca que esse consumo ocorre dentro dos limites estritamente necessários. Essa perspectiva sublinha que o consumo individual do trabalhador desempenha um papel essencial no processo de produção e reprodução do capital. Além disso, Marx frequentemente enfatizava que esse consumo ocorre “dentro dos limites do absolutamente necessário”. Essas observações de Marx enfatizam como os trabalhadores são tratados como meros instrumentos para a acumulação de capital, sendo seu consumo restrito ao mínimo essencial para sustentar sua capacidade de trabalho. Essa situação intensifica a dependência dos trabalhadores em relação ao capital, perpetuando a desigualdade e a exploração inerentes ao sistema capitalista. O filósofo sustentava que a transformação efetiva dessa dinâmica somente seria possível através do desenvolvimento de uma contraracionalidade em relação ao capital. Essa contraracionalidade engloba a conscientização crítica por parte dos trabalhadores sobre sua exploração e a subsequente união em movimentos coletivos de resistência.

Marx ressaltava que a conscientização dos trabalhadores sobre sua condição de exploração era um passo fundamental para a transformação social. Através dessa conscientização, os trabalhadores poderiam transcender a alienação imposta pelo sistema capitalista, percebendo as estruturas de poder desiguais que os subjagam. A união desses trabalhadores em movimentos de resistência e luta coletiva seria o próximo passo. Somente quando os trabalhadores se tornam conscientes de sua posição no sistema e se organizam em busca de mudanças, é que a

possibilidade de transformação real se torna viável. O despertar da consciência e a ação coletiva podem romper com a lógica da exploração capitalista, abrindo caminho para uma nova ordem que priorize a justiça social.

A intervenção externa, muitas vezes por meio do papel regulador do Estado, desempenha um papel crucial na mitigação dos efeitos da exploração inerente à lógica capitalista. Práticas como o pagamento do décimo terceiro salário e o período de férias remunerado representam exemplos de intervenções que visam proteger os interesses dos trabalhadores, mesmo que essas práticas possam ser vistas como custos adicionais do ponto de vista estrito do capital. Essas intervenções são implementadas para contrabalançar a natureza desigual das relações de poder entre capital e trabalho. Elas reconhecem a importância de oferecer aos trabalhadores condições mais dignas e benefícios que vão além da mera exploração capitalista. Essas medidas buscam criar uma estrutura que considere não apenas os imperativos de lucro do capital, mas também o bem-estar e os direitos dos trabalhadores. Porém, é importante notar que, mesmo com essas intervenções, a lógica central do capitalismo ainda pode persistir, e a exploração subjacente pode não ser completamente eliminada.

No entanto, essas intervenções podem ajudar a atenuar alguns dos efeitos mais severos da exploração, proporcionando uma certa medida de proteção e segurança aos trabalhadores. Isso demonstra que a relação entre o capital e o trabalho não é estritamente determinada e que intervenções externas podem influenciar a dinâmica dessa relação de poder, em busca de equilíbrio. Por fim, lembrar que o trabalhador vende sua força de trabalho como uma mercadoria qualquer dentro das relações capitalistas, pois isso é fundamental para entender a dinâmica de funcionamento desse sistema. Essa venda representa uma contradição intrínseca, uma vez que o trabalho é uma atividade viva e criativa, que só pode ser efetuada pelo trabalhador em si mesmo.

## O FANTASMA DO COMUNISMO

*Reinaldo Sousa*

O trabalho não é uma mercadoria no mesmo sentido que outros produtos, porque envolve a atividade pessoal e a expressão da capacidade criativa dos indivíduos. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador está, de fato, vendendo seu tempo e energia para realizar essa atividade, mas o próprio trabalho não pode ser separado do ato de realizá-lo. A introdução dos conceitos de mais-valor absoluto e mais-valor relativo aprofunda essa análise, destacando como o sistema capitalista busca expandir a exploração do trabalhador para aumentar a produção de valor excedente.

Essa análise revela a complexidade das relações de trabalho sob o capitalismo e como elas são moldadas por essa contradição central entre a venda da força de trabalho e a natureza do próprio trabalho como uma atividade criativa e pessoal, de modo que o salário não reverte esta situação, nem compensa seus efeitos. No capitalismo, o salário é uma ilusão. Ele é a remuneração que o trabalhador recebe em troca de sua força de trabalho. No entanto, Marx destaca que o salário não reflete o valor total do trabalho produzido pelo trabalhador, mas sim o valor necessário para sua subsistência. Esse é um elemento central da exploração capitalista, pois o capitalista paga ao trabalhador menos do que o valor total do trabalho que ele produz, mantendo o excedente como lucro.

***PARA NÃO CONCLUIR, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS***

Eis o fim? Acredito que não. As últimas palavras deste livro não significam, necessariamente, o seu fim. Ele não se esgota em si mesmo. Um livro nunca acaba. Assim, quero registrar, sem concluir, minha gratidão a todos os mestres e educadores que, de uma forma ou de outra, contribuíram para minha formação ao longo dos anos. Sem o conhecimento e a orientação deles, este trabalho não teria sido possível. Agradeço por compartilharem seu saber e inspirarem minha formação. Escrever este livro foi, para mim, muito enriquecedor. Não sou um especialista em Karl Marx, sei muito pouco do marxismo, mas sou um curioso acerca de sua obra, de sua vida e do seu legado. Queria somente compartilhar o pouco que aprendi, um pouco da minha visão panorâmica desse pensador cujas ideias moldaram a história e a filosofia política. Espero as páginas deste livro tenham cumprido seu propósito.

A obra desse filósofo permanece relevante nos dias de hoje e, do mesmo modo que mudou a minha forma de ver/enxergar a realidade, o mundo, espero que mude também a sua. As reflexões sobre a luta de classes, a alienação, o trabalho e tantas outras categoriais importantes para a compreensão da sociedade atual continuam a nos inquietar e a nos instigar a buscar um outro modelo de sociedade. Assim, espero que este livro tenha servido como um ponto de partida para uma melhor compreensão das ideias de Marx. Por fim, gostaria de expressar minha alegria em ter escrito este livro e em ter compartilhado minhas reflexões com você, caro leitor. Sou grato pelo tempo dedicado a esta leitura. Afinal, tempo é uma questão de prioridade e, portanto, fui prioridade para você. Que as ideias discutidas aqui possam, pelo menos, contribuir para uma tomada de consciência e para um diálogo mais amplo sobre os desafios que enfrentamos.

Obrigado pela leitura!



### **SÍNTESE DOS PRINCIPAIS CONCEITOS**

**Trabalho** - Conforme delineado por Marx, caracteriza-se pela interação dos seres humanos com a natureza, por intermédio da qual transformam os componentes naturais em objetos de uso prático. O trabalho constitui a substância dos valores, dispêndio de força de trabalho humano.

**Força de Trabalho** - Em Marx, é a fusão de energia física e mental inerente a cada indivíduo, empregada na produção de bens e serviços com valor de uso. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como única força de trabalho humana, embora consista em inúmeras forças de trabalho individuais.

**Trabalho Necessário** - Na acepção marxista, período de tempo imprescindível para gerar o valor correspondente ao salário do trabalhador.

**Exército Industrial de Reserva** - Constitui um contingente de massa trabalhadora disponível, como reserva, no mercado. Deve ser composto por indivíduos que estejam prontamente acessíveis, socialmente adaptados e disciplinados, além de possuir as características necessárias, como flexibilidade, obediência e, quando necessário, habilidades específicas para o Capital.

**Salário** - No Capitalismo, seria a remuneração que o trabalhador recebe em troca de sua força de trabalho. Contudo, Marx destaca que ele não reflete o valor total do trabalho produzido pelo trabalhador, mas sim o valor necessário para sua subsistência.

**Ideologia** - Para Marx, um conjunto de concepções, convicções e princípios que são engendrados e disseminados dentro de um grupo social.

**Socialismo** - Representa, em Marx, uma etapa de transição situada entre o sistema capitalista e o comunismo pleno.

**Comunismo** - Na concepção marxista, etapa posterior ao socialismo, na qual a propriedade privada dos meios de produção seria abolida, juntamente com a ideia de classe social, de modo que as relações de trabalho bem como a distribuição da produção seriam feitas com base no princípio "de cada um conforme sua capacidade, a cada um conforme sua necessidade".

**Ditadura do Proletariado** - Segundo Marx, na transição de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista, o proletariado estaria organizado como classe dominante, período em que seria necessária a Ditadura do Proletariado.

**Materialismo Histórico Dialético** - Perspectiva de método defendido por Marx e Engels, através da qual se argumenta que, na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. Um método que busca explicar as contradições da sociedade capitalista à luz de três leis gerais: a Lei da Transformação da Quantidade em Qualidade; Lei da Interpenetração dos Contrários e Lei da Negação da Negação.

## O FANTASMA DO COMUNISMO

Reinaldo Sousa

**Mercadoria** - Na perspectiva marxista, a mercadoria é conceituada como uma entidade externa, uma manifestação material cujo designio primordial é a satisfação de múltiplas necessidades humanas [valor de uso], mas que sofrera metamorfose no Capitalismo, consubstanciando-se em mercadoria para o Capital [Valor].

**Tempo Socialmente Necessário** - Tempo social médio, necessário avaliar a quantificação da "substância formadora de valor", ou seja, a quantidade de trabalho incorporado numa dada mercadoria. É o Tempo de Trabalho Socialmente Necessário empregado na produção de um dado valor de uso, que vai determinar o seu valor.

**Dinheiro** - Na perspectiva marxista, um mediador que representa a cristalização do valor das mercadorias, tornando-se a referência através da qual se estabelecem relações de troca.

**Capital** - Forma ampliada do dinheiro nas relações capitalistas, marcada pelo acúmulo de mais - valor.

**Propriedade Privada** - No capitalismo, forma particular [privada] de apropriação de um bem que é, por natureza, a negação deste mesmo direito a outro.

**Alienação** - Em Marx, processo pelo qual o trabalhador, ao exercer sua atividade criativa sob as imposições da divisão de classes na sociedade, é subjugado em relação ao produto resultante de seu trabalho. Um estranhamento do trabalhador em relação ao fruto de sua produção.

**Classe Social** - Para Marx, refere-se a um conjunto de indivíduos que ocupam uma mesma posição dentro das relações de produção e compartilham interesses e circunstâncias de vida semelhantes. No modo de produção capitalista coexistem duas classes sociais distintas e antagônicas: os capitalistas, que possuem os meios de produção e os proletários, que possuem a força de trabalho.

**Mais - Valor** - À luz do marxismo, fração da jornada de trabalho que ultrapassa o equivalente ao valor de sua própria força de trabalho.

**Mais-Valor Absoluto** - Na perspectiva marxista, refere-se à obtenção do excedente de valor ao prolongar a jornada de trabalho.

**Mais-Valor Relativo** - No contexto marxista, refere-se à redução do tempo de trabalho necessário, mediante mudanças técnicas ou de gestão, sem uma correspondente redução na criação de mais-valor.

**SÍNTESE DOS PRINCIPAIS NOMES CITADOS**

**Bruno Bauer** - filósofo e historiador alemão do século XIX. Ele foi uma figura importante no movimento jovem hegeliano e teve uma influência significativa sobre o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels durante seus anos de formação.

**Frederick Demuth** - também conhecido como Fred Demuth, foi o filho de Helene Demuth e de pai desconhecido. Foi criado como parte da família de Friedrich Engels, mas frequentemente é apontado, sem provas conclusivas, como filho de Marx.

**Friedrich Engels** - filósofo, teórico político, empresário e revolucionário socialista alemão. Engels é mais conhecido por sua colaboração com Karl Marx.

**Georg Wilhelm Friedrich Hegel** - influente filósofo alemão do século XIX, cujo trabalho teve um impacto significativo na filosofia, política, história, religião, arte e no pensamento de Karl Marx. Hegel é mais conhecido por sua elaboração do sistema filosófico conhecido como idealismo absoluto.

**Heinrich Marx** - advogado e conselheiro de justiça na cidade de Trier, no sudoeste da Alemanha. Pai de Karl Marx.

**Helene Demuth** - também conhecida como Lenchen, foi uma empregada doméstica e amiga próxima da família Marx-Engels.

**Henriette Pressburg** - esposa de Heinrich Marx, mãe de Karl Marx.

**Jenny von Westphalen** - esposa de Karl Marx. Além de esposa, ajudou Marx com a análise de diversas obras do autor.

**Johann Ludwig von Westphalen** - nobre prussiano e jurista. Ele é mais conhecido por ser o pai de Jenny von Westphalen, esposa de Karl Marx.

**Karl Marx** - filósofo, economista, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista alemão. Reconhecido principalmente por suas contribuições teóricas para a compreensão da sociedade, economia e política.

**Ludwig Feuerbach** - filósofo alemão do século XIX conhecido por suas contribuições para o materialismo e a crítica da religião. Também influenciou o pensamento de Marx.

**Pierre-Joseph Proudhon** - filósofo político francês do século XIX, mais conhecido por suas obras "O que é a propriedade?" e "Filosofia da Miséria", nas quais desenvolveu suas ideias sobre a propriedade, a justiça social e o sistema econômico.

**ÍNDICE REMISSIVO**

A

***Alienação***, 163

B

**Bruno Bauer**, 20, 21, 22, 35, 36, 40, 164, 170

C

***Capital***, 4, 5, 8, 53, 62, 133, 157, 162, 163, 169  
***Classe Social***, 148, 163

D

***Dinheiro***, 4, 163

F

**Frederick Demuth**, 164  
**Friedrich Engels**, 164

G

**Georg Wilhelm Friedrich Hegel**, 164

H

**Heinrich Marx**, 164  
**Helene Demuth**, 164  
**Henriette Pressburg**, 164

J

**Jenny von Westphalen**, 164  
**Johann Ludwig von Westphalen**, 164

K

**Karl Marx**, 164

L

**Ludwig Feuerbach**, 164

M

***Mais – Valor***, 163

O FANTASMA DO COMUNISMO  
*Reinaldo Sousa*

***Mais-Valor Absoluto***, 163

***Mais-Valor Relativo***, 163

***Mercadoria*** -, 163

**método**, 90

P

**Pierre-Joseph Proudhon**, 164

***Propriedade Privada***, 163

T

***Tempo Socialmente Necessário***, 118, 163

***SOBRE O AUTOR***

Reinaldo Sousa é Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Possui Doutorado Sanduíche pela Universidade de Havana – Cuba. É Professor Titular da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Campus Zumbi dos Palmares, onde coordena o Grupo de Estudos Territoriais - GETERRI. Atua no Curso de Geografia e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Na gestão pública, ocupou as posições de Pró-Reitor de Extensão e Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano entre os anos de 2015 e 2017. Foi Diretor do Campus Zumbi dos Palmares nos períodos entre 2010 e 2013 e de 2017 a 2021. Durante o período compreendido entre os anos de 2006 e 2010, exerceu a coordenação do Curso de Geografia do Campus. Seu campo de atuação acadêmica abrange temas geográficos que incluem Geografia Agrária e Regional; Teoria e História do Pensamento Geográfico, além de Formação Econômica e Territorial do Brasil. Adicionalmente, se empenha, em conjunto com seu grupo de estudos, na análise das valiosas contribuições teóricas de Karl Marx.



Dentre as suas publicações destacam-se:

- ✓ Comunista de Iphone [2022];
- ✓ [Re]Pensando a Geografia: História, Objeto, Método e Práxis" [2022];
- ✓ Da Filosofia da geografia à práxis social: o território alagoano como base para pensar e fazer geografia!" [2018];
- ✓ Da luta por acesso aos desafios da permanência: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Brasil e Cuba" [2018];
- ✓ Turismo como Alternativa ao Desenvolvimento Regional: uma análise a partir do litoral nordeste de Sergipe" [2009].

## O FANTASMA DO COMUNISMO

Reinaldo Sousa

### **REFERÊNCIAS**

- CAFIERO, C. **Compêndio de O Capital**. São Paulo: Hunter Books, 2014.
- ENGELS, F. **Uma breve biografia de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GABRIEL, M. **Amor e Capital**: A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução [Tradução de Alexandre Barbosa de Souza]. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KOBASHI, N. Y., & FRANCELIN, M. M. **Conceitos, Categorias e Organização do Conhecimento**. Londrina: Inf. Inf., v. 16 n. 3, p. 1 - 24, jan./jun. 2011.
- KOCHHANN, A. **Epistemologia da Extensão Universitária: constructos contra-hegemônicos**. Goiânia: Kelps, 2021.
- KONDER, L. Marx, vida e obra. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política [Livro I]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&Pm, 2001.
- MARX, Karl. **Teses Sobre Feuerbach**. Composto por Marx durante a primavera de 1845. A primeira publicação foi feita por Engels em 1888, como apêndice à edição em livro de sua obra Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica, lançada em Estugarda em 1888, nas páginas 69 a 72. Esta versão é baseada na edição de Engels de 1888 e foi comparada com o texto original de Marx, traduzido do alemão datado de 1845.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política** (tradução e introdução de Florestan Fernandes). São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**, ou, A crítica da Crítica Crítica contra Bruno Bauer e Consortes. São Paulo: Boitempo, 2011.

O FANTASMA DO COMUNISMO  
*Reinaldo Sousa*

- NETTO, J. P. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.
- NETTO, J. P. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- NOGARE, P. D. *O Marxismo é um Humanismo?* Belo Horizonte: Síntese, 1981.
- NUNES, A. J. **Uma Introdução à Economia Política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- PROUDHON, P. J. **Sistema das Contradições Econômicas, ou Filosofia da Miséria**. São Paulo: Ícone, 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SILVA, R. M. **A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes [TESE]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- SIQUEIRA, S. M.; PEREIRA, F. **O marxismo depois de Marx e Engels: Conquistas teóricas, políticas e programáticas no século XX**. Salvador: LeMarx, 2014.
- SOUSA, R. **Comunista de Iphone!** Maceió: Edições do Autor, 2022.
- SOUSA, R.; SILVA, F. A. **(Re)pensando a Geografia: história, objeto, método e práxis**. Maceió: Edição dos Atores, 2022.



## O fantasma do Comunismo

“Um fantasma assombra a Burguesia, o ‘Fantasma do Comunismo’. Eis um jogo de palavras usado por Marx e Engels, na abertura do Manifesto do Partido Comunista, que perdura em nossos dias. O espectro do comunismo, que uma vez assombrou a Europa no século XIX, continua a lançar seu eco sobre muitos até os dias atuais. Nas páginas deste livro, adentramos um pouco no mundo de Karl Marx, um pensador cujas ideias moldaram a trajetória da história e da filosofia política. Nesta obra, desvelamos fragmentos da vida de Marx, desde seus primeiros anos até seu impacto duradouro na esfera intelectual. Não buscamos traçar uma biografia completa, mas sim compartilhar uma visão panorâmica do autor antes de nos aprofundarmos em sua obra. Marx emerge como um desbravador da estrutura socioeconômica, notadamente em sua obra monumental ‘O Capital’, uma meticolosa análise das relações de produção e da luta de classes. No livro, o autor revela a dialética entre burguesia e proletariado, desnudando como a exploração do trabalho molda o tecido do sistema capitalista.”

*Reinaldo Sousa*

